

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LARA SERRA PINTO DE ALENCAR

ARQUITETURA E URBANISMO MODERNO EM CONJUNTOS RESIDENCIAIS:
estudo do Cohab-Anil em São Luís - MA

São Luís
2019

LARA SERRA PINTO DE ALENCAR

ARQUITETURA E URBANISMO MODERNO EM CONJUNTOS RESIDENCIAIS:

estudo do Cohab-Anil em São Luís - MA

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

São Luís
2019

LARA SERRA PINTO DE ALENCAR

ARQUITETURA E URBANISMO MODERNO EM CONJUNTOS RESIDENCIAIS:

estudo do Cohab-Anil em São Luís - MA

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Grete Soares Pflueger (Orientadora)
Doutora em Urbanismo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Ms. Lucia Moreira do Nascimento
Mestre em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ms. Patrícia Rachel Pinto Silva
Mestre em Desenvolvimento Socioespacial E Regional
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À Deus e ao universo, pela incrível generosidade.

Ao meu avô Simeão, que me guia e me guarda.

Agradeço com todo o meu amor primeiramente a maior responsável por mais uma conquista: Prof. Dra. Maria da Glória, quem eu tenho a honra de chamar de mamãe. Agradeço pelo apoio, suporte e pelas incansáveis cobranças pra que tudo estivesse impecável. Obrigada por você ter colocado minha educação como a maior prioridade sempre e em qualquer circunstância, serei eternamente grata por seus esforços imensuráveis pra eu chegar até aqui.

Agradeço também meu pai, Mário Holanda, por me lembrar sempre dos desafios dessa carreira e ser um espelho nessa profissão, pronto pra resolver qualquer problema em um canteiro de obra (e são tantos). Agradeço também, papai, pela confiança, pelo amor e pelo respeito.

Minha eterna gratidão para minha irmã, minha melhor amiga, minha companheira em todas as aventuras, Gabriela Serra. Obrigada pelas incontáveis revisões desse trabalho, pelo apoio em qualquer decisão. Obrigada por me lembrar todo dia do meu potencial, por me colocar sempre em primeiro lugar e por abrir mão de tudo por mim. Agradeço também pelo exemplo de ser humano e de profissional que tu és. Sem ti, eu não existo.

Obrigada a toda minha família, em especial, minhas tias Maria, Tereza e Conceição e minhas primas Milena, Marina e Thaís, pelo apoio de sempre! Por serem minha base, meu refúgio e boa parte do que sou.

Aos meus amigos de faculdade, tantas pessoas incríveis que conheci durante essa jornada! Obrigada por ensinarem a ser flexível e empática, vocês sem dúvida são essências não só para minha formação acadêmica, mas pela mulher que me tornei. Em especial, agradeço a minha incansável amiga, Ana Beatriz Pinho, que por vezes já falei, mas sinto que devo repetir: sem você eu não teria terminado nem o primeiro período desse curso. Obrigada, Bia, por ser absolutamente incrível.

Para os meus amigos em todos os cantos do mundo, em Bauru, Fortaleza, Ribeirão Preto, São Bernardo, São Paulo, Florianópolis, Orlando, Boston, Tóquio, Miami e tantos lugares. Obrigada pelo carinho e apoio. Em especial, Amanda Carvalho e Larissa Borges, por compartilharem tantos momentos, pensamentos e aventuras comigo!

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão, que não só me forneceu ensino público de qualidade, me transformou em uma profissional humana e uma mulher forte, feminista e política. À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por confiarem em mim incansavelmente durante toda minha jornada, me concedendo oportunidades incríveis de pesquisa e extensão. Minha eterna gratidão à esses órgãos e minha luta para que todos entendam a importância do fomento à educação.

À EMARPH, pelos materiais compartilhados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Secretaria de Governo do Maranhão pelo estágio incrível. Pela vivência, pelo aprendizado e pela confiança. Obrigada Wanclys, Ana Cláudia, Rafael e Leonardo pela parceria, por me ouvirem, por me tornar uma profissional confiante e competente.

Para aquelas que vieram antes de mim, pelas lutas, pela força e pela coragem, por encontrarem a voz delas e me darem a oportunidade de hoje eu ter minha fala escutada. Pelas incríveis mulheres que lutaram pelo simples direito de estudar, trabalhar e serem livres, obrigada.

Por fim, e provavelmente os maiores responsáveis por essa graduação, agradeço meus professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, pela eterna inspiração. Agradeço porque sei um pouco das histórias de luta pela infraestrutura do nosso prédio, pelas noites não dormidas na elaboração de material, pelo tempo dedicado e pelo incansável esforço de nos tornarem profissionais capazes. Meu eterno obrigada pelos ensinamentos, que ultrapassaram o ofício e mudaram minha vida. Em especial, à professora Grete Pflueger pela orientação desse trabalho.

“Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou.”

Margaret Mead

RESUMO

Os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV são construídos na cidade de São Luís entre os anos de 1967 a 1975, empreendidos pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) e financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Localizados na Avenida Jerônimo de Albuquerque, as 3.549 unidades habitacionais entregues nesses conjuntos tinham como público alvo a massa trabalhadora ludovicense. Para isso, os projetos seguiram ideais modernistas, focados no barateamento da obra, na racionalização e padronização, além do uso de materiais pré-fabricados e das dimensões mínimas dos cômodos. Aliados as moradias, os conjuntos também previram um conjunto de equipamentos urbanos para fomentar a convivência e o lazer dos moradores. Mais do que serem exemplares do movimento moderno, os Cohab-Anil I, II, III e IV abrem discussões a respeito da habitação social e da produção de moradias pelo Estado em São Luís. Além disso, os conjuntos em questão guiam a expansão da cidade a partir de um eixo de crescimento. Diante da necessidade de documentar a produção moderna na cidade, da curiosidade a cerca dos eixos de crescimento da cidade e da produção estatal de habitação em São Luís, além da importância em contextualizar esses conjuntos na contemporaneidade, faz-se necessário analisar e caracterizar os Cohab-Anil I, II, III e IV. Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender a arquitetura e o urbanismo moderno, contextualizando esta linguagem nesse recorte histórico, de forma a caracterizar os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV em São Luís do Maranhão. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais, o presente trabalho também utilizou com metodologia a realização de visitas técnicas, entrevistas e levantamentos fotográficos.

Palavras-chaves: Moderno. Habitação. Conjuntos residenciais.

ABSTRACT

The Cohab-Anil I, II, III and IV residential complexes were built in the city of São Luís between 1967 and 1975, carried out by the Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) and financed by Banco Nacional da Habitação (BNH). Located on Avenida Jerônimo de Albuquerque, the 3.549 popular housing units delivered to the worker population. For this, the projects followed modernist ideals, focused on the cheapness of the work, rationalization and standardization, besides the use of prefabricated materials and the minimum dimensions of the rooms. Allied to the dwellings, the complex also provided a set of urban equipment to foster the coexistence and leisure of the residents. More than being an example of the modern movement, the Cohab-Anil I, II, III and IV open discussions on social housing and the production of housing by the State in São Luís. In addition, the ensembles in question guide the expansion of the city from an axis of growth. Faced with the need to document modern production in the city, curiosity about the growth axes of the city and state production of housing in São Luís and the importance of contextualizing these sets in contemporary times, it is necessary to analyze and characterize the Cohab -Anil I, II, III and IV. This research has as main objective to understand the architecture and the modern urbanism, contextualizing this language in this historical cut, in order to characterize the residential groups Cohab-Anil I, II, III and IV in São Luís do Maranhão. For this, bibliographical researches and documentary researches were done, the present work also used as methodology the accomplishment of technical visits, interviews and photographic surveys.

Keywords: Modern. Habitation. Residential Complex.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- <i>La Ville Radieuse</i> de Le Corbusier.....	19
Figura 2	- <i>Unite d' Habitation</i> em Marselha	20
Figura 3	- O Bairro de <i>Törten</i> , em Dessau, na Alemanha	22
Figura 4	- Implantação do Bairro de <i>Törten</i>	22
Figura 5	- Implantação do Bairro de <i>Dammerstock</i>	23
Figura 6	- Projeto para o Novo Arrabalde em Vitória (1895 – 1896)	25
Figura 7	- Traçado Viário para Campos dos Goytacazes (1902-1903)	26
Figura 8	- Croqui para reforma e construção de vias na área central do Rio de Janeiro (1902-1906).....	28
Figura 9	- Avenida Central inaugurada em 1905.....	29
Figura 10	- Avenida Central (1905) e seu impacto no traçado urbano do Rio de Janeiro	30
Figura 11	- Demolição do Morro do Castelo em 1922.....	31
Figura 12	- Fachada da casa da Vila Mariana apresentada para burlar o serviço de censura	36
Figura 13	- Fachada da casa da Vila Mariana construída	37
Figura 14	- Varanda da Casa da Vila Mariana	38
Figura 15	- A "Casa Modernista" na Rua Itápolis	40
Figura 16	- Interior da "Casa Modernista"	40
Figura 17	- Hospital da Brigada Militar	42
Figura 18	- Complexo de Residências para oficiais, suboficiais e sargentos da Escola de Aprendizes-Marinheiros e Sargentos	43
Figura 19	- Tipologia do cortiço	46
Figura 20	- Cortiço e seu espaço de uso coletivo.....	46
Figura 21	- Vila Operária da Gamboa	48
Figura 22	- Implantação do Conjunto Residencial do Realengo.....	58
Figura 23	- Conjunto Residencial do Realengo	59
Figura 24	- Casas geminadas no primeiro plano e ao fundo o bloco de apartamentos (Realengo).....	60
Figura 25	- Construção da fachada principal do bloco de apartamentos (Realengo)	61
Figura 26	- Implantação do Conjunto Residencial Várzea do Carmo.....	62
Figura 27	- Projeto de Implantação do Várzea do Carmo	63

Figura 28 - Residencial Várzea do Campo como construído	63
Figura 29 - Conjunto Residencial Pedregulho	64
Figura 30 - Bloco serpenteante do Pedregulho	65
Figura 31 - Elementos vazados e sombras no interior do edifício principal.....	66
Figura 32 - Cidade de Deus, Rio de Janeiro, 1965	68
Figura 33 - Implantação da Cidade de Deus	69
Figura 34 – Planta de Implantação da Cidade de Deus	69
Figura 35 - Tipologia habitacional na Cidade de Deus.....	70
Figura 36 - Unidades habitacionais Duplex na Cidade de Deus	70
Figura 37 - Cidade Tiradentes, São Paulo, 1984	72
Figura 38 - Implantação de um conjunto residencial no complexo da Cidade Tiradentes	73
Figura 39 - Unidades Habitacionais na Cidade Tiradentes em 1984	74
Figura 40 - Cidade Tiradentes em 2010.....	74
Figura 41 - Fachada do Cine Éden com elementos <i>Art Nouveau</i>	77
Figura 42 - Edifício dos Correios e Telégrafos construído entre 1930 e 1932.....	78
Figura 43 - Avenida Magalhães de Almeida.....	80
Figura 44 - Bangalôs da Avenida Getúlio Vargas.....	81
Figura 45 - Mapa da Área central de São Luís.....	81
Figura 46 - Vila Gracinha (Rua do Passeio, São Luís), em 2007	83
Figura 47 - Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva.....	84
Figura 48 - Conjunto Residencial do Filipinho	85
Figura 49 - Implantação do Conjunto Residencial do Filipinho.....	86
Figura 50 - Implantação do Conjunto Habitacional Popularzinha.....	87
Figura 51 - Situação dos operários ilustrada no Jornal do Estado em 1958	88
Figura 52 - Propaganda da COHAB-MA no Jornal O Imparcial	89
Figura 53 - Conjuntos Habitacionais implantados pela COHAB-MA e cooperativas em São Luís	90
Figura 54 - Localização dos Conjuntos Habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV e principais avenidas de São Luís.....	94
Figura 55 - Implantação da Cohab-Anil I, II, III e IV.....	95
Figura 56 - Planta baixa da tipologia MA-1-23	99
Figura 57 - Fachada da tipologia MA-1-23	99
Figura 58 - Planta baixa da tipologia MA-2-30	100

Figura 59 - Planta baixa da tipologia MA-3-37	101
Figura 60 - Fachada principal das tipologias MA-2-30 e MA-3-37.....	101
Figura 61 - Fachada de uma unidade habitacional do Cohab-Anil I que conserva o elemento vazado de sua fachada.....	102
Figura 62 - Planta baixa das tipologias MA-C-2-43 e MA-1-I-2-43	103
Figura 63 – Unidade habitacional do Cohab-Anil III com tipologia MA-C-2-43 que manteve sua fachada original.....	103
Figura 64 - Planta baixa da tipologia MA-1-I-3-52.....	104
Figura 65 – Unidade habitacional do Cohab-Anil IV com tipologia MA-1-I-3-52 que manteve sua fachada original.....	105
Figura 66 - Planta baixa da tipologia MA-4- I -3-71	105
Figura 67 - Equipamentos urbanos nos Cohab-Anil I, II, III e IV.....	107
Figura 68 - Unidade habitacional com fachada original com poucas mudanças ao lado de uma fachada completamente reformada (Cohab-Anil IV).....	111
Figura 69 - Rua do Cohab-Anil IV com unidades habitacionais reformadas	112
Figura 70 - Matéria ilustra o problema com o abastecimento de água.....	113
Figura 71 - Matéria destaca a precariedade do transporte público nos conjuntos ..	114
Figura 72 - Praça no Cohab-Anil I.....	115
Figura 73 - Mapa de usos predominantes nos Cohab-Anil I, II, III e IV	117
Figura 74 - Uso comercial na Avenida Jerônimo de Albuquerque (Cohab-Anil III)..	118
Figura 75 - Uso comercial na Avenida 11, Cohab-Anil III.....	118
Figura 76 - Praça no Cohab-Anil III conservada pelos moradores	119
Figura 77 - Meninas passeiam na proximidade de uma praça.....	119
Figura 78 - Matéria de 2010 comenta sobre problemas de infraestrutura nos conjuntos Cohab-Anil	121
Figura 79 - Matéria comenta sobre precariedade no asfalto do Cohab-Anil IV	121
Figura 80 - Matéria comenta sobre a problemática dos buracos nos conjuntos.....	121
Figura 81 - Via no Cohab-Anil III	122
Figura 82 - Praça situada no Cohab-Anil II em situação de abandono	123
Figura 83 - Área verde sem uso definido no Cohab-Anil IV	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CDD	Cidade de Deus
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COHAB-GB	Companhia de Habitação do Estado da Guanabara
COHAB-MA	Companhia de Habitação do Maranhão
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DAC	Diretoria de Arquitetura e Construção
DHP	Departamento de Habitação Popular
EMARHP	Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos
FCP	Fundação da Casa Popular
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
MAPA	Empresa Maranhão Parcerias
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
SM	Salário Mínimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A ARQUITETURA E O URBANISMO MODERNO BRASILEIRO: contexto e representações	18
2.1	O carácter sanitarista do urbanismo moderno	24
2.1	Breve contexto da arquitetura moderna no Brasil	33
2.2.1	Arquitetura residencial moderna brasileira: primeiras representações	36
3	A HABITAÇÃO SOCIAL E O MOVIMENTO MODERNO BRASILEIRO: a casa do trabalhador	45
3.1	A habitação como produção estatal	48
3.1.1	As COHABs no Brasil	53
3.2.2	Os conjuntos residenciais modernos: representações	57
4	O MOVIMENTO MODERNO E A HABITAÇÃO SOCIAL EM SÃO LUÍS: breve histórico e a representação do moderno	76
4.1	O movimento moderno em São Luís: origem e representações	76
4.2	Habitação Social em São Luís: a realidade do trabalhador e a produção estatal de moradia	82
4	COHAB-ANIL E SUA MODERNIDADE: análise arquitetônica e urbana	93
4.1	O modelo de moradia	97
4.2	O Conjunto Residencial: equipamentos urbanos e infraestrutura	106
5	COHAB-ANIL E A CONTEMPORANEIDADE: a visão dos moradores e a urbanidade dos conjuntos	110
5.1	A visão dos moradores	110
5.3.	A urbanidade e os usos dos conjuntos na contemporaneidade	115
5.2	O descaso com a infraestrutura	120
6	CONCLUSÃO	125
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A – Transcrição da entrevista nº 1	133

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista nº 2	137
APÊNDICE C – Transcrição da entrevista nº 3	139
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista nº 4	141

1 INTRODUÇÃO

A crise habitacional brasileira ainda é um dos grandes desafios a serem vencidos no país. Os séculos XIX e XX trouxeram o avanço e industrial para o Brasil, aliado a outros aspectos, tal mudança econômica impactou no crescimento das cidades de forma desordenada, levando a uma grave problemática habitacional. Nesse período, a classe trabalhadora se aglomerava em cortiços, sub-habitações sem as mínimas condições de higiene.

Na tentativa de amenizar esse cenário caótico, o poder público inicia uma série de obras com caráter higienista nas cidades brasileiras. Essas melhorias buscam ao mesmo tempo fornecer saneamento básico e embelezar as áreas urbanas. (RUBIN, 2013). O século XX traz uma mudança no panorama da habitação, no início desse século, as primeiras moradias que visavam amparar as classes mais baixas são construídas pela iniciativa privada: as vilas operárias. Essa forma de morar seguia padrões higienistas, localizadas fora das aglomerações urbanas e visavam o sistema de aluguel.

A produção de habitação pelo Estado inicia-se na Era Vargas (1930-1945). O governo populista encontrou na forma de morar do trabalhador uma possibilidade de transformar esse cenário com a construção e o financiamento de unidades habitacionais para as classes mais baixas da população. Para isso, utiliza-se dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Já no início do governo Dutra (1946-1951) tem-se, Fundação Casa Popular como órgão responsável pelo fomento de habitação social no país. É com o Regime Ditatorial Militar (1964-1985) que surge o Banco Nacional de Habitação, responsável por uma vasta produção voltada a habitação popular no país.

O BNH utilizou-se de um sistema completo para a sua atuação, destre desse estavam as Companhias de Habitação Social, principais responsáveis pela fiscalização das obras, elaboração de projetos e repasses financeiros. As COHABs e os financiamentos do BNH preocupavam-se em entregar unidades habitacionais salubres, rentáveis e acessíveis à massa trabalhadora, para isso os projetos se utilizaram de máximas modernistas: padronização, racionalidade e barateamento da obra.

A produção do BNH aliado com as COHABs é vasta em todo o territorial nacional. Focados em construir projetos práticos e racionalistas tais órgão constroem inúmeros conjuntos residenciais, dentre esses os Cohab-Anil I, II, III e IV, em São Luís do Maranhão. Empreendimento da COHAB-MA, os conjuntos em questão localizam-se na Avenida Jerônimo de Albuquerque, e são importantes fatores para a expansão da cidade nesse eixo de crescimento.

Os conjuntos Cohab-Anil I, II, III e IV somam um total de 3.549 unidades habitacionais, para atender a esse grandioso número a COHAB-MA se pautou em ideais modernistas para a implantação e construção das unidades habitacionais. As dimensões dos cômodos seguiam padrões propostos pela habitação mínima, o uso de materiais pré-fabricados, a ausência de adornos e o uso racional do terreno são máximas seguidas nesses conjuntos. Além disso, um conjunto de equipamentos urbanos foi pensada, espaços de uso comum para aumentar o convívio dos moradores.

Une-se a importância desses conjuntos, com a necessidade de documentar a produção moderna na cidade de São Luís, de forma especial, a produção a nível dos conjuntos residenciais. Soma-se também a curiosidade acerca dos eixos de crescimento da cidade que geraram a configuração atual de São Luís e a problemática da habitação. Por fim, esse trabalho enxerga a necessidade de voltar o olhar crítico para a contemporaneidade a fim de conservarmos a produção moderna ludovicense.

Pautada em tais justificativas, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender a arquitetura e o urbanismo moderno, contextualizando esta linguagem nesse recorte histórico, de forma a caracterizar os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV em São Luís do Maranhão. Além de trazer como objetivos específicos analisar o contexto em que o movimento moderno se insere a nível nacional e regional; compreender o cenário da habitação social no Brasil e em São Luís dentro deste recorte histórico; descrever e analisar conjuntos Cohab-Anil I, II, III e IV em São Luís como objetos importantes para o urbanismo moderno, destacando suas identidades a partir dos traçados urbanos, características arquitetônicas e demais peculiaridades.

Buscando alcançar tais objetivos o trabalho se pautou em pesquisa bibliográfica, visando a construção de um referencial teórico produzido a partir autores como Bonduki (2004), Segawa (2002), Bruand (2005), Maricato (1987),

Burnett (2002), dentre outros. Além da realização de pesquisa documental com o levantamento de dados em fontes primárias do acervo público, em especial através da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP). Essa pesquisa também utilizou como método a realização de visitas técnicas com levantamento fotográfico e entrevista com os residentes.

Dessa forma o primeiro capítulo do trabalho busca contextualizar e caracterizar o urbanismo e arquitetura moderna a nível nacional. Inicia sua fala a respeito das obras de melhorias urbanas ocorridas nos séculos XIX e XX nas cidades brasileiras, tais obras foram pautadas em padrões sanitaristas e visavam em paralelo o embelezamento das áreas urbanas. Comenta e caracteriza a arquitetura moderna, elenca de forma breve suas origens e representações, destacando os ideais que guiaram o movimento moderno.

O segundo capítulo foca na habitação social brasileira além de fazer um panorama da forma de morar do trabalhador. Inicia suas discursões caracterizando os cortiços e as vilas operárias, em seguida explica a participação do Estado na produção de moradia para as camadas de menor renda. Para isso é destacado o trabalho dos IAPs, da FCP e do BNH aliado com as COHABs como órgãos responsáveis pela produção estatal de habitação. Por fim, as representações de tal produção dão ilustradas, caracterizadas e analisadas.

Voltado para uma esfera mais específica, o capítulo três preocupa-se em tecer comentários a respeito da habitação social em São Luís. Para isso o capítulo contextualiza o a cidade no recorte temporal em questão, analisa a forma que a área urbana se configurava, além de destacar a produção de habitação pelos IAPs, FCP e BNH em parceria com a COHAB-MA.

O quarto capítulo dessa pesquisa volta o olhar para os Conjuntos Habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV. Tais conjuntos são caracterizados e analisados, mostrando suas aproximações com o movimento moderno. As unidades habitacionais são foco, analisa-se as tipologias empregadas em cada conjunto. Por fim, o capítulo explica a configuração dos equipamentos urbanos projetados para tal empreendimento.

A contemporaneidade dos conjuntos habitacionais em questão é destaque do quinto capítulo do presente trabalho. Para isso é ilustrado e analisado as narrativas dos moradores desses conjuntos. É demonstrado também noções de urbanidade no Cohab-Anil I, II, III e IV, muito pautadas nos fluxos e nos usos dessa

área. Por fim, os problemas de infraestrutura da área se mostram como um desafio a ser superado, ilustrando a forma que os conjuntos se encontram nas sombras do poder público.

2 A ARQUITETURA E O URBANISMO MODERNO BRASILEIRO: contexto e representações

O Movimento Moderno encontra no século XX, marcado pelo fortalecimento das indústrias e pelas Grandes Guerras, um cenário favorável para se desenvolver mundialmente. Essa tendência permeia a arquitetura do século XX e tem como máxima o funcionalismo e a negação de estilos arquitetônicos já existentes, buscando assim uma Nova Arquitetura. (BENEVOLO, 2006).

Dentro dessa nova forma de pensar arquitetura destacam-se grandes nomes a nível mundial. Na França, Le Corbusier se sobressai e é fonte de grande inspiração para os modernistas brasileiros. Para o decorrer dessa pesquisa, os princípios e ideário arquitetônico de Le Corbusier serão constantemente citados, reforçando a ligação deste com a produção moderna brasileira. Na vasta produção teórica do arquiteto francês destacam-se seus Cinco Pontos Para a Nova Arquitetura¹: Planta Livre, Fachada Livre, Pilotis, Terraço Jardim e Janelas em Fita. Além da máxima funcionalista em suas obras. (BRUAND, 2005).

Em termos de Urbanismo Moderno, de forma resumida, compreende-se o contexto a nível mundial com o inchaço das cidades, a problemática da habitação e a necessidade de tornar a cidade mais salubre. Diante desse cenário, o movimento moderno procura buscar soluções mais práticas, funcionais e baratas para as áreas urbanas.

É nesse contexto que o Estado percebe a necessidade de interferir na produção de habitação, através de políticas públicas voltadas para a habitação social. Tal fato pode ser exemplificado no primeiro momento com a Inglaterra, quando em 1919 inicia uma série de políticas públicas que culminam, no ano de 1936, em um total de milhão e cem mil moradias construídas através de parcerias público privadas, o que representa cerca de um terço de toda a produção civil inglesa. Tal tendência também é adotada pela França, Viena, Alemanha, Itália, dentre outros países no mundo, cada país com sua peculiaridade ao intervir na construção de casas populares.² (BENEVOLO, 2006).

Para a melhor compreensão das teorias e práticas do Urbanismo Moderno faz-se necessário a análise, ainda que sucintamente, da produção de Le Corbusier e

¹ Publicados na forma final na revista *L'Esprit Nouveau* na década de 20. (BENEVOLO, 2006)

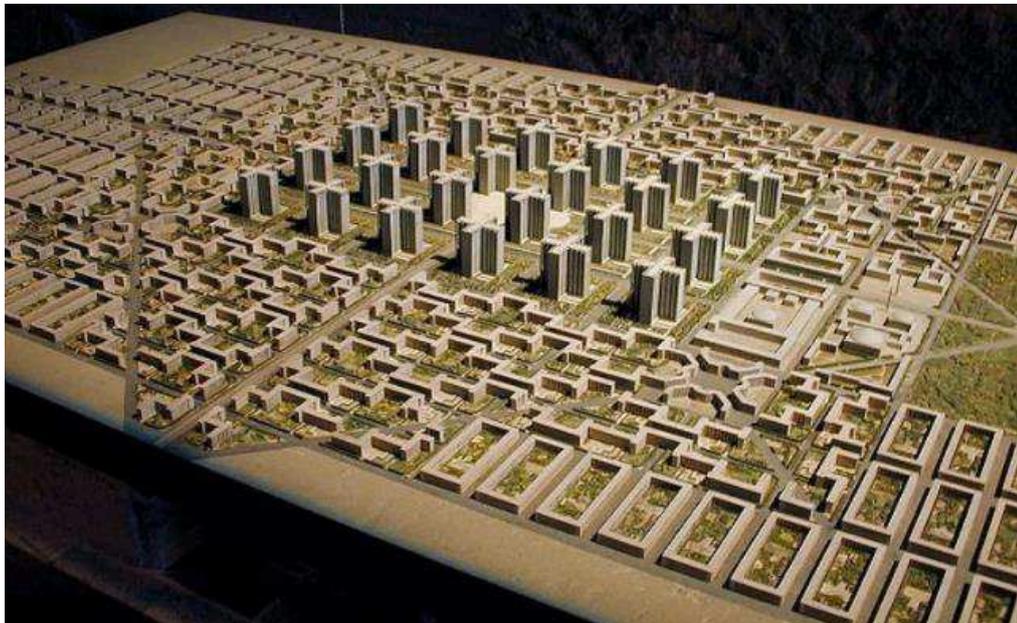
² A problemática das cidades somada com os programas de habitação social será debatida de forma mais profunda durante o segundo capítulo dessa pesquisa e culminarão na análise do bairro da Cohab-Anil em São Luís.

de Walter Gropius para cidades modernas. Isso porque ambos iniciam uma discussão sobre a forma de morar do trabalhador que, em muitos aspectos, se concretiza na produção de conjuntos habitacionais modernos, como é o caso dos COHAB-ANIL I, II, III e IV, em São Luís do Maranhão.

Voltando ao arquiteto francês que idealizou os Cinco Pontos da arquitetura moderna, Le Corbusier, este se esforça em expressar a mesma funcionalidade e racionalidade tão características do movimento moderno em seus estudos urbanos. Durante os anos de 1927 a 1930, o arquiteto trabalha nos desenhos do projeto intitulado: “*La Ville Radieuse*”, termo que pode ser compreendido no português como a Cidade Radiante (Figura 1). O partido para a concepção deste modelo de cidade foi a residência, para o arquiteto a moradia deve guiar o desenho urbano. Benevolo (2006, p.500) caracteriza a disposição das habitações em relação ao projeto da seguinte forma:

As células de habitação, iguais e justapostas, produzem um corpo de construção de comprimento indefinido, a ser dobrado em ângulo reto, a fim de tirar proveito de suas orientações: a Leste-Oeste (com moradias que têm frentes para os dois lados) e a Norte-Sul (com moradias somente para o sul e rua perimetral ao norte). (BENEVOLO, 2006, p. 500).

Figura 1 - *La Ville Radieuse* de Le Corbusier



Fonte: MERIN, 2016.

A partir dessa configuração de habitações o projeto segue uma noção de zoneamento bem clara. A divisão rígida do modelo de cidade de Le Corbusier reflete a tendência modernista de cidades segregadas, com áreas destinadas para a

habitação, outras áreas para a indústria, negócios, lazer e comércio. Nesse estudo também fica notório o uso de um traçado urbano baseado em formas geométricas simples e ângulos retos. (BENEVOLO, 2006).

Nos anos seguintes, Le Corbusier propõe o uso de suas teorias urbanas em diversos cenários, inclusive para a cidade do Rio de Janeiro. Porém, tais ideários não são postos em prática de forma notória, mas servem para compilar um volume publicado em 1935 e intitulado exatamente de “*La Ville Radieuse*”. (BENEVOLO, 2006).

Doze anos após tal publicação, em 1947, o arquiteto francês inicia uma das obras mais marcantes ao se falar de conjunto habitacional moderno: *Unite d' Habitation* (Figura 2), em Marselha. A cidade francesa, nesse contexto histórico, sentia os impactos da Segunda Guerra Mundial, refletido em um enorme déficit habitacional.

Figura 2 - *Unite d' Habitation* em Marselha



Fonte: KROLL, 2016.

Le Corbusier foi responsável pela construção de um conjunto residencial para abrigar cerca de 1.600 moradores, optou por um edifício de uso misto. Inserido

entre os dezoito pavimentos do prédio, além das residenciais, estavam comércio, serviços, além do uso institucional da creche localizada na cobertura do edifício.

A Unidade de Habitação de Marselha, sem dúvidas, serviu de inspiração para o movimento moderno como um todo. O uso da racionalidade ao propor um conjunto residencial funcional, fornecendo ao usuário boas soluções de conforto térmico, são fatores marcantes desse conjunto residencial. Além disso, destacam-se também sua forma arquitetônica e o uso dos cinco pontos da arquitetura moderna que defendem o pensamento de Le Corbusier.

Para embasar ainda mais os conhecimentos acerca do urbanismo moderno a nível mundial e futuramente analisar esse objeto de estudo, se faz necessário uma breve análise a respeito deste tema na concepção de Walter Gropius.

Gropius dirigiu Bauhaus³ do seu surgimento em 12 de Abril de 1919 até 1928. Nesta escola o arquiteto alemão pregava a necessidade de formar um profissional completo, somando a teoria e a prática do planejamento urbano ao *design* e a arquitetura, para Benevolo (2006, p. 490),

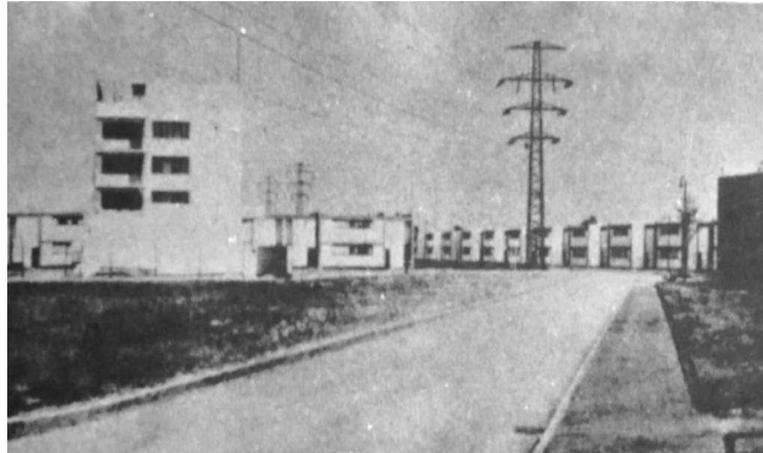
Desde o princípio, o objeto a ser demonstrado não é um móvel ou um edifício isolado, mas o ambiente construído, de que todo o ciclo do projeto; a nova metodologia investe todo o ciclo do projeto, da decoração à planificação territorial, e um elemento qualquer – uma cadeira, uma casa, um bairro – vale como modelo repetível em escala superior.

Aliado a necessidade do estudo teórico da arquitetura e do urbanismo, Bauhaus destacava a necessidade de pôr em prática as teorias aprendidas. O exemplo dessa máxima é o pequeno bairro de *Törtem*, em Dessau, que foi de fato um laboratório para os alunos de Bauhaus. O projeto, porém, só foi viabilizado em 1926, sete anos após a inauguração da escola, fato explicado pelas dificuldades econômicas do pós-guerra. (BENEVOLO, 2006).

Em *Törtem*, Gropius propõe o uso de três tipos de edificações, com diferentes números de pavimentos, para trabalhar a alternância de volumetria (Figura 3). O bairro, por outro lado, ocupa o espaço de maneira mais uniforme e centrífuga, para Benevolo (2006, p. 490): “difunde-se por anéis concêntricos no campo circundante e coagula-se em uma pequena praça no centro de rotação, onde está localizado o edifício mais alto”. O fato é que ao analisar sua implantação fica claro a forma racional de ocupar o espaço e a grande preocupação em repetir o mesmo formato de lote (Figura 4).

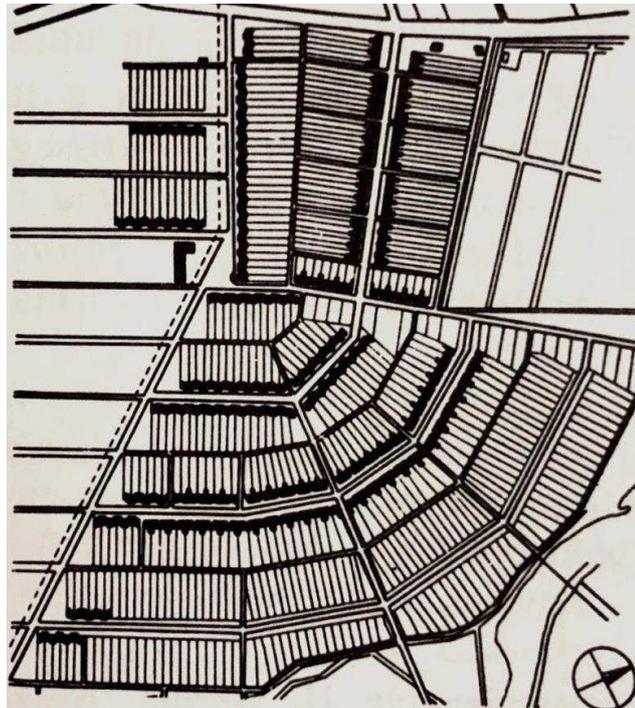
³ Staatliches Bauhaus, conhecida como Bauhaus, foi uma escola de arte vanguardista na Alemanha. Teve caráter importantíssimo na difusão do conhecimento moderno.

Figura 3 - O Bairro de *Törten*, em Dessau, na Alemanha



Fonte: BENEVOLO, 2006, p. 493.

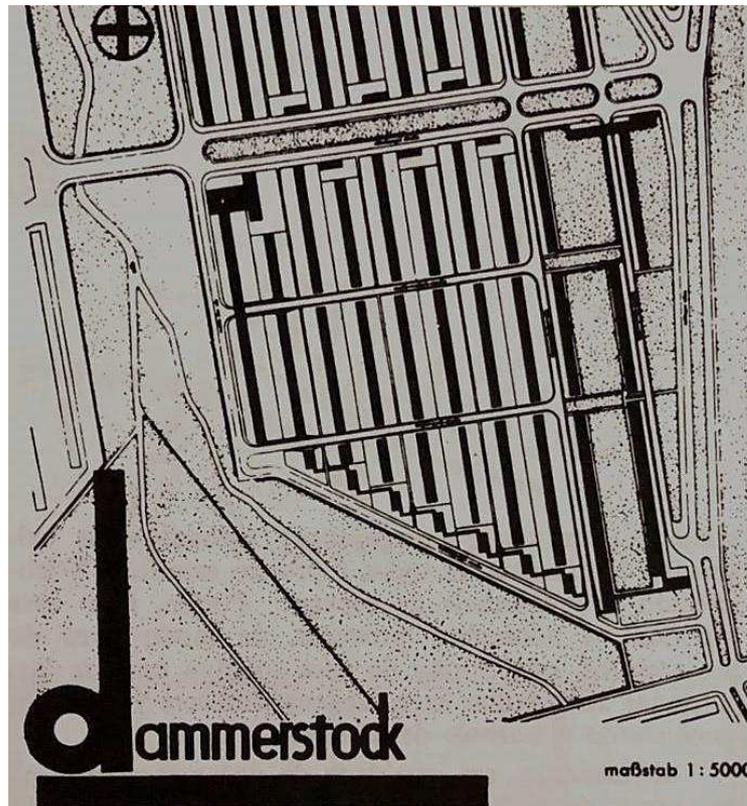
Figura 4 - Implantação do Bairro de *Törten*



Fonte: BENEVOLO, 2006, p. 493.

No ano seguinte, em 1927, Gropius vence o concurso para projetar o bairro de *Dammerstock*. O arquiteto convida um grupo de nove profissionais para trabalharem na construção desse conjunto. O partido presente em *Dammerstock* é muito simples e representa bem a lógica racionalista do movimento moderno. Todos os blocos se organizam de norte a sul, com o objetivo de distribuir simetricamente nas fachadas laterais a luz do sol. Sua implantação se utiliza de formas geométricas regulares e chega a passar uma monotonia com a repetição das linhas (Figura 5).

Figura 5 - Implantação do Bairro de *Dammerstock*



Fonte: BENEVOLO, 2006, p. 493.

A respeito dessas e outras experiências urbanas que Gropius realizou durante esse período, ele ressalta seu pensamento a respeito da residência, documentando o seguinte ideário:

O problema da moradia mínima (*Minimalwohnung*) é estabelecer o mínimo elementar de espaço, de ar, de luz e de calor requerido pelo homem a fim de que possa desenvolver plenamente suas funções vitais sem limitações devidas à própria moradia. (GROPIUS, 1929 apud BENEVOLO, 2006, p. 494).

Esses pensamentos a respeito da forma de morar exprimem a preocupação com a função, com o barateamento e com a produção em massa da casa moderna. De fato, a experiência de Bauhaus gera uma forma de pensar que influencia a arquitetura e urbanismo ao redor do mundo. Tais influências chegam em São Luís nas experiências de conjuntos habitacionais, que será futuramente descrita na análise do Cohab-Anil.

Diante do cenário internacional, o Brasil é um país que notoriamente se destaca com as tendências do modernismo em suas cidades. A análise de exemplares da produção moderna brasileira e as origens desse movimento implicam no melhor entendimento do objeto de estudo dessa pesquisa.

Consolida-se a discussão a respeito do objeto de estudo com um breve apanhado de informações a respeito do movimento moderno no Brasil. Inicia-se a caracterização e breve análise do urbanismo moderno brasileiro com o fogo nas melhorias higienistas das cidades, em seguida parte-se para a arquitetura moderna no país.

2.1 O carácter sanitaria do urbanismo moderno

Como brevemente comentado, a necessidade de tornar as cidades mais salubres e de adequá-la para as novas demandas populacionais, somadas com os avanços das tecnologias, guiam o urbanismo moderno ao redor do mundo. No Brasil, a máxima é seguida, em especial no primeiro momento que se refere ao recorte temporal do final do século XIX ao início da Era Vargas, em 1930. (LEME, 2008).

A preocupação com a proliferação de doenças e o inchaço das cidades brasileira levam os urbanistas a focarem em soluções práticas para melhoria das cidades. A questão do saneamento vira foco nas discussões e os engenheiros passam a elaborar projetos e chefiar comissões para a implantação de sistemas de água e esgoto. Já os planos urbanos começam a incluir áreas verdes com a intenção de purificar o ar, além de ruas e avenidas largas para a melhor circulação de ventos e adequação aos novos meios de transporte. (FARIA, 2015).

Nesse âmbito de remodelação da cidade, destaca-se o engenheiro Saturnino Brito (1864-1929) que inicia seus trabalhos no final do século XIX e projeta sistemas de saneamento básico para mais de vinte cidades brasileiras. Diante dos profissionais da época, de fato, Saturnino Brito se sobressai com seus projetos de melhoria urbana, isso porque a funcionalidade, racionalidade e o barateamento da obra são máximas seguidas pelo engenheiro. Tal como ressalta Faria, 2015, p. 117:

O engenheiro Saturnino de Brito se destacou, pois dava aos seus projetos um sentido de racionalidade técnica e econômica. Ele vê e analisa a cidade, interpretando seus problemas urbanos e apontando soluções, desse modo se tomou responsável por vários planos para diversas cidades brasileiras como Vitória (1895- 1896), Campinas (1896-1897), Petrópolis (1898), Campos dos Goytacazes (1902-1903), Santos (1905-1910), Recife (1910-1917), João Pessoa (1913), Pelotas (1926-1929).

Dentro da vasta obra do engenheiro em questão, destaca-se o carácter pioneiro do projeto de Vitória. No final do século XIX, a capital do Espírito Santo representava uma importante cidade-porto a nível nacional. O trabalho de Saturnino para Vitória consistiu na criação de um ramal ferroviário ligando outras regiões

produtoras à cidade, além de um projeto de expansão da cidade que previa a ocupação e crescimento de Vitória para uma cidade até seis vezes maior do que consistia na época. Brito projeta três núcleos urbanos, sendo o Novo Arrabalde (Figura 6) o principal desses, soma-se a ele o bairro operário que recebe o nome de Vila Monjardim e a Vila Hortícola, localizada entre os dois núcleos. (LEME, 2008).

Figura 6 - Projeto para o Novo Arrabalde em Vitória (1895 – 1896)



Fonte: AGUIAR, 2012.

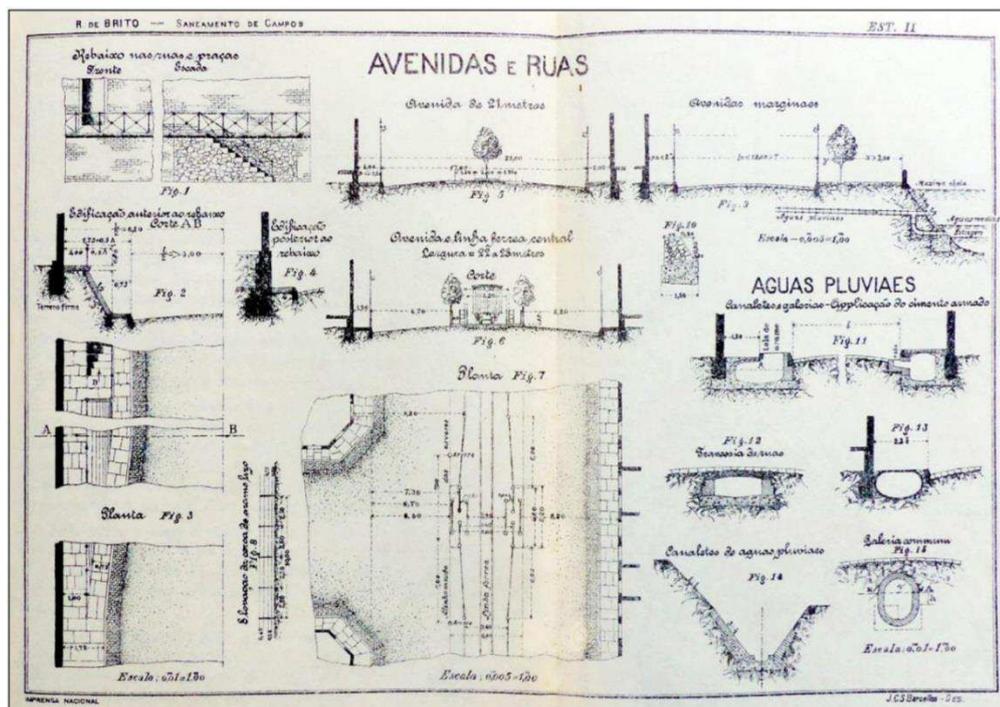
Tal projeto urbano foi o primeiro trabalho no campo do urbanismo realizado integralmente por esse engenheiro. Destaca-se ainda a implantação racional no terreno, adequando o projeto as condições naturais e o aproveitamento dos elementos da paisagem. Percebe-se que a preocupação do engenheiro com um ideal sanitarista se uniu com a estética nesse projeto, como confirma:

As obras de Brito foram realizadas num contexto do processo da modernização brasileira apoiada no desenvolvimento industrial. As mudanças técnicas e novas instalações urbanas vão criar oportunidades nos vários setores da indústria. [...] Apresentam então duas funções importantes e indissociáveis: embelezamento urbano e saneamento. (FARIA, 2015, p. 118).

Já em 1902 o engenheiro inicia seu trabalho para sua cidade natal, Campos dos Goytacazes. O poder municipal encarregou Brito do saneamento da cidade, na tentativa de solucionar problemas como o escoamento a água pluvial, conserto em toda a rede de esgoto existente, além da necessidade da construção de um sistema de abastecimento de água pluvial. Para isso, o engenheiro elaborou um relatório técnico que consistia não só as soluções para as questões de saneamento propriamente dita, mas também diretrizes para diversas outras áreas que compõe o espaço urbano, tais como: habitações, prédios públicos, áreas livres, parques, jardins, traçado viário, redes técnicas. (BERTONI, 2015).

Diante de tais apontamentos, destaca-se os pensamentos de Saturnino Brito a respeito do traçado viário (Figura 7).

Figura 7 - Traçado Viário para Campos dos Goytacazes (1902-1903)



Fonte: BERTONI, 2015.

Baseando-se nos princípios sanitários, o engenheiro projeta ruas largas e orientadas visando a melhor circulação do vento, assim como a arborização deveria existir para aumentar a renovação do ar na área. Tal como a preocupação com o escoamento das águas pluviais era prioridade do engenheiro.

No Nordeste, Saturnino Brito é contratado em 1909 como engenheiro chefe da recém-formada Comissão de Saneamento. Assume esse cargo com o objetivo de

chefiar projetos para a criação de uma nova rede de água e esgoto na capital do estado. Desde os meados do século XIX, Recife apresentava-se como uma cidade em apogeu, com atividades intensas no porto realizadas a exportação de açúcar e algodão. Porém não escapou ao meio ambiente insalubre e as epidemias. (LEME, 2008).

Para além do objetivo principal do seu cargo, Brito também elaborou, em 1917, o projeto intitulado de “Saneamento de Recife. Projeto de Melhoramentos”. Que consistia em soluções práticas para a cidade, tais como: um plano geral de arreamento, aterros, avenidas, parques em áreas inundáveis, além de normas para uma habitação mais salubre, tal como o projeto proposto para Campos dos Goytacazes. (FARIA, 2015).

O fato é que Saturnino Brito foi essencial para a criação de novos sistemas de água e esgoto, além da preocupação com o saneamento, o engenheiro se preocupava com a malha viária, disposição de áreas verdes, além da salubridade das habitações. Levando como máxima a racionalidade e o barateamento da obra, o engenheiro buscou medidas higienistas aliadas a ações que promovessem o embelezamento das cidades.

O Rio de Janeiro, então capital do país, também segue o mesmo objetivo de melhoramento das cidades pautadas no embelezamento e com grande foco nas questões sanitárias. Destaca-se, então, as obras realizadas pelo engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913) em terras cariocas. Foi no início do século XX, mais especificamente entre 1902 e 1906, que Pereira Passos se tornou prefeito do Rio de Janeiro e realizou marcantes transformações na configuração da cidade.

Durante sua gestão, o engenheiro focou-se em mudar o ar colonial que ainda perdurava na capital, trazendo assim medidas de embelezamento da cidade, Pereira Passos também objetivava controlar a proliferação de doenças e epidemias. Para isso, inspirou-se na Reforma de Haussmann⁴ em Paris, seguindo máximas como o alargamento de vias e a criação de *boulevards*. O engenheiro aplicou medidas como a valorização das áreas centrais, a abertura de novas avenidas e o alargamento das vias (Figura 8). Em termos de saneamento propriamente dito, o

⁴ A reforma urbana liderada por Haussmann, remodela a cidade de Paris com a criação de inúmeros *boulevards*, jardins e praças. Tais mudanças também tiveram o caráter higienista, assim como objetivaram a melhoria da malha viária e o embelezamento da cidade.

então prefeito reestruturou o sistema de água e esgoto e realizou obras e canalização de rios. (ÁLVARES, 2002).

Figura 8 - Croqui para reforma e construção de vias na área central do Rio de Janeiro (1902-1906)



Fonte: O RIO, 2019.

Para a renovação urbana do Rio de Janeiro, o engenheiro Passos utilizou da promoção do saneamento aliada com os projetos de alargamento de vias para a tentativa de erradicação dos cortiços⁵. Diversas edificações foram demolidas, em inúmeros casos foram extintos mais cortiços do que de fato eram necessários para a realização das obras, exatamente pela máxima seguida pelo prefeito de embelezamento do Rio de Janeiro. Os terrenos desapropriados abriram espaço para a construção de novos edifícios públicos e comerciais. A valorização destes lotes, de fato mudou a estética da cidade, trazendo a modernização tão desejada para a capital do país. (ÁLVARES, 2002).

⁵ Tipologia habitação que desprezava as condições mínimas de higiene. O cortiço será melhor caracterizado no próximo capítulo.

Paralelo a essas mudanças, a Avenida Central (Figuras 9 e 10) foi um dos grandes marcos do mandato de Pereira Passos. Realizada em parceria com o Governo Federal, a construção de tal via exigiu a demolição de aproximadamente seiscentos prédios que em sua maioria eram ocupados por cortiços. Vale ressaltar que o então prefeito possuía poderes plenos para a desapropriação das áreas que o mesmo via necessário, sem a necessidade de processo jurídico e sendo extinto qualquer amparo as famílias que ali moravam. (KOK, 2005).

Figura 9 - Avenida Central inaugurada em 1905



Fonte: O RIO, 2019.

A obra da Avenida Central foi chefiada pelo engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) e teve início em 1904. Além da desapropriação das edificações, a obra também loteou a área, instalou sistema de água, esgoto, iluminação e eletricidade, além disso se preocupou com a remodelação becos e vielas, transformando-os em ruas mais largas, niveladas e construindo calçadas. A Avenida propriamente dita destacou-se na malha viária com os seus 1.800 metros de extensão e 33 metros de largura (Figura 10), seguindo o estilo dos *boulevards* já tão característicos da reforma urbana de Paris. A via cortou a região central da cidade, partindo da Praça Mauá. (KOK, 2005).

Figura 10 - Avenida Central (1905) e seu impacto no traçado urbano do Rio de Janeiro



Fonte: LUCENA, 2015a.

Nessa nova via importantes edificações foram locadas, tal como o icônico prédio do Theatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional. Todas essas seguem o estilo eclético, aproximando ainda mais a cidade carioca dos grandes centros europeus. O calçamento foi ornamentado com pedras portuguesas, já o canteiro central recebeu espécies do Pau Brasil. (KOK, 2005).

Para além das obras físicas, Pereira Passos também decretou que apenas pessoas com trajes completos poderiam circular na Avenida Central, tornando assim um local pensado para a elite carioca. Em 15 de novembro de 1905, a nova artéria do Rio de Janeiro foi inaugurada, já em 1912 a via foi renomeada para Avenida Rio Branco, em homenagem ao Barão de Rio Branco. (KOK, 2005).

Durante o mandato de Pereira Passos como prefeito da então capital brasileira fica claro a busca por melhorias higienistas na cidade, assim como a preocupação em trazer para o Rio de Janeiro uma renovação estética. A liberdade concebida pelo Governo Federal foi indispensável para que o prefeito em questão realizasse obras notórias. A abertura da Avenida Central é uma das obras mais marcantes do período de poder do engenheiro, mas vale ressaltar que inúmeras vias foram aumentadas, alargadas e construídas. De fato, após as obras comandadas

por Passos o Rio de Janeiro estava com uma nova roupagem, além de esteticamente mais próximo às cidades europeias.

Outro prefeito que se destaca nas melhorias higienistas da cidade carioca é Carlos César de Oliveira Sampaio (1861-1930), que assumiu o poder municipal de 1920 a 1922. O desmante do Morro do Castelo (Figura 11) foi sua principal ação. Isso porque a problemática da ausência de noções de higiene nesse local já se perdurava por séculos.

Figura 11 - Demolição do Morro do Castelo em 1922



Fonte: LUCENA, 2015b.

Mesmo sendo um ponto valioso para a história da formação do Rio de Janeiro, as condições sanitárias do terreno que abrigava inúmeras famílias de baixa renda não deixaram outra solução viável que não fosse a demolição do Morro do Castelo. Situava-se ainda ao lado da Avenida Central (nessa época já chamada de Avenida Rio Branco), em uma das áreas mais valorizadas do Rio de Janeiro. Mostrando assim que além do interesse sanitário e estético, o capital também era foco dessa obra. (LUCENA, 2015b).

O Morro do Castelo foi demolido a partir do uso de picaretas e água, sua terra serviu de aterro para áreas como a Urca, Lagoa Rodrigo de Freitas e outras áreas ao redor da Baía de Guanabara. (LUCENA, 2015b). Tal obra ilustra novamente a preocupação sanitária das melhorias urbanas, alinhadas com a promoção de embelezamento da cidade, objetivando melhor aproveitamento de áreas centrais já valorizadas.

A partir da década de 30, a preocupação com a elaboração de planos para o conjunto urbano se torna mais notória em todo o Território Nacional. Esses planos propõem uma visão da totalidade da cidade, com articulação entre os bairros, o centro e as possíveis áreas de expansão da cidade. Nesse mesmo período são formuladas as primeiras propostas de zoneamento da cidade, tal como legislações de uso e ocupação do solo. Percebe-se também a ênfase no planejamento urbano com a criação de órgãos públicos voltados unicamente para essa área. Dessa forma, se tem o início de um olhar com maior destaque para a expansão das cidades brasileiras. É válido ressaltar que Saturnino Brito desde seus planos de saneamento já voltava seus estudos para o planejamento urbano, porém é a partir de 1930 que se percebe essa visão integrada aos planos de sistemas de infraestrutura na maioria das cidades brasileiras. (LEME, 2008).

É também nessa época que as discussões a respeito da habitação dos trabalhadores ganham ainda mais realce. Primeiramente, a nível mundial, arquitetos de diversas áreas se reúnem para discutir a respeito de novas áreas urbanas e novas formas de morar. As informações são compartilhadas a partir de artigos, livros e especialmente congressos, com destaque ao Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) que por vezes foi fonte de decisões valiosas para a nova forma de se pensar cidades modernas. (SILVA, 2006).

Na Europa, desde 1926 a produção em massa das habitações, seguindo padrões de moradia mínimos, passou a ser intensificada com a intervenção do Estado a partir de políticas habitacionais. (SILVA, 2006). Como visto anteriormente neste trabalho, quando da análise da produção de Gropius. Diante das experiências europeias e das discussões técnicas internacionais, percebe-se que a forma de morar mais adequada para o cenário mundial se resume a uma unidade habitacional com dimensões reduzidas, amparadas por um conjunto de equipamentos urbanos de uso coletivo.

Esse padrão de habitação é o objetivo principal do CIAM de 1929, realizado em Frankfurt. Os debates e trocas de conhecimento do Congresso aconteceram em torno de um tema central que foi intitulado de “A moradia para o mínimo nível de vida”. A unidade habitacional padronizada, com dimensões reduzidas, focando no barateamento da obra e no uso de novas tecnologias construtivas, foi concretizada como o padrão habitacional mais coerente para o contexto. Muito se foi discutido a respeito do conjunto urbano que deveria compor as áreas residenciais,

equipamentos urbanos como praças, creches, escolas, áreas para a prática de esportes, áreas verdes. (FELDMAN, 2005).

Nesse contexto, no Brasil a forma de morar do trabalhador se encontra em uma situação caótica. A ausência de noções de higiene nas habitações e o aumento exorbitante da população nos centros urbanos brasileiros leva o Governo Federal a intervir de forma mais intensa na questão habitacional. Guiados pelos princípios higienistas e pelas ideias que surgem em termos de habitação mínima no cenário mundial, os conjuntos habitacionais modernos ganham grande foco na produção de moradia a partir de 1930. Tal fato será analisado e exemplificado de forma plena no próximo capítulo dessa pesquisa.

2.1 Breve contexto da arquitetura moderna no Brasil

Após a análise dos primeiros passos do urbanismo moderno brasileiro, faz-se necessária a compreensão das origens do movimento moderno para a arquitetura no Brasil. Ressalta-se que o início do movimento moderno brasileiro é plural. Como qualquer outro estilo histórico não surge abruptamente, assim como evidentemente não some repentinamente. Sendo necessário, portanto, a compreensão de tal origem para ser realizado um estudo mais detalhado dos arquitetos e seus feitos modernistas. (BRUAND, 2005).

Conforme Fernandes (2009), o século XX é marcado pelo crescimento das cidades e o avanço das indústrias brasileiras, somado às críticas aos movimentos políticos oligárquicos e à grande influência dos imigrantes. Tudo isso reflete na necessidade de uma nova mentalidade, em especial nas áreas da arte e da educação.

Nesse contexto, o movimento modernista vem com o objetivo de remodelar o ambiente cultural brasileiro, desejando atualizar os padrões estéticos, sem necessariamente se prender a uma corrente específica. (SEGAWA, 2002).

Em 1912, chegam ao Brasil os movimentos de vanguardas europeus, fomentada pelo poeta Oswald de Andrade, em que este se dispõe a divulgar os princípios futuristas. Divulgação essa que, em um primeiro momento, não causa grande alarde na população brasileira. É no final de 1917 que a exposição da pintora Anita Malfatti traz a público o questionamento acerca da arte produzida naquele espaço temporal. Diante de uma crítica nada generosa que Monteiro Lobato redigiu, chamando a artista de “ser bizarro” e duvidando do valor de sua arte, Oswald de

Andrade, em resposta, defendeu o posicionamento artístico da pintora. Essa polêmica confronta-se com jovens que buscam levar a público o que produziam, clareando assim as raízes da Semana de Arte Moderna de 1922. (BRUAND, 2005).

A Semana de Arte Moderna, para Bruand (2005, p. 63), “tratava-se, antes de tudo, de uma manifestação de protesto, de um desafio à opinião pública, revestido em essência crítica de um certo caráter anárquico”. Essa busca por identidade e despreendimento de padrões europeus e conservadores, típicas da Semana de Arte Moderna e exemplificada no movimento antropofágico⁶, conversa diretamente com as motivações para o desenvolvimento da estética arquitetônica modernista, tão visível no bairro objeto do presente estudo, como ficará claro no decorrer da pesquisa.

Em contraponto, a Semana de Arte Moderna não exerceu influência direta na arquitetura, porém reforça a ideia de renovação do pensamento intelectual. Conforme Bruand (2005, p. 63),

De um ponto de vista objetivo, não exerceu a Semana de Arte Moderna qualquer influência direta sobre a arquitetura, isto não significa, no entanto, que seu papel tenha sido nulo, ela criou um clima novo, revelou um espírito de luta contra o marasmo intelectual, contra a aceitação incondicional dos valores estabelecidos.

Esse contexto de mudança de mentalidade foi bem compreendido pelo arquiteto Gregori Warchavchik, que é considerado um dos pioneiros no movimento moderno da arquitetura brasileira. Warchavchick chegou em São Paulo em 1923, nascido na Rússia e com estudos na Itália, o imigrante encontrou-se em um cenário receptivo para estrangeiros. O arquiteto não mediu esforços para a renovação da arquitetura, mesmo que para a construção civil os desafios fossem grandes: o custo elevado do cimento, ferro e vidro somando-se aos métodos construtivos ainda artesanais, além da incompreensão do partido arquitetônico pela opinião pública. Segundo Bruand (2005, p. 63):

Indiscutivelmente era preciso coragem, energia e entusiasmo para ousar enfrentar tantos problemas de uma só vez; para ser bem-sucedido, era necessário também um certo senso de diplomacia e uma grande capacidade para convencer. Nenhuma dessas qualidades faltou a Gregori Warchavchik, cuja ação pioneira merece ser destacada.

Tal esforço foi reconhecido desde a primeira casa que construiu. Warchavchik recebeu críticas positivas dos líderes da Semana de Arte Moderna,

⁶ O termo antropofágico faz alusão ao ato de deglutir. Pode ser explicado como uma forma de renovar a cultura e pensamentos que cercavam a nação nesse recorte histórico, trazendo uma ideia nacionalista e renovadora.

destacando seu pensamento inovador que condizia com os ideais do evento. A respeito de tal fato Bruand (2005, p. 63) comenta que “insistiu no caráter ao mesmo tempo moderno e brasileiro de sua arquitetura”.

Antes de comentar sobre a obra em si do arquiteto pioneiro nesse movimento no Brasil, ressalta-se a importância de se compreender o pensamento e influências desse profissional. Nesse contexto, Warchavchik destaca-se pela publicação, em 1925, do manifesto “Acerca da Architectura Moderna”, no jornal Correio da Manhã. A valorização da indústria, a racionalidade da obra arquitetônica, o princípio da economia e a negação de estilos do passado são temas centrais desse texto. Como pode ser visto no seguinte trecho do manifesto de Warchavchik:

Para que nossa arquitetura tenha cunho original, como tem as nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. [...] A nossa arquitetura deve ser apenas racional, deve basear-se na lógica e esta lógica devemos opô-lo aos que estão procurando por força imitar na construção algum estilo. (WARHAVCHIK, 1925, apud BRUAND, 2005, p. 384).

O ideal de funcionalidade também é levantado, aproximando Warchavchik de Le Corbusier. Tornaram-se ainda mais nítidas as inspirações que guiavam o arquiteto que residia no Brasil. (BRUAND, 2005). Tal fato será destacado ao longo desse trabalho, de forma especial ao caracterizar as obras de Warchavchik.

Ainda nesse manifesto, percebe-se que Warchavchik se esforça em tecer comentários que representem o pensamento moderno. De forma especial, e muito valiosa para a análise futura dos conjuntos habitacionais Cohab-Anil, em relação à habitação, o arquiteto externa de forma sucinta os ideais que para ele representam a arquitetura moderna residencial:

Construir uma casa mais cômoda e barata possível, eis o que deve preocupar o arquiteto construtor da nossa época de pequeno capitalismo onde a questão economia predomina todas as demais. A beleza da fachada tem que resultar da racionalidade do plano da disposição interior, como a forma da máquina é determinada pelo mecanismo que é sua alma. (WARHAVCHIK, 1925, apud BRUAND, 2005, p. 384).

Tais pensamentos são consolidados na obra de Gregori Warchavchik, quando entre 1928 e 1931 o arquiteto projeta sete residências e dois conjuntos habitacionais em São Paulo, além de uma residência no Rio de Janeiro. Dentre essas, destaca-se a casa do arquiteto, primeira obra pessoal deste, iniciada em 1927 e finalizada em 1928, reforçando o caráter pioneiro de sua produção no cenário brasileiro. (SEGAWA, 2002).

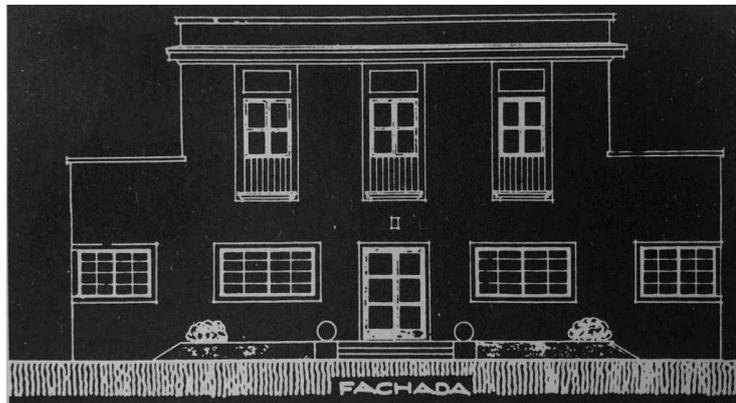
2.2.1 Arquitetura residencial moderna brasileira: primeiras representações

A casa moderna de Warchavchik abre espaço para o início de uma análise primordial deste trabalho e conceituação da arquitetura moderna residencial. Tal obra destaca-se pelo caráter pioneiro nas representações da arquitetura moderna brasileira. Representações essas que futuramente serão concretizadas nas unidades habitacionais do objeto de estudo desse texto: os conjuntos residenciais Cohab-Anil em São Luís.

O projeto pioneiro de Warchavchik serviu de moradia para o arquiteto e sua esposa Mina Klabin. Localizada na Rua Santa Cruz, Vila Mariana, na cidade de São Paulo. (SEGAWA, 2002).

Os desafios para a construção dessa casa foram notáveis, a fachada precisava de uma aprovação por um “serviço de censura de fachadas”, que necessitava autorizar a execução. Fachadas nuas, sem ornamentos, definitivamente não eram bem vistas. Para driblar esse empecilho, o arquiteto entregou um projeto com maiores detalhes para aumentar a ornamentação dessa fachada (Figura 12).

Figura 12 - Fachada da casa da Vila Mariana apresentada para burlar o serviço de censura



Fonte: BRUAND, 2005, p. 66.

Após a aprovação, a execução seguiu da forma como Warchavchik desejava. Para as autoridades municipais, o arquiteto alegou falta de recursos como justificativa para a forma que a fachada tomou, nitidamente simples e sem ornamentos (Figura 13). (BRUAND, 2005).

Figura 13 - Fachada da casa da Vila Mariana construída



Fonte: CASA, 2019.

Outro obstáculo a ser superado foi o uso de materiais industriais, destacando-se o concreto armado, técnica construtiva para qual o projeto foi pensado. Pelo alto custo de tal material nesse momento histórico, o arquiteto optou pelo uso de tijolos, escondidos por uma camada de revestimento de cimento branco. (BRUAND, 2005).

Sendo assim, percebe-se que o manifesto, escrito dois anos antes da construção da casa, não foi seguido de forma rigorosa, visto que a valorização da indústria foi um dos pontos chave de tal texto. Por outro lado, ao optar por soluções de menor custo em alguns impasses entre obra e projeto⁷, Warchavchik aplica de maneira mais sólida os princípios que compõe seu escrito. (BRUAND, 2005).

Ao analisar as características de tal obra, fica nítido o uso de ângulos retos, traçados simples, formas elementares e disposição simétrica dos elementos. Além disso, destaca-se a ausência de textura ou qualquer tipo de adorno como forma de provocação ao novo estilo arquitetônico que o arquiteto propunha. Esteticamente, a inspiração de Warchavchik por Le Corbusier é notória:

A composição baseada em formas elementares, o uso exclusivo do ângulo reto, a regularidade do conjunto e dos detalhes tanto em planta quanto em elevação correspondiam plenamente ao espírito formal dos projetos pospostos na época pelo mestre francês. (BRUAND, 2005, p. 67).

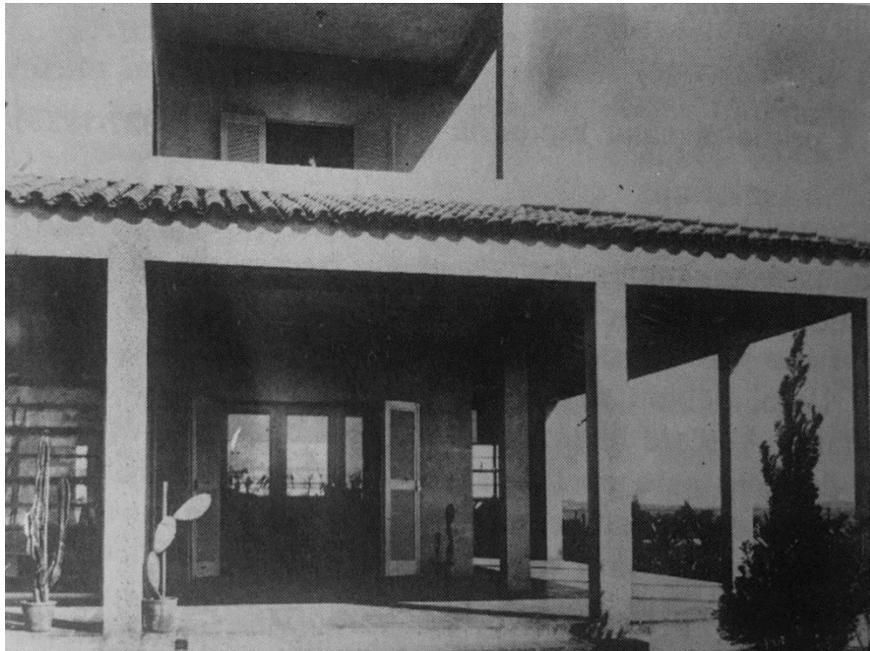
Para a cobertura da casa foi escolhido o telhado cerâmico coberto com platibanda, mesmo que dada sua referência à produção de Le Corbusier, o uso do telhado jardim fosse esperado. Bruand (2005) desta que o Warchavchik justifica sua

⁷ Outro exemplo de tal fato está ligado ao uso das esquadrias, primeiramente projetadas de forma que só seria viável o fornecimento se o arquiteto desenhasse e mandasse fazer esse modelo específico de janela. Visto isso, optou por mudar essa concepção e usar janelas produzidas em larga escala, barateando o projeto. (BRUAND, 2005)

escolha ao comentar que, na época, as técnicas de impermeabilização de coberturas eram escassas. Já Segawa (2002) destaca que antes mesmo da data da construção dessa obra já havia construções com terraços em concretos, mostrando assim que tais técnicas já tinham sido empregadas.

O fato é que o uso de telha tradicional foi visto, para o arquiteto e para a crítica, como uma aproximação ao local em que Warchavchik estava construindo. Além disso, outros fatores contribuem para a maior adequação da obra ao meio: o uso da varanda espaçosa, tão comum em países tropicais, com cobertura de telhas-canal aparente (Figura 14), assim como o elegante jardim⁸ que circundava a casa, com espécies brasileiras como Mandacaru, Guaimbê e Guapuruvu. (LIRA, 2011). Afirmando, dessa forma, uma aproximação maior com o ideal nacionalista, “abrasileirando” sua obra, deixando o crítico brasileiro mais próximo e confortável com essa nova arquitetura. Bruand (2005, p. 67) confirma a afirmação: “Não resta dúvida que essas características particulares facilitaram, num primeiro instante, a aceitação da obra de Warchavchik e da mensagem que pretendia transmitir”.

Figura 14 - Varanda da Casa da Vila Mariana



Fonte: BRUAND, 2005, p. 66.

A crítica em um primeiro momento foi favorável. Em 17 de junho de 1928, o Diário Nacional, jornal comandado por intelectuais que compunham a Semana de

⁸ Jardim de autoria de Mina Klabin, esposa do arquiteto.

1922, destacou as qualidades do edifício e comentou da importância do mesmo para a renovação das artes no Brasil. Já o Correio Paulistano, em 15 de julho do mesmo ano, publicou uma série de artigos redigidos por Dácio de Moraes, nada favoráveis a consolidação da nova arquitetura. Aproveitando tal impasse, Warchavchik publicou no mesmo periódico uma série de textos disponibilizados quinzenalmente, afirmando os ideais da arquitetura moderna. (BRUAND, 2005).

O fato é que a repercussão, seja ela positiva ou negativa, foi o suficiente para a sociedade paulistana se interessar por tal obra. Muitos se deslocavam até a apática Vila Mariana para ver a “caixa d’água”, como foi popularmente apelidada a casa do arquiteto, apelido esse que ressaltava o teor funcional da obra. Para Bruand (2005, p. 68), “na verdade, o nome só podia alegrar o teórico funcionalista que acima de tudo era Warchavchik.”.

As próximas obras de Warchavchik confirmaram as tendências já expostas na casa da Vila Mariana: a ausência de adornos, o uso de formas simples e dos ângulos retos, além da valorização da funcionalidade. O ano de 1930 é um marco na carreira do arquiteto, Le Corbusier visita São Paulo permitindo assim a primeira interação entre Warchavchik e o arquiteto francês mundialmente conhecido por difundir o moderno. Essa conexão foi bastante positiva para a produção moderna brasileira, como destaca Bruand (2005, p. 68):

Le Corbusier pronunciou conferências em São Paulo e no Rio; visitando obras de Warchavchik, surpreso com a existência de uma arquitetura “moderna” naquela cidade e entusiasmado com o que via, escreveu imediatamente para Giedion, secretário-geral dos C.I.A.M.⁹, para comunicarlhe o fato e propor que fosse Warchavchik nomeado delegado para a América do Sul, com o que sua obra passou a ser conhecida e divulgada na Europa.

Ainda no mesmo ano, em 26 de março de 1930, Warchavchik inaugura a exposição “Casa Modernista” (Figura 15) na casa que acabara de construir localizada na Rua Itápolis, bairro do Pacaembu, São Paulo. A exposição perdurou por pouco menos de três meses e atraiu mais de vinte mil pessoas. A ideia, ainda que já expressa no título de tal exposição, era difundir a arquitetura moderna para as famílias paulistanas.

⁹ CIAM- Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

Figura 15 - A "Casa Modernista" na Rua Itápolis



Fonte: BRUAND, 2005, p. 69.

Para isso, além da construção da casa, o arquiteto elaborou também toda a decoração em seu interior (Figura 16). Warchavchik projetou os móveis seguindo a estética modernista. Além disso, o arquiteto compilou uma pequena mostra das artes de vanguarda do país, envolvendo a pintura e a escultura em sua obra. (BRUAND, 2005).

Figura 16 - Interior da "Casa Modernista"



Fonte: BRUAND, 2005, p. 69.

A “Casa Modernista”, ainda que com algumas críticas resistentes, mostrou o sucesso e popularidade que Warchavchik causava na sociedade paulistana. De forma resumida, o ano em questão também marca o início da revolução de 30, onde muitos defensores do movimento de vanguarda acenderam à alta sociedade brasileira. (BENEVELO, 2006).

O sucesso de Warchavchik chega ao Rio de Janeiro, até então capital do Brasil. O fato é que Lúcio Costa, na tentativa de desenvolver o movimento moderno em terras cariocas, se dirige ao fundador da “Casa Modernista” para oferecer que o mesmo comande a Escola Nacional de Belas Artes, na função de diretor. O convite é aceito e assim inicia-se a difusão do moderno no Rio de Janeiro, um dos fatores decisivo para que, anos depois, o Prédio do Ministério da Educação e Saúde se torne um grande exemplar da arquitetura moderna carioca. (BRUAND, 2005).

Também é válido ressaltar no contexto da arquitetura moderna o trabalho de Luís Carlos Nunes de Souza que inicia o movimento moderno nordestino, de forma paralela aos trabalhos realizados nos grandes centros urbanos brasileiros. O arquiteto nascido em Belo Horizonte e aluno da Escola Nacional de Belas Artes, comentada anteriormente pela sua tentativa de implantar o moderno como pauta de estudo. Luís de Souza muda-se para a cidade de Recife em 1934. Na capital de Pernambuco o arquiteto exerceu sua profissão na Secretaria de Obras e Viação do Estado, organizando e dirigindo a Diretoria de Arquitetura e Construção (DAC). (BRUAND, 2005).

Na DAC, Luiz de Sousa era encarregado de coordenar e fiscalizar o serviço de arquitetura responsável pelos edifícios públicos do estado de Pernambuco ou edifícios de parcerias público privada. O arquiteto tinha uma habilidade notória em administrar os princípios modernistas da racionalidade e economia em seu trabalho. Apesar da ausência de uma indústria construtiva fortalecida para apoiar as ideias inovadoras de Luís de Sousa, o jovem organizou e aperfeiçoou técnicas artesanais comumente utilizadas na região, obtendo assim, o resultado esperado. Exemplo desse fato é o uso inovador dos cobogós (elementos vazados) em suas obras. (BRUAND, 2005).

É importante ressaltar que as primeiras representações do movimento moderno em Recife, liderado pelo jovem arquiteto mineiro, pode ser entendido como um fato praticamente independente da implementação da arquitetura moderna no eixo Rio-São Paulo. Isso porque durante a década de 30, a Nova Arquitetura ainda

não estava totalmente consolidada nas duas principais cidades dessa época. Confirma Bruand (2005, p. 77):

É particularmente notável constar que, mesmo antes da implementação definitiva da nova arquitetura no Rio de Janeiro ou em São Paulo, desenvolveu-se no Recife, de 1934 a 1937, um movimento autônomo, sob vários aspectos até mais avançado. A causa principal dessa situação particular deve-se a personalidade excepcional de Luís Nunes.

Em termos de produção, o arquiteto em questão se destaca pelo seu conjunto de obras diversificadas e originais. Trazendo soluções funcionais e buscando o barateamento da construção civil. Além disso, vale destacar que, diferente dos arquitetos do Rio de Janeiro ou São Paulo que eram discípulos do ideário de Le Corbusier, Luís Nunes buscava sua inspiração na produção de Gropius, com foco na industrialização da arquitetura, produção padronizada e econômica. O Hospital da Brigada Militar (Figura 17) exemplifica o trabalho do arquiteto. (BRUAND, 2005).

Figura 17 - Hospital da Brigada Militar



Fonte: BRUAND, 2005, p. 78.

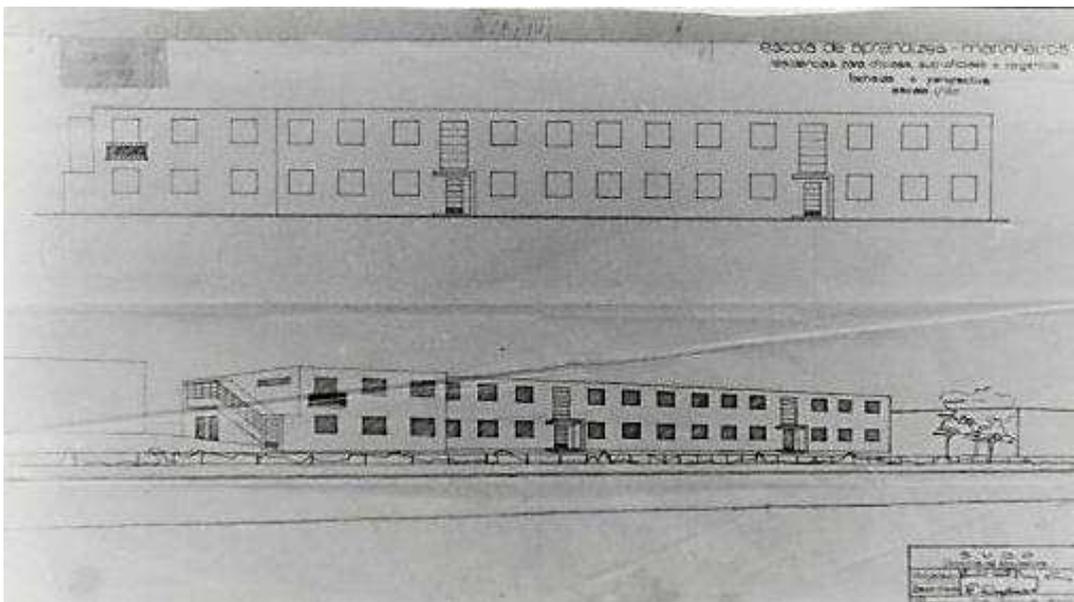
Localizado em Recife, o projeto de tal hospital foi idealizado em 1935 e efetivamente construído dois anos depois. Construído sob pilotis, o prédio apresenta

um grande hall de entrada inteiramente em vidro, deixando a passagem entre o ambiente interno e o jardim externo mais contínua. Além desse ponto, o prédio contou com uma estrutura composta de elementos regulares. A canalização corria sobre a fachada, solução que contraria as ideias de Le Corbusier, mas já havia sido utilizada por Gropius, aproximando mais uma vez Luís Nunes do arquiteto de Bauhaus. (BRUAND, 2005).

Outro ponto a ser destacado foi o excelente emprego da funcionalidade do edifício, facilitando os fluxos dentro do hospital. Por fim, enfatiza-se o uso do concreto armado na obra, além do vidro e dos detalhes metálicos, deixando o prédio com uma roupagem que tanto conversa com as obras modernas.

Luís Nunes se insere no contexto da arquitetura residencial com um projeto pioneiro em termos de habitação. Trata-se do complexo de residências de oficiais, suboficiais e sargentos da Escola de Aprendizes-Marinheiros e Sargentos (Figura 18). O projeto data o ano de 1935 e foi realizado em parceria com Aníbal de Melo Pinto. Mais uma vez, a presença das diretrizes modernas é destacada na produção de Nunes.

Figura 18 - Complexo de Residências para oficiais, suboficiais e sargentos da Escola de Aprendizes-Marinheiros e Sargentos



Fonte: MARQUES; NASLAVSKY, 2011.

Nesse projeto, as unidades habitacionais são dispostas em blocos, de formas simples, linhas retas e descarte das grandes ornamentações. A proposta segue os padrões de conjuntos habitacionais desenvolvidos na Europa, e

conversam de forma muito direta com a produção de Gropius e Mies Van de Rohe para habitações dispostas em blocos de apartamentos. A dinâmica do projeto segue a seguinte ordem:

A circulação vertical comum a cada dois apartamentos é marcada por um rasgo vertical que coroa a marquise de entrada sobre a porta principal. As aberturas quadradas das janelas na fachada principal marcam a modulação dos cômodos dos quartos e os pavimentos são ligados por uma escada externa substituída por uma rampa em concreto. (MARQUES; NASLAVSKY, 2011, não paginado).

O certo é que o projeto para residências oficiais da escola em questão se aproxima muito aos padrões arquitetônicos utilizados nos conjuntos residenciais modernos. O uso de formas simples, do bloco em formato de paralelepípedo, a ausência de adornos e a priorização da funcionalidade e barateamento da obra são características que se encaixam tanto nessa obra de Nunes quanto no contexto da produção de habitação social no Brasil. Ressalta-se mais uma vez a atitude pioneira de Luís Nunes. No próximo tópico desse capítulo ficará ainda mais claro essa similaridade.

Tanto Warchavchik quanto Nunes destacam-se por não medir esforços em busca dos ideais modernistas. O caráter pioneiro e inovador de ambos resultou em uma produção valiosa para o movimento moderno. As obras citadas mostraram a tendência pela simplicidade da forma, uso de materiais industriais, busca pelo barateamento da construção civil e desvalorização e até total esquecimento de ornamentações e adornos. Além disso, a influência de Le Corbusier e Gropius pode ser visualizada no trabalho dos dois arquitetos amplamente comentados no texto. De fato, Warchavchik e Luís Nunes ressaltam o moderno nos exemplares estudados.

3 A HABITAÇÃO SOCIAL E O MOVIMENTO MODERNO BRASILEIRO: a casa do trabalhador

Para o decorrer dessa pesquisa de maneira fluída, é necessário levantar um breve panorama da habitação social brasileira, tentando assim contextualizar de forma superficial a problemática que deu origem às criações dos conjuntos habitacionais modernos. De fato, cada área urbana tem sua especificidade, neste capítulo, porém, será levantado um panorama geral da habitação, assim como o contexto político e social a nível de Brasil.

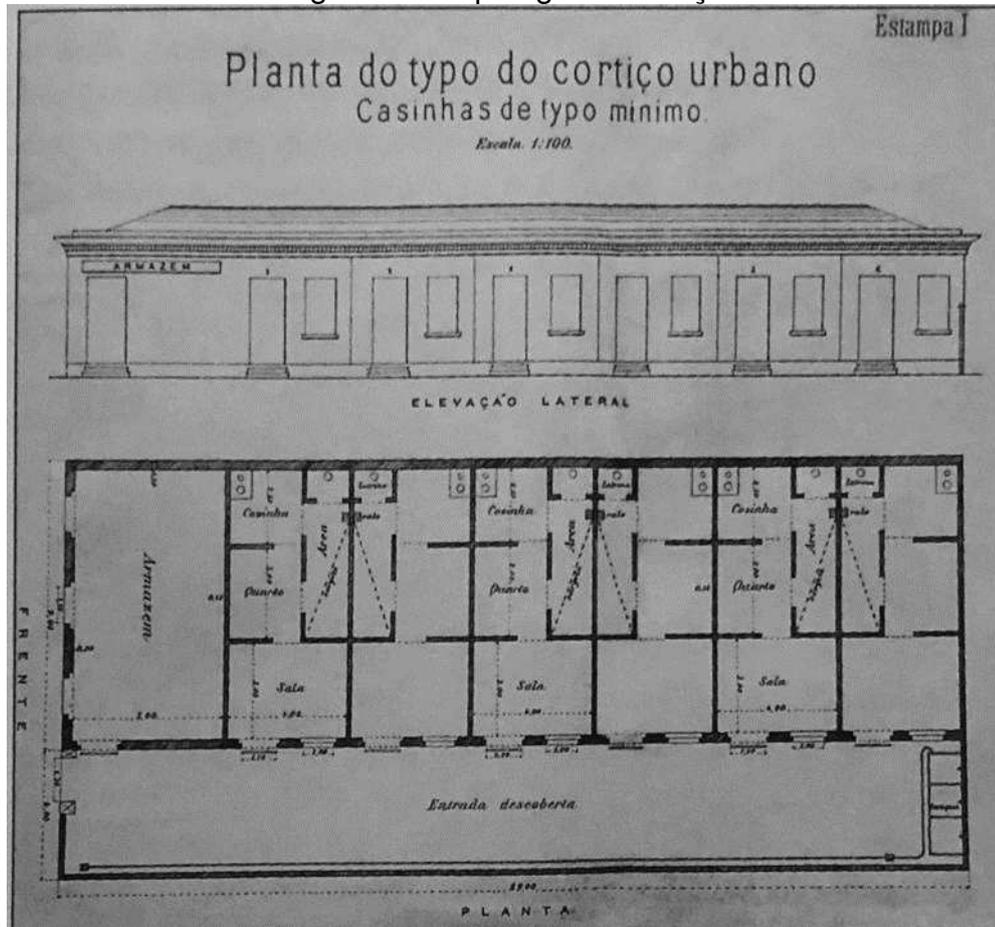
Após compreendida a situação no contexto nacional, partiremos para a análise mais específica da cidade de São Luís, especialmente pela capital maranhense ter vivido um surto industrial tardio, acentuando ainda mais suas peculiaridades em comparação com os grandes centros brasileiros nesse período. Será comentado, ainda que brevemente, acerca dos órgãos públicos que implementaram políticas para a produção de habitações, especialmente a respeito da criação da Companhia de Habitação do Maranhão, responsável pela concretização dos Conjuntos Habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV.

No Brasil, a origem dos questionamentos a respeito do modo de morar da população mais pobre se inicia no final do século XIX. O panorama do país, com a abolição da escravatura e o início da industrialização, levava a massa de trabalhadores de menores rendas a se aglomerarem em cortiços. (BONDUKI, 2004).

Essa forma de morar se caracterizavam pela falta de higiene e dimensões extremamente reduzidas. O cenário nos cortiços era caótico: a inexistência de sistemas funcionais de ventilação e iluminação natural, a ausência de noções de higiene, a extinção de sistemas de água, o descaso com o recolhimento do lixo, entre outros fatores que contribuíam para a proliferação de doenças.

A tipologia arquitetônica dos cortiços (Figuras 19 e 20) é marcada pelo enfileiramento das habitações e pelas instalações sanitárias de uso coletivo.

Figura 19 - Tipologia do cortiço



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 59.

Figura 20 - Cortiço e seu espaço de uso coletivo



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 60.

Comumente as unidades habitacionais se posicionavam voltadas para um pátio central, onde aconteciam eventos da comunidade e atividades domésticas diárias. Tal área servia de espaço público e era utilizada de forma ainda mais constante por conta da ausência de áreas espaçosas no interior da casa¹⁰, reafirma Bonduki (2004, p. 60):

Criava-se assim um espaço de circulação semipúblico envolvido por fileiras de casas “porta-e-janela”, onde se desenvolviam atividades coletivas, brincadeiras de criança, áreas de lavar e secar roupas, rodas de cantoria e bate-papo, festas de São João. As reduzidas dimensões das moradias e a identidade étnica reforçavam a sociabilidade e o uso deste espaço público.

As situações precárias de habitação dos trabalhadores facilitaram os surtos epidêmicos no país, a preocupação com a higiene e com o embelezamento das cidades leva o poder público a investir em infraestrutura. Essa prática marca o final do século XIX e o início do século XX. A questão habitacional começou, de forma muito tímida, a ser discutida no país, a central era extinguir as “sub-habitações” e buscar soluções higiênicas para as moradias das classes mais pobres. (RUBIN, 2013).

Inicia-se assim discussões a respeito da produção de vilas operárias, habitações que nesse contexto seriam alugadas para os inquilinos. Vale reforçar que o ideal da casa própria ainda não pertencia tão fortemente na cultura brasileira, os cortiços e vilas operárias em sua esmagadora maioria se baseavam na locação dos imóveis. Essa tipologia foi difundida de forma mais marcante nas décadas de 20 e 30. (BONDUKI, 2004).

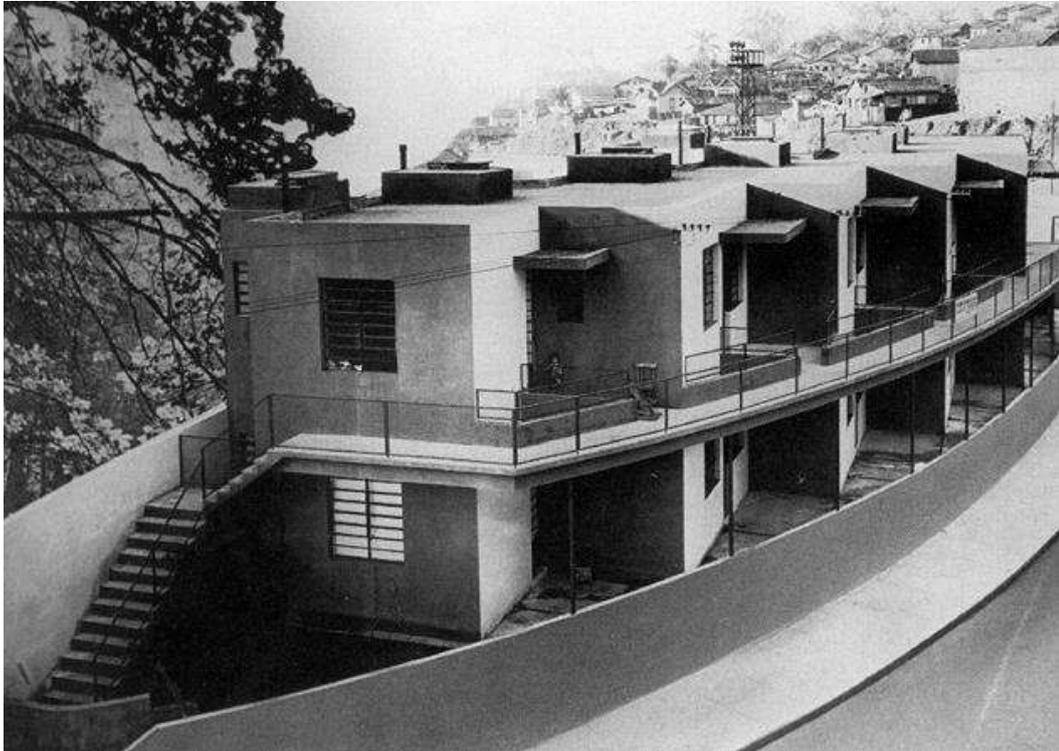
Nesse contexto destaca-se o projeto de Warchavchik e Lucio Costa para Vila Operária da Gamboa (Figura 21), no Rio de Janeiro. As unidades habitacionais dessa produção já contavam com banheiro e cozinha em seu interior, além de seguirem a racionalidade típica de ambos os arquitetos. Se comparada com as instalações dos cortiços, sem dúvidas, é um salto na questão higiênica e na qualidade de vida dos usuários. (PESSOA; ARAÚJO, 1983).

As unidades habitacionais da Gamboa contavam com banheiro privativo, cozinha, sala e dormitórios. São usadas áreas pequenas para cada ambiente, seguindo as ideias de habitação mínima do movimento moderno, como comentado

¹⁰ Essa prática também foi reproduzida nos Conjuntos Habitacionais Modernos, onde a preocupação com os espaços de uso coletivo era justificada com a busca pela habitação mínima, como demonstrado no capítulo anterior.

anteriormente. Além disso, a racionalidade e a funcionalidade são máximas desse projeto, assim como as formas simples.

Figura 21 - Vila Operária da Gamboa



Fonte: VILA, 2019.

Até então, os empreendimentos de habitação eram realizados por iniciativas privadas que, como já comentado, visavam o lucro em cima do aluguel. Essa situação perdura até a Era Vargas (1930-1945) quando, a partir de políticas públicas voltadas para a habitação social, o Estado começa a de fato produzir uma quantidade significativa de unidades habitacionais. O governo populista de Vargas encontra nas sub-habitações do trabalhador uma grande possibilidade de melhor esse cenário: com a construção e financiamento de casas para essa massa operária. Assim inicia-se o processo de produção de moradias através do Estado. (BUNDOKI, 2004).

3.1 A habitação como produção estatal

A produção de habitação a partir de órgãos vinculados ao governo gera uma grande mudança no cenário brasileiro. Nessa pesquisa se faz necessário a compreensão das origens de tal produção, tal como a análise de alguns dos mecanismos que o Estado utilizou para construir unidades habitacionais dentro do recorte histórico que abrange a produção moderna brasileira. Nesse âmbito,

destaca-se o trabalho dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), da Fundação Casa Popular (FCP) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). Nesse momento será comentada a participação de tais órgãos no cenário nacional, após tal entendimento, parte-se para uma esfera específica e será compreendido a participação destes na cidade de São Luís - MA.

No contexto da Era Vargas, onde as primeiras medidas efetivas são tomadas a nível nacional, destaca-se a participação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que, como comentados anteriormente, além do caráter pioneiro, produziram uma quantidade significativa de unidades habitacionais.

Os IAPs tinham como principal função arrecadas benefícios previdenciários de diversos profissionais vinculados ao Ministério do Trabalho. Os Institutos, mesmo não tendo a produção de habitação como principal objetivo, encontram no setor da construção civil uma possibilidade lucrativa. Assim, o Governo Vargas visualiza nesses Institutos a possibilidade de melhorar a forma de morar do trabalhador e qualidade urbana das cidades a partir da habitação social. (VASCONCELOS, 2014).

Ainda da década 30 são criadas as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, possibilitando que tais Institutos invistam até cinquenta por cento de sua receita em financiamento de construções habitacionais. Tais financiamentos visavam a redução da taxa de juros e ampliação dos prazos de pagamentos. É importante ressaltar que os IAPs financiavam moradia apenas para seus associados, destacando assim que essa medida para produzir habitação social beneficiava apenas uma parte da população brasileira. (VASCONCELOS, 2014).

A produção de habitação social dos IAPs por vezes prezou o barateamento da obra, os cômodos com tamanhos mínimos nas residências e a valorização de equipamentos urbanos comunitários. Os Institutos atuaram em todo o país, de forma mais notória nas capitais, e construíram unidades habitacionais dispostas em conjuntos de residências unifamiliares isoladas ou geminadas, blocos residenciais multifamiliares, blocos de uso misto. (BONDUKI, 2004). Como será exemplificado no decorrer dessa pesquisa.

É válido destacar que os IAPs também produziram habitação para as classes média e alta das cidades brasileiras, como é o caso da cidade de São Luís, em que a classe média da população foi a mais beneficiada com os empreendimentos dos IAPs. (VASCONCELOS, 2014).

A atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão na área da habitação chegou ao fim no ano de 1968. Durante os anos de atuação, os IAPs construíram cerca de 125.000 unidades habitacionais, esse total não leva em consideração a produção de moradia para as classes mais altas, mostrando mais uma vez a sua importância para a habitação social brasileira. Com o fim da produção estatal de moradia pelos Institutos, essa função foi designada ao Banco Nacional de Habitação (BNH). (ALMEIDA, 2009).

Com o fim do Estado Novo (1937-1946) e início do governo Dutra (1946-1951) tem-se, em 1946, a criação da Fundação Casa Popular (FCP). Sendo assim o primeiro órgão federal responsável pela produção habitacional. Em termos gerais a FCP assumia as seguintes funções: criação de habitação popular nas zonas rurais e urbanas, financiamento de obras urbanas para a melhoria das condições de vida do trabalhador e realização de parcerias para a racionalização das construções. (ALMEIDA, 2009).

Enquanto os IAPs beneficiavam apenas seus associados e suas famílias, a FCP atendia o público geral e tinha principal foco na parcela da população de baixa renda. A criação da Fundação Casa Popular encontrou nos IAPs uma resistência, isso porque os Institutos temiam que seus interesses corporativos fossem abalados. Para os IAPs, a produção de habitação pela FCP poderia comprometer o controle da distribuição dos benefícios previdenciários, que haviam se multiplicado em função do aumento dos associados e do regime de capitalização. Bonduki (2004, p.120) comenta:

Entendiam que a FCP acabaria minando os institutos previdenciários. Queriam, na verdade, articular o movimento sindical aos institutos, ampliando sua esfera de poder. Mas justificaram sua oposição com o argumento de que os institutos estavam capacitados para enfrentar o problema habitacional. Essa tese não se sustentava, uma vez que repetidas vezes os IAPs haviam deixado claro que não consideravam a solução do problema habitacional seu principal objetivo.

Porém, o problema mais significativo que a FCP enfrentou, foi relacionado à administração de recursos da Fundação. Isso porque o órgão foi concebido para ter controle de seus próprios recursos, gerando assim uma autonomia operacional. Entretanto, a realidade da FCP foi outra: a fundação dependia exclusivamente das verbas do Orçamento Federal, tal fato resultou na atuação fracassada da Fundação. Como comenta Azevedo (1988. p. 108):

O conflito com os estados da federação resultou em um grande fracasso para a FCP, com a supressão pura e simples do fundo de recursos formado

pela cobrança de impostos sobre a transmissão de imóveis, recolhidos pelos estados e transferidos para a Fundação.

A Fundação Casa Popular ainda necessitava de medidas operacionais para viabilizar o barateamento das unidades habitacionais e assim atender as classes mais baixas da população. Tais medidas por vezes incluíram subsídios indiretos, como o uso de terrenos doados pela prefeitura, a garantia de taxas de juros baixas e longos prazos de financiamento. Essas ações somadas com a má administração dos recursos resultaram no desempenho insatisfatório da FCP. Gerando assim uma produção de moradia popular modesta em relação à demanda nesse contexto. (AZEVEDO, 1988).

Em números, a FCP produziu em dezoito anos de atividade 18.132 unidades habitacionais distribuídas em 143 empreendimentos. Essa produção se torna ainda mais irrisória se comparado com os números dos IAPs, órgão que não tinha como objetivo principal a construção de habitação, porém financiaram exatas 123.995 unidades habitacionais, número que ainda exclui a produção de habitação para as classes com um poder aquisitivo mais alto. Provando mais uma vez a atividade insatisfatória da Fundação. (BONDUKI, 2004).

O esgotamento dos recursos federais, a gestão insatisfatória da Fundação e as várias tentativas fracassadas de reformas levaram a FCP a ser extinta com a ascensão dos militares no poder, em 1964:

Após a chegada do Governo Militar em 1964, ao poder, a Fundação da Casa Popular passou a ser considerada pelas autoridades como uma instituição irrecuperável, em virtude de sua ligação visceral com o antigo regime. E 22 anos depois, com a redemocratização do país, as novas autoridades utilizariam alguns argumentos similares para justificar a extinção do Banco Nacional da Habitação. (AZEVEDO, 1988, p. 109).

Além do fim da FCP o ano de início da Ditadura Militar também marca o início do Banco Nacional da Habitação (BNH). Para os mentores do BNH a produção massiva de habitação popular, mais que uma medida para garantir a qualidade de vida da população, aumentaria as chances de popularidade do Governo Militar, mantendo assim a ordem política. Além desse fator, o investimento em moradias mostrava-se valioso para a economia do país: maior empregabilidade de uma mão de obra não qualificada, estímulo à poupança, desenvolvimento da indústria de construção civil e o fortalecimento das empresas associadas à construção civil. (AZEVEDO, 1988).

O BNH se organizou de forma mais coerente que a FCP. Com a finalidade de assegurar a estabilidade dos financiamentos, criou-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O SFH utilizou a poupança tanto compulsória (FGTS) quanto voluntária (caderneta de poupança). Instituiu-se também uma “moeda imobiliária” (unidade-padrão de capital) para servir de base para qualquer operação realizada. Com essa medida o BNH se afirmou financeiramente, evitando a descapitalização do Banco. (MARICATO, 1987).

Tal organização promoveu um maior aproveitamento dos recursos do BNH, expandindo suas ações para outros campos do desenvolvimento urbano, como destaca Azevedo (1988, p. 110):

A expansão deste aparelho institucional teve como consequência a transformação progressiva do BNH em um verdadeiro banco de desenvolvimento urbano, através da agregação das atividades de saneamento básico, financiamento de materiais de construção, transporte, pesquisa etc.

É fato que o BNH visava a produção de habitação para as classes mais baixas da população. Como mecanismo para tal ação, houve a criação das Companhias de Habitação (COHAB) como agente promotor da construção de moradias. As COHABs funcionavam como empresas mistas, sob o controle acionário dos governos estaduais e municipais, e foram fundamentais na produção de casas para os setores de baixa renda. As Companhias desempenhavam a função de coordenar e supervisionar o processo de edificação das unidades habitacionais, focando em reduzir o preço dos empreendimentos. (AZEVEDO, 1988).

O BNH e as COHABs de fato buscaram alternativas para baratear o custo das obras, na tentativa de valorizar os empreendimentos para as classes mais baixas. Os sistemas de gestão de recursos, as parcerias entre órgãos públicos ou empresas privadas e padronização de plantas das unidades habitacionais são exemplos de ações que foram tomadas na busca pela redução dos custos. De início o BNH e as COHABs buscavam empreendimentos para beneficiar a parcela da população que possuía renda entre um a três salários mínimos (SMs). (AZEVEDO, 1988).

Mesmo com tal esforço, a taxa de inadimplência da parcela com menor poder aquisitivo fez com que as atividades desses órgãos se voltassem para as classes médias e altas do país. Tal fato é observado através da mudança que ocorre no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), em 1972, quando os beneficiados dos

empreendimentos das COHABs e BNH passam a ter teto salarial de até cinco salários mínimos, o que antes de tal reforma deveria ser de até três SMs. Tal fato será exemplificado no capítulo posterior, com o estudo de caso dos Conjuntos Habitacionais Cohab-Anil. (VASCONCELOS, 2014).

A respeito da produção de unidades habitacionais financiadas pelo BNH, registra-se que quase 4,5 milhões de moradias tenham sido financiadas pelo banco. Dentre essas apenas 1.499.809, ou seja, pouco mais de 30% do total de unidades habitacionais, foram destinadas formalmente aos setores populares. Como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Número de Financiamentos Habitacionais do BNH entre 1964 e 1986

Mercado popular				Mercado econômico				Mercado médio										
Progra- mas tradi- cionais (Cohab)	(%) Progra- mas alter- nativos ¹	(%) Total de unidades	(%) Total de unidades	Coope- tivas	(%) Outros progra- mas ²	(%) Total de unidades	(%) Total de unidades	SBPE ³	(%) Outros progra- mas ⁴	(%) Total de unidades	(%) Total SFH							
1.235.409	27,7	264.397	5,9	1.499.806	33,6	488.659	10,9	299.471	6,7	788.130	17,6	1.898.975	42,5	280.418	6,3	2.179.393	48,8	4.467.329

Fonte: Azevedo, 1988.

Com o fim da Ditadura Militar e início da Nova República, em 1985, são iniciadas tentativas de reformular o Banco Nacional de Habitação. As discussões a respeito da reforma do BNH são focadas na descentralização do Banco, prioridade social e na criação de instrumentos de equilíbrio financeiro. Porém, antes mesmo dessas ideias chegarem a um nível mais concreto o governo federal decretou, em novembro de 1986, a extinção do BNH e do seu Sistema Financeiro de Habitação. Tal ação foi justificada pela complexidade de uma possível reforma na estrutura da instituição, aliada ao fato do Banco ter sua identidade intimamente ligada ao Regime Militar brasileiro. Com o fim do BNH, suas atividades foram incorporadas a Caixa Econômica Federal. (AZEVEDO, 1988).

3.1.1 As COHABs no Brasil

A importância das Companhias de Habitação Popular na produção de moradia a partir dos investimentos do BNH é inegável, como visto na Tabela 1, as COHABs produziram aproximadamente um milhão e quinhentas mil unidades

habitacionais no território brasileiro. Sendo assim, ressalta-se a importância de compreender o funcionamento desse agente, tal como a evolução das Companhias durante os anos de operação junto ao BNH. Em todo o Brasil funcionaram 32 COHABs, sendo vinte e duas nos estados e uma no Distrito Federal, além de outras onze em diferentes municípios.

As Companhias foram responsáveis pela elaboração e fiscalização de projetos que contemplassem a faixa populacional com renda de até cinco salários mínimos. Eram agentes promotores e financeiros do Banco Nacional de Habitação e asseguravam que os financiamentos comprometessem no máximo 25% da renda dos beneficiados. (VASCONCELOS, 2007).

De forma geral, as COHABs operavam através de repasses de recursos do Banco Nacional de Habitação para as empreiteiras, embora o direito de construir diretamente fosse facultado às Companhias. Atuavam também com a comercialização das habitações construídas e na seleção dos candidatos que visavam adquirir uma casa. Nesse cenário, por vezes a construção das unidades habitacionais era realizada por empresas privadas que obtinham tal direito a partir de licitações públicas, abertas individualmente para cada projeto. Dessa forma, as COHABs ficavam responsáveis pelas fiscalizações das obras, garantindo que seguisse de acordo com o projeto planejado pelas Companhias e aprovado pelo BNH. Também eram fundamentais na liberação do capital para as empresas. (CASTILHO, 2005).

Tais companhias, desde sua fundação, visavam à ampliação e a maior eficiência do processo construtivo das unidades habitacionais, objetivando a produção a larga escala, o barateamento da obra e o cumprimento das normas técnicas em seus canteiros de obras. Sendo assim, as Companhias de Habitação Popular, focadas no custo benefício e na construção de quantidades elevadas de unidades habitacionais em um curto espaço de tempo, optavam por moradias padronizadas, sem grandes preocupações com o conforto do usuário. Confirma Castilho (2005, p. 2):

Por esse motivo, as moradias populares financiadas pelas COHABs possuíam pequenas dimensões e utilizam soluções arquitetônicas "uniformizantes" e "padronizantes", garantindo assim maior rendimento do processo construtivo e, conseqüentemente, melhor retorno dos investimentos aplicados.

Essa máxima da padronização de projetos e dimensões mínimas das unidades habitacionais serão exemplificadas nas soluções arquitetônicas e urbanas que as Companhias de Habitação Popular por tantas vezes optaram. Resultando em conjuntos habitacionais com inúmeras casas idênticas, que pouco levavam em consideração a melhor adequação as características térmicas de cada terreno e davam condições mínimas de conforto aos moradores¹¹. A respeito das COHABs, Vasconcelos (2014, p. 85) complementa:

Importante citar que a própria criação das companhias da habitação foi pensada no sentido de viabilizar um agente promotor de propostas de Habitação Social mais viável para o mercado popular ou, conforme a linguagem dos técnicos do BNH, de maior risco para o mercado privado. Porém, [...] modelos habitacionais viciados, ou de baixa qualidade, conjuntos de dimensões extremas, e desarticulados com o tecido urbano das cidades, acabaram por se tornar a marca das "Casas de Cohab".

Além das unidades habitacionais visarem a produção em larga escala pelo menor custo, a busca pelo barateamento da obra também refletiu na escolha dos terrenos para a locação dos empreendimentos em questão. O custo de tal área aliado as grandes dimensões dos conjuntos habitacionais propostos pelas COHABs, levaram a escolhas de terrenos afastados do eixo central das cidades. Contribuindo assim, para a segregação sócio territorial das cidades modernas. (RANGA, 2015).

Como consequência de tal distanciamentos dos centros urbanos, por vezes os conjuntos habitacionais entregues pelas Companhias sofriam com a falta de infraestrutura básica. Os imóveis eram entregues sem as condições dignas para os moradores, com ausência de fatores indispensáveis, como pode ser confirmado na fala:

Muitos projetos foram entregues incompletos, alcançando somente o esqueleto da unidade de moradia - em telhados e paredes, eram entregues aos moradores casas sem portas e janelas. A falta de infraestrutura, até mesmo sem a devida pavimentação de ruas e a carência ao acesso ao transporte, impossibilitava a essa população não somente as condições necessárias de moradia, mas, principalmente, o ingresso à cidade. (RANGA, 2015, p. 53).

Percebe-se assim, a grande preocupação das COHABs com as quantidades de unidades habitacionais entregues, deixando de lado a qualidade construtiva. Tal fato se exemplifica com o descuido na entrega de unidades habitacionais amplamente amparadas pela infraestrutura somados com o distanciamento dos

¹¹ Esse fato ficará ainda mais claro com o decorrer dessa pesquisa com a breve análise de alguns conjuntos residenciais fomentados pelas COHABs a nível nacional, assim como durante a caracterização dos conjuntos residenciais que são destaque nesse trabalho: Cohab-Anil I, II, III e IV.

centros urbanos e com as soluções arquitetônicas focadas apenas na produção em larga escala e no barateamento da obra. Ficando claro a grande preocupação das Companhias de Habitação Popular em melhorar o panorama da habitação no Brasil de forma apenas quantitativa, não se preocupando a fundo com a qualidade dos conjuntos habitacionais promovidos pelas mesmas.

Além da repetição e padronização das unidades habitacionais presentes nas implantações dos conjuntos habitacionais das COHABs, outro fator a ser comentado refere-se a infraestrutura urbana desses espaços. A ênfase no grande adensamento da área priorizava os lotes para moradias, deixando de lado a preocupação com os espaços de uso coletivo. Praças, quadras poliesportivas, creches, escolas, postos de saúde, dentre outros equipamentos urbanos nem sempre eram bem pensados ou implantados de forma plena nos empreendimentos das Companhias. Sendo assim, novamente é levantado a problemática do destaque apenas na quantidade de moradias a serem entregues, em detrimento da qualidade urbana e arquitetônica desses conjuntos habitacionais. (MARICATO, 1987).

Percebe-se também, de maneira geral, que a produção das COHABs a nível nacional com standardização e padronização do processo construtivo, levou a concretização de conjuntos habitacionais com tipologias muito similares, criando uma configuração monótona na paisagem das cidades modernas. (MARICATO, 1987). Tal fato ficará ainda mais claro no próximo sub-tópico, com a exemplificação e breve análise de conjuntos habitacionais fomentados pelas Companhias.

O fato é que a produção das Companhias de Habitação Popular no Brasil teve sua parcela significativa no número de empreendimentos entregues a população de menor renda do país. Por outro lado, soluções arquitetônicas e urbanas rasas foram implantadas visando apenas o maior adensamento da área, diminuindo o conforto do usuário e chegando a se isentar das responsabilidades básicas relacionadas a infraestrutura e equipamentos urbanos. Os conjuntos habitacionais promovidos pelas COHABs, aliadas com o Banco Nacional da Habitação, são alvo de fortes críticas em especial pelo padrão de escolha de terrenos afastados dos centros urbanos das cidades:

Esses conjuntos foram causadores da baixa identificação no tecido social, dificultando a mobilidade e promovendo uma expansão urbana sem infraestrutura. Isso foi notório quanto a uma real inclusão da produção pública da habitação. (RANGA, 2013, p.57).

Dada a importância do padrão construtivo reproduzido pelos conjuntos habitacionais fomentados pelo Estado, como é o caso da produção das COHABs, se faz necessário a exemplificação de alguns desses empreendimentos. Para isso, no próximo sub-tópico será levantado e analisado alguns exemplares da produção do Estado em conjuntos residenciais a nível nacional. Após esse momento, a pesquisa iniciará as discussões voltadas para a cidade de São Luís e por fim, para o objeto de estudo mais específico desse estudo: os conjuntos Cohab-Anil I, II, III e IV.

3.2.2 Os conjuntos residenciais modernos: representações

Tendo em vista que o objetivo desse estudo é o conjunto residencial da Cohab-Anil em São Luís, inicia-se, então, a caracterização e a análise do urbanismo e da arquitetura moderna no contexto dos conjuntos residenciais. Para isso, levantam-se algumas produções brasileiras para auxiliar a compreensão dessa linguagem inserida no contexto urbano.

Os conjuntos residenciais brasileiros são uma resposta direta à crise habitacional presente em inúmeras cidades capitalistas. Nas cidades brasileiras, durante a Primeira República, de modo geral o Estado não manifestou grandes preocupações com a forma de morar do trabalhador, onde o cenário caótico dos cortiços por muito se repetiu. (BONDUKI, 2004).

Dessa forma, essa área do trabalho preocupa-se com caracterização, exemplificação e breve análise de alguns exemplares de conjuntos residenciais a nível nacional. Nesse sentido, destacam-se os empreendimentos fomentados pelos seguintes órgãos: Institutos de Aposentadoria e Pensões, o Departamento de Habitação Popular¹² e as Companhias de Habitação Popular, sendo esse último, como já visto, capitalizado pelo BNH.

Como já visto, a grandiosidade dos IAPs ao se produzir moradia é notória. Até 1950, o volume de obras construídas somou 17.725 unidades habitacionais, provando sua enorme influência na habitação social brasileira. Destaca-se também a coerência no pensamento do Instituto e a preocupação com o meio urbano, como confirma Bonduki (2004, p. 155): “Coerentemente com o que pensava os arquitetos

¹² O Departamento de Habitação Popular, criado em 1946, foi um órgão municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional da cidade carioca. Foi responsável pelo Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, tal obra é um grande marco para arquitetura e urbanismo residencial moderno brasileiro.

modernos, para o IAP, construir habitações econômicas e ao mesmo tempo e necessariamente urbanismo”.

No ponto de vista urbano, os projetos dos Institutos foram dimensionados e projetados para serem verdadeiros núcleos urbanos. Isso se justifica com o fato de que tais projetos muitas vezes eram de grandes dimensões, com mais de 500 mil unidades habitacionais que totalizavam uma média de 3 mil moradores. Logo, os conjuntos iam além da moradia, somando-se os equipamentos urbanos e comunitários em seus projetos. (BONDUKI, 2004).

Nesse contexto destaca-se o Conjunto Residencial do Realengo (Figura 22), finalizado em 1943, e o pioneirismo dos IAPs ao construir habitação popular. O conjunto foi projetado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira, implantado no Rio de Janeiro e composto de 2.344 unidades, dentre essas, casas e apartamentos. Localizado a quarenta minutos do centro da cidade, isso considerando, à época, o meio de transporte mais utilizado pelos moradores: o trem do subúrbio. (BONDUKI, 2004).

Figura 22 - Implantação do Conjunto Residencial do Realengo



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 181.

O Realengo contou com a infraestrutura completa (Figura 23): rede de água e esgoto, estação de tratamento de esgoto, luz, sistema de águas pluviais e pavimentação, além de vários equipamentos urbanos para uso comunitário, destacando-se a escola primária (com capacidade para 1.500 alunos), creche, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras poliesportivas e uma Igreja Católica. (BONDUKI, 2004).

Figura 23 - Conjunto Residencial do Realengo



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 181.

O emprego de novos materiais em massa na construção do Realengo, principalmente o bloco de concreto em substituição de tijolos comuns de cerâmica, mostram as diretrizes do movimento moderno na sua forma pura: o uso da tecnologia para baratear as obras. (BONDUKI, 2004).

Além disso, o conjunto serviu de verdadeiro ensaio para construções futuras. Isso porque o arquiteto optou por usar duas tipologias de habitação: unidades unifamiliares, configuradas em casas geminadas duas a duas ou em fileiras, assim como unidade multifamiliares com blocos de apartamentos de quatro andares (Figura 24). Tal ação foi imprescindível para a compressão de como a tipologia arquitetônica se desenvolve na habitação social. Com base nesses resultados, de forma geral, os IAPs optaram por casas geminadas em cidades do interior e blocos laminares nos centros urbanos. (BONDUKI, 2004).

É válido o destaque de algumas soluções arquitetônicas realizadas por Carlos Frederico Ferreira. Uma delas é o uso da habitação mínima, que será reproduzida em muitos conjuntos residenciais modernos. O arquiteto em questão seguia os padrões defendidos pelo modernismo em que a casa deveria conter os espaços mínimos necessários para a vivência. Carlos Frederico Ferreira ainda explicou, no IV Congresso Panamericano de Arquitetos, que tal fator era

compensado com os espaços públicos generosos para a convivência e lazer dos moradores. (BONDUKI, 2004).

Figura 24 - Casas geminadas no primeiro plano e ao fundo o bloco de apartamentos
(Realengo)



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 181.

Por fim, os ideais modernistas estão presentes de forma nítida no Realengo. Além do uso racionalidade, do barateamento da obra a partir dos seus materiais, das formas simples, da ausência de adornos e do uso de espaços mínimos dentro da habitação, também se destaca a influência de Gropius nessa obra, de forma mais notória nos volumes criados na fachada principal do bloco de habitações (Figura 25). Explica Bonduki (2004, p. 165):

O bloco principal, com 60 unidades, era imponente e gracioso na fachada principal, com balcões intercalados criando um rico jogo de volumes que Antunes (1971) compara enquanto solução ao projeto de Gropius para a residência estudantil em Dessau (1926).

Figura 25 - Construção da fachada principal do bloco de apartamentos (Realengo)



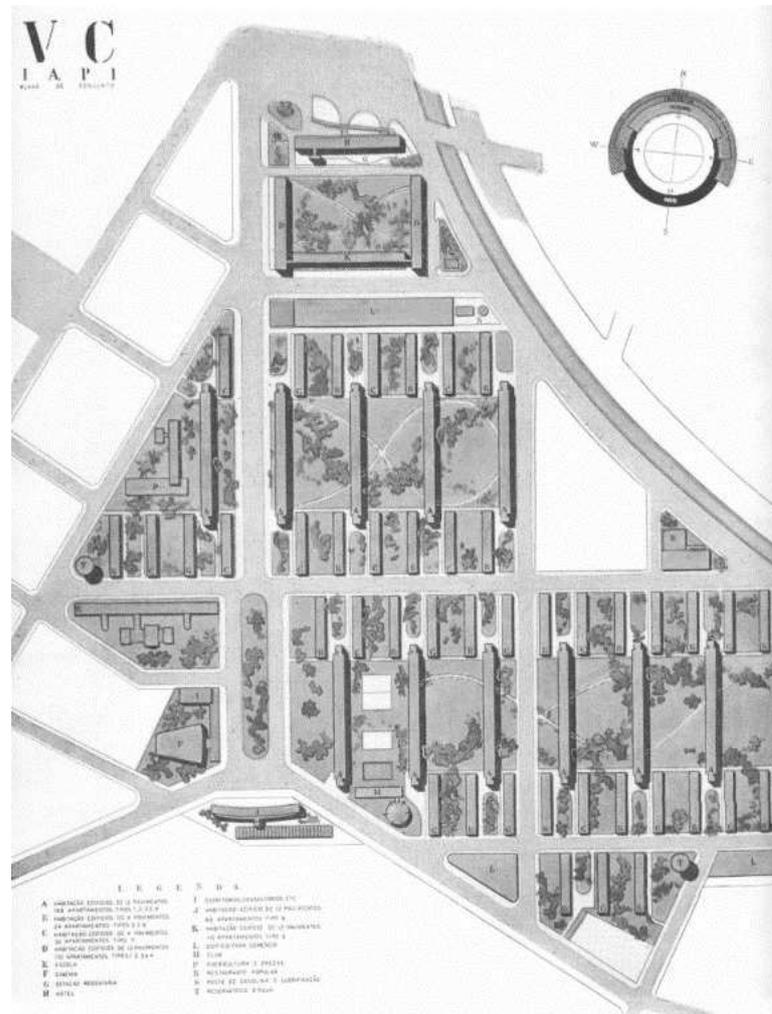
Fonte: BONDUKI, 2004, p. 181.

Outro grande empreendimento em termos de habitação social neste contexto foi o Residencial Várzea do Carmo em São Paulo. Esse residencial também foi concebido pelo IAP, suas obras foram iniciadas em 1938 e finalizadas em 1942. Seu projeto contou com 4.038 unidades habitacionais, mas de fato só foram construídas 480 unidades. Tal projeto, que foi idealizado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima (1901-1943) e sua equipe, se caracteriza de forma marcante por sua implantação rigorosamente racionalista (Figura 26). (BONDUKI, 2004).

Nesse residencial, o paralelismo, a repetição dos blocos habitacionais e o máximo adensamento da região são reflexos da priorização pelo barateamento da obra. Buscando assim, alocar o máximo de operários de baixa renda nesse residencial, especialmente por seu terreno está localizado em uma área valorizada e bem próximo ao centro paulistano. Bonduki caracteriza o Várzea do Campo da seguinte forma:

Para garantir o máximo aproveitamento da gleba, os arquitetos optaram por várias tipologias, predominando os prédios de doze pavimentos, que dominam o centro da área, e os blocos de quatro pavimentos, ambos concebidos como lâminas e voltados para melhor orientação. Em função do elevado preço de terreno, Atílio defende a utilização de prédios altos. (BONDUKI, 2004, p. 169).

Figura 26 - Implantação do Conjunto Residencial Várzea do Carmo



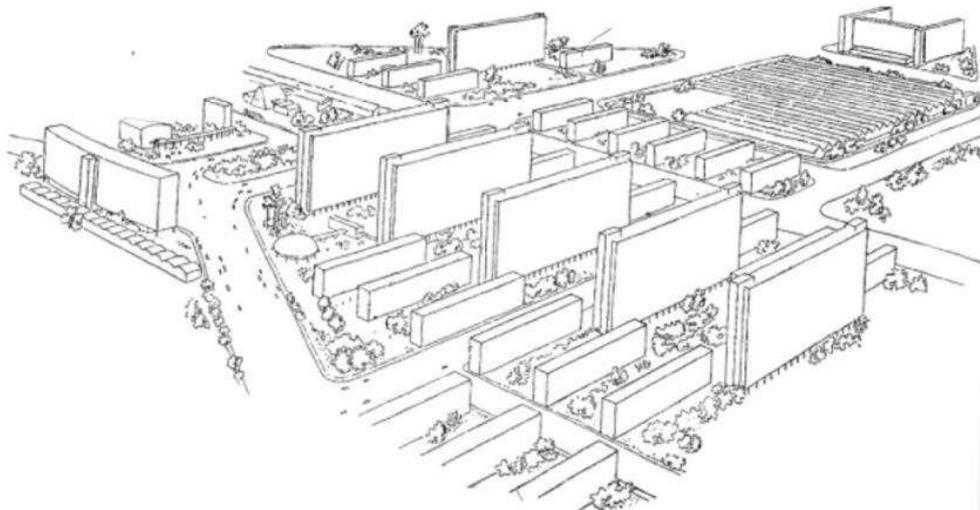
Fonte: BONDUKI, 2004, p. 168.

É importante ressaltar também que essa implantação extremamente racionalista, com o uso de formas simples e com a valorização dos lotes regulares, será facilmente visualizada na implantação dos Conjuntos Residenciais COHAB-Ani I, II, III e IV.

A idealização desse projeto, que comportaria uma alta densidade de moradores, abriu precedente para o arquiteto projetar um apanhado de equipamentos urbanos diversificados. O projeto contava com: escola, creche, hotel, posto de gasolina, prédio comercial, clube, restaurante, cinema, dentre outras áreas para uso coletivo dos moradores. Tal solução conversa diretamente com os usos mistos da *Unite d' Habitation* de Marselha, destacando mais uma vez a influência de Le Corbusier na produção brasileira. (BONDUKI, 2004).

Na prática, apenas os prédios de quatro pavimentos foram edificados, tornando o projeto ainda mais monótono. Os prédios construídos são idênticos, com formas de paralelepípedos, total ausência de adornos e dispostos uns aos outros paralelamente sobre o terreno (Figuras 27 e 28). De qualquer forma, o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo marca a racionalidade de implantação, a pureza das formas e a valorização dos espaços de uso coletivo. (BONDUKI, 2004).

Figura 27 - Projeto de Implantação do Várzea do Carmo



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 184.

Figura 28 - Residencial Várzea do Campo como construído

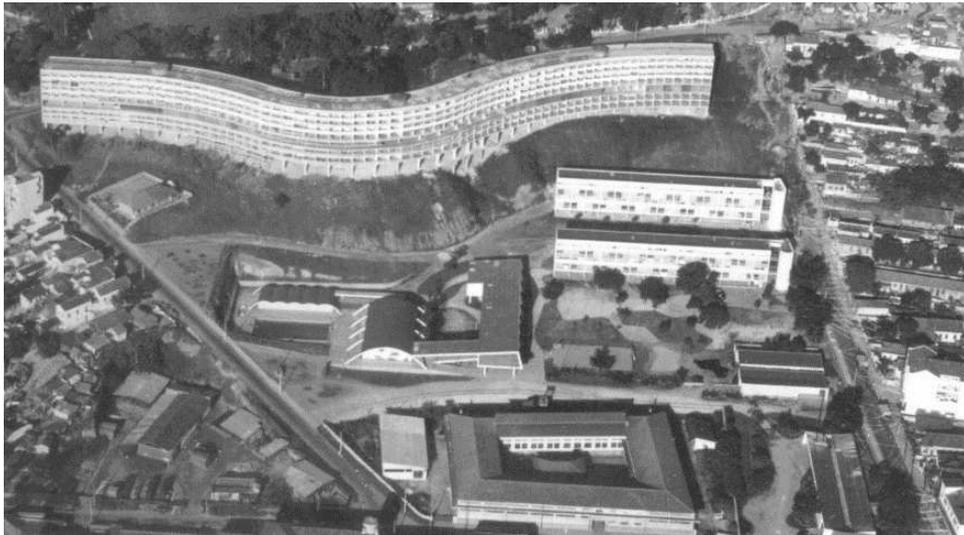


Fonte: BONDUKI, 2004, p. 184.

Ainda sobre conjuntos residenciais e sua influência para a arquitetura e urbanismo moderno, destaca-se o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes

(Figura 29). Também conhecido como Pedregulho, segundo Bonduki (2004), é o único exemplar dessa tipologia que merece notoriedade não apenas no estudo urbano, mas também na história da arquitetura brasileira. De fato, o projeto de Affonso Eduardo Reidy¹³ é uma valiosa obra do moderno brasileiro, notoriamente inspirado nas produções de Le Corbusier e no ideal mundialmente reforçado da Nova Arquitetura.

Figura 29 - Conjunto Residencial Pedregulho



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 194.

O Pedregulho foi um empreendimento do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP), sua idealização iniciou-se no ano de 1946 e sua inauguração datou o ano de 1951.

A respeito da concepção do Pedregulho destaca-se também o trabalho da diretora do DHP, Carmem Portinho, primeira mulher a se formar em engenharia no Brasil. A engenheira é pioneira na discursão e implementação de projetos de habitação social e seus trabalhos no Pedregulho e no Conjunto Residencial da Gávea consagraram Carmem internacionalmente. Também é válido o destaque a respeito dos pensamentos urbanos da engenheira que também foi considerada a primeira urbanista brasileira, ao finalizar seu Doutorado em Urbanismo. Para Carmem a setorização das cidades era de extrema necessidade. Além disso, a engenheira participou de forma notória do primeiro movimento feminista brasileiro, e

¹³ Arquiteto que se destaca na produção do urbanismo moderno brasileiro, em 1929 inicia suas contribuições na elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro, quatro anos depois começa seus trabalhos em propostas de urbanização da área central da então capital brasileira, também teve notória participação na idealização e construção do Aterro do Flamengo.

sua luta pela não submissão da mulher é notório, até ao se falar da configuração da casa moderna:

Habitações que fizeram da mulher uma escrava doméstica, sempre preocupada com a limpeza e conservação, onde o luxo, num desperdício chocante, substitui o conforto. Parece-nos que já é tempo de oferecer a esse homem da era maquinista uma habitação digna, uma máquina de habitar, bem equipada e organizada, que possa restituir essa coisa inestimável, hoje quase perdida, que é a liberdade individual. Vamos construir o abrigo do homem como se constrói um automóvel ou um vagão da estrada de ferro em que ele viaja. Vamos adaptar a habitação à economia moderna. (PORTINHO, 1942, p. 13)

Dentre as características marcantes do Conjunto Residencial Pedregulho destaca-se a inspiração teórica dos pensamentos de Le Corbusier que já haviam sido aplicados desde o Realengo: a implantação com foco no urbanismo moderno, a criação de equipamentos urbanos para o uso coletivo e a valorização dos espaços públicos. A grande inovação do Pedregulho está na criação de um grande edifício serpenteante (Figura 30). (BONDUKI, 2004).

Figura 30 - Bloco serpenteante do Pedregulho



Fonte: BONDUKI, 2004, p. 195.

Em termos de equipamentos urbanos o conjunto residencial conta com Serviços Públicos, Centros Comerciais, Jardim-de-infância, Maternal, Berçário, Escola Primária, Quadras Esportivas, Ginásios, Piscina e Centro Sanitário. Já as unidades habitacionais possuem plantas com um ou dois dormitórios. Outra característica marcante é o uso de elementos vasados em sua fachada, causando um jogo de luz e sombra visualmente agradável no interior do edifício principal (Figura 31).

Figura 31 - Elementos vazados e sombras no interior do edifício principal



Fonte: BONDUKI, 2013.

A plasticidade, o uso inteligente da topografia, além da originalidade de projeto, deu a Pedregulho prestígio internacional. Sendo assim, um dos mais importantes exemplares da arquitetura residencial moderna.

Dessa forma, compreende-se que o movimento moderno brasileiro rendeu valiosas contribuições para a arquitetura e urbanismo residencial. Influenciados por ideias e obras de arquitetos europeus, principalmente Le Corbusier e Gropius, Warchavchik e Luís Nunes se destacam pelo carácter pioneiro no contexto da Nova Arquitetura.

Para compreender de forma plena os empreendimentos residenciais que foram concebidos com o auxílio financeiro do Estado, é importante destacar alguns exemplares construídos a partir da COHAB, com o financiamento do Banco Nacional da Habitação. Como já visto, tal como os IAPs, as COHAB produziram uma quantidade grandiosa de unidades habitacionais em todo o território nacional. Nesse momento, serão apresentados e analisados os seguintes conjuntos habitacionais: Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que data a década de 1960 e Cidade Tiradentes, em São Paulo, que data o período dos anos 80.

O estado do Rio de Janeiro inaugura, em 1962, a Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB-GB), visando melhorar as condições de habitação no estado em questão, dando prioridade para a capital do estado. Após anos tendo o Rio de Janeiro como Capital Federal, a sede governamental do país se

muda, em 1960, para Brasília. Porém, os reflexos de tantos anos como Distrito Federal continuam a se manifestar na cidade carioca, sendo um desses a questão habitacional se exemplificando nas sub-habitações ocupadas pela camada mais pobre da população, tal como os aglomerados urbanos em áreas de risco: as favelas.

Diante desse cenário, a COHAB-GB traz um intenso programa de produção de casas populares para o Rio de Janeiro. Iniciando seus empreendimentos com a Vila Aliança, em Bangu, inaugurada em janeiro de 1964 e que totalizava 2187 unidades habitacionais. Já em seu primeiro empreendimento, a Companhia ilustra a grandiosidade quantitativa de seu projeto. No final do mesmo ano, a COHAB-GB já havia totalizando 7402 casas entregues, todas na cidade do Rio de Janeiro, sendo estas, 4751 da Vila Kennedy e 464 da Vila Esperança, somadas com o número de seu primeiro empreendimento, a Vila Aliança. Tal número significativo demonstra a boa articulação de repasses entre o Banco Nacional de Habitação e a Companhia de Habitação, fato recorrente em outras cidades nesse cenário.

No final do mesmo ano, 1964, o projeto da Cidade de Deus (CDD) é aprovado. Esse conjunto visava usar-se da experiência adquirida até ali para criar um dos maiores núcleos habitacionais no Brasil, projetado para atender todos os serviços e equipamentos urbanos necessário para tal complexo. A CDD utilizou um terreno localizado ao lado de um dos bairros voltados para as classes mais altas da sociedade carioca: a Barra da Tijuca. As ambições da Cidade de Deus ficam clara na fala da Professora Sandra Cavalcante, que foi responsável, em dezembro de 1964, por mobilizar a equipe técnica da COHAB-GB para a realização desse novo complexo:

Planejarem um novo bairro em terreno situado entre o Largo da Freguesia e a Barra da Tijuca, que irá funcionar como fonte de mão de obra e prestação de serviços para o desenvolvimento da Barra, bairro de classe A, que se desenvolvia ao longo da faixa litorânea; quero que utilizem toda a criatividade e experiência adquirida nos primeiros núcleos para projetarem um bairro moderno que contenha todos os serviços e equipamentos urbanos necessários para permitir educar e desenvolver uma comunidade capaz da auto gestão e, de um progressivo crescimento social, de modo a transformá-lo em projeto modelo para todo o Programa Habitacional e, o chamaremos de Cidade de Deus. (BRITO, 2011).

Figura 32 - Cidade de Deus, Rio de Janeiro, 1965

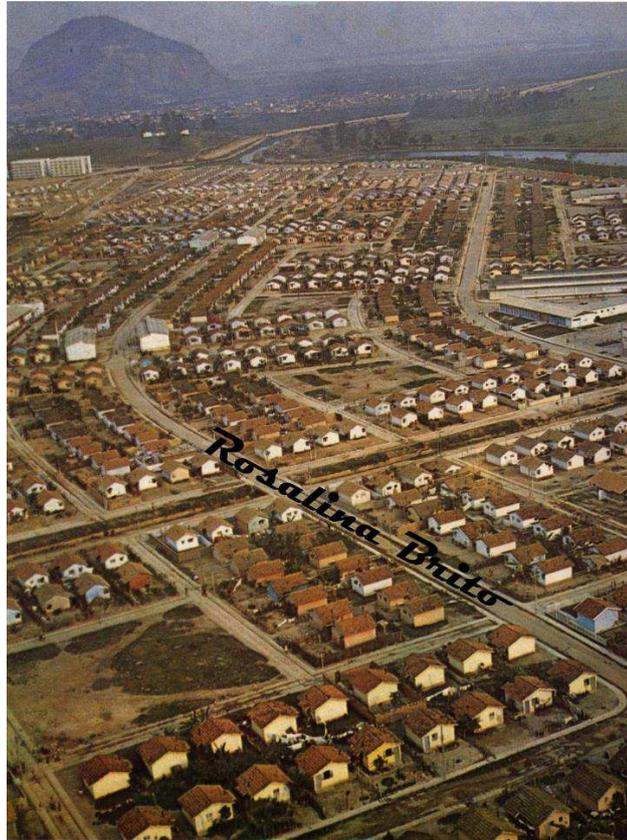


Fonte: BRITO, 2011.

Em termos de projeto urbano, a CDD utilizou-se de um terreno de 70,14ha, prevendo um total de 3053 unidades habitacionais e uma ampla rede de serviços e equipamentos urbanos. A concepção do projeto partiu da ideia de abrigar uma população que seria incentivada para uma mudança social a partir da vivência comunitária, em que cada morador visasse o bem da comunidade.

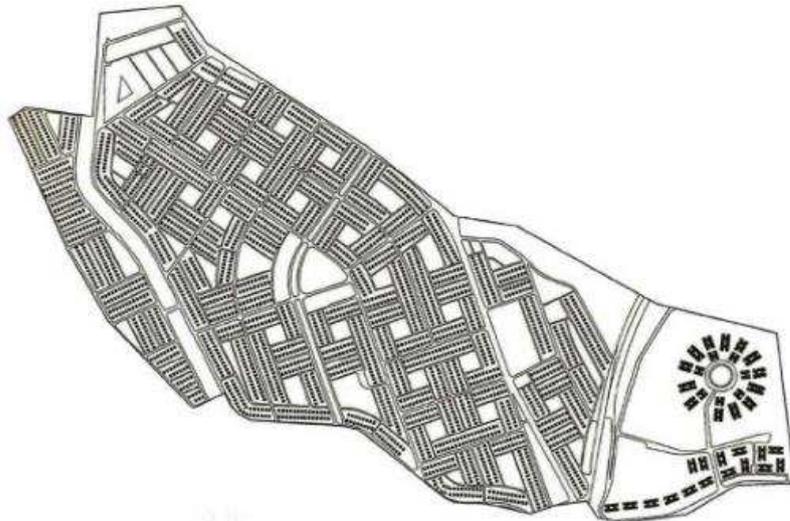
Para incentivar tal pensamento foi criado um padrão de quadra que unia 144 unidades habitacionais, com duas áreas comunitárias para convívio e lazer, vias internas abertas apenas para pedestres e vias periféricas voltadas para os veículos. Foi previsto ainda a pavimentação dessas vias, tal como todos os sistemas de infraestrutura urbana: água, esgoto, escoamento, iluminação pública, além de inúmeros equipamentos urbanos: centros comunitários, cinema, mercados, creches, escolas, praças, quadras poliesportivas. Sendo toda essa estrutura indispensável para integração e vivência da comunidade.

Figura 33 - Implantação da Cidade de Deus



Fonte: BRITO, 2011.

Figura 34 – Planta de Implantação da Cidade de Deus



Fonte: DUARTE, 2019.

Quanto ao projeto arquitetônico as unidades habitacionais contaram com um, dois e três quartos, dispostas em tipologias já testadas em outros conjuntos habitacionais da COHAB-GB (Figuras 35 e 36). Nas vias principais, casas duplex e

residências de uso misto permitiam que os moradores já tivessem seu espaço destinado ao comércio em sua própria casa. Em 1965 iniciaram-se as primeiras obras da CDD.

Figura 35 - Tipologia habitacional na Cidade de Deus



Fonte: BRITO, 2011.

Figura 36 - Unidades habitacionais Duplex na Cidade de Deus



Fonte: BRITO, 2011.

Como já comentado, por vezes as Companhias de Habitação Popular entregaram obras inacabadas, com uma infraestrutura que não garantia ao morador o amparo necessário. Na Cidade de Deus, esse cenário se repetiu. Isso porque em 1966 a cidade do Rio de Janeiro sofreu um período de fortes chuvas e enchentes, deixando inúmeras desabrigadas. Tal fato fez com que o poder público fosse

obrigado a locar essas famílias nas casas que já estavam parcialmente prontas na CDC, cerca de 1.200 unidades habitacionais foram ocupadas, em 1966, pelas famílias que se encontravam em situação emergencial. Nesse cenário, o complexo ainda não contava com sistemas de infraestrutura, tais como: água, esgoto, energia elétrica ou pavimentação.

Após essa primeira ocupação da Cidade de Deus, a COHAB-GB se apressou em entregar as unidades habitacionais restantes. Ainda realizaram a expansão do complexo adicionando terrenos vizinhos. No entorno da Cidade de Deus, a prefeitura negligenciou a ocupação de núcleos urbanos, “pequenas favelas”, termo que Brito (2011) utiliza para descrever tais ocupações que ocorram nas áreas limites da CDD. O fato é que inúmeros fatores, dentre eles, a presença de ocupações irregulares ao redor da Cidade de Deus, contribuíram para que o ideal de coletividade não fosse atingindo de forma plena. Em 2002 o filme intitulado de “Cidade de Deus”¹⁴ retratou o cenário de crimes, tráfico de drogas e violência, rumo que o conjunto residencial trilhou.

Quase vinte anos após a experiência carioca com a Cidade de Deus, São Paulo é o cenário que receberá um dos últimos financiamentos notórios do Banco Nacional de Habitação. No ano de 1984 são entregues as primeiras unidades habitacionais da Cidade Tiradentes (Figura 37), complexo de conjuntos habitacionais localizado no leste de São Paulo. Com o financiamento do BNH, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) se encarregou junto a empreiteiras pelo projeto e construção das 40 mil unidades habitacionais da Cidade Tiradentes. (SILVA, 2009).

A grandiosidade dessa obra é tão notória que além de ser considerada como distrito¹⁵ da cidade de São Paulo, a Cidade Tiradentes também recebeu o título de maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina. O objetivo de tal projeto segue a mesma linha da Cidade de Deus, amenizar o déficit habitacional da cidade em questão. O complexo é composto por três grandes conjuntos habitacionais: Santa Etelvina (o mais antigo), Castro Alves (ou Barro Branco) e

¹⁴ Cidade de Deus é considerado um marco na história do cinema brasileiro, sendo uma das produções mais notórias do cinema contemporâneo. Foi indicado a inúmeras premiações, dentre delas quatro indicações ao Oscar. De fato, o complexo residencial da Cidade de Deus ocupa um papel de destaque nessa produção.

¹⁵ Trata-se de uma divisão político-administrativa presente no Brasil. São Paulo possui uma estrutura que divide sua área municipal em 96 distritos, organizados entre 31 subprefeituras. Cidade Tiradentes é um desses distritos.

Inácio Monteiro. Além desses, conta também com a presença de mais três conjuntos habitacionais de menores dimensões: Prestes Maia, Jardim dos Ipês e Sítio Conceição. (SILVA, 2009).

Figura 37 - Cidade Tiradentes, São Paulo, 1984



Fonte: HOPPE, 2009.

A concepção de projeto foi menos rebuscada que o partido projetual levantado pela Cidade de Deus, a COHAB-SP se resumiu a criar um “bairro-dormitório”, sem uma ampla assistência de serviços e equipamentos urbanos. Contribuindo para que a autonomia do Distrito ficasse notoriamente prejudicada, como pode ser confirmado pela fala de Silva, 2009, p.3: “E, desta forma, a Cidade Tiradentes, ao mesmo tempo tão distante da área central da metrópole e tão dependente desta, coloca o crítico no cotidiano de seus moradores nestes termos, por vários caminhos diferentes.”

Em termos de implantação a lógica racionalista se destaca. O maior aproveitamento do espaço se concretiza em um grande adensamento da região, o uso de linhas retas e formas simples predomina no projeto (Figura 38). A infraestrutura entregue para os moradores foi precária, em especial no ponto de vista da mobilidade e dos equipamentos urbanos.

Apenas 71 equipamentos urbanos foram locados nesse Distrito que conta atualmente com mais de 160 mil moradores distribuídos pelas unidades habitacionais entregues pela COHAB-SP. O transporte público nunca foi eficiente nessa região, desde a entrega das unidades habitacionais houveram promessas de criação de uma rede de transporte mais adequada. Hoje o mesmo problema ainda é

cotidiano na vida dos moradores da Cidade Tiradentes, as promessas se transformaram em planos que visam implantar outros modais de transporte, porém nenhuma medida concreta foi tomada para solucionar essa questão. (ROLNIK, 2011).

Figura 38 - Implantação de um conjunto residencial no complexo da Cidade Tiradentes



Fonte: ROLNIK, 2011.

As soluções arquitetônicas usadas na Cidade Tiradentes se assemelham com as usadas nos outros conjuntos habitacionais já analisados nesse trabalho. As dimensões mínimas das unidades habitacionais foram empregadas visando o aproveitamento do espaço e o aumento da densidade desse complexo, em detrimento do conforto dos usuários. As moradias foram dispostas em edifícios de diferentes alturas e casas unifamiliares (Figura 39). A ausência de adornos, os traços e as formas simples se destacam no complexo (Figura 40).

Por fim, ao analisar e compreender as obras comentadas nesse capítulo, fica claro a forma racional dos arquitetos modernistas pensarem, quebrando conceitos pré-estabelecidos. Como já comentado, a arquitetura residencial foi marcada, no contexto estudado, pelo uso de formas simples, ausência de adorno, funcionalidade do edifício e valorização da redução de custos da obra, a arquitetura moderna foi um marco na mudança de pensamento da forma de construir.

Para o urbanismo moderno, o uso de padrões mínimos de conforto no interior das unidades habitacionais somado com a grande quantidade de moradores por conjunto habitacional levou ao desenvolvimento de áreas públicas e equipamentos urbanos. Além disso, as implantações extremamente racionais por vezes optaram pelo uso de formas simples em seus traços e padrões repetitivos em seus lotes.

Figura 39 - Unidades Habitacionais na Cidade Tiradentes em 1984



Fonte: CENTRAL DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COHAB SP, 2018.

Figura 40 - Cidade Tiradentes em 2010



Fonte: PROJETO EMPENA, 2019.

Os conjuntos residenciais modernos, por mais que desvalorizem o conforto do usuário, se mostram uma solução coerente para a forma de construir habitação social. De fato, a construção em massa e o barateamento das obras foram objetivos alcançados nas tipologias estudadas.

Para a continuação dessa pesquisa, o contexto da habitação social e do movimento moderno na cidade de São Luís será compreendido no próximo capítulo. Em seguida, os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV serão estudados e analisados no âmbito da arquitetura e urbanismo moderno. Por fim, um olhar para a contemporaneidade será levantado no último capítulo dessa pesquisa, a partir de entrevistas com moradores e breves diagnósticos da situação atual do objeto de estudo.

4 O MOVIMENTO MODERNO E A HABITAÇÃO SOCIAL EM SÃO LUÍS: breve histórico e a representação do moderno

O cenário da capital maranhense diante dos primeiros passos do movimento moderno brasileiro tem suas especificidades. Muito por conta de sua industrialização tardia e do marasmo econômico que assolou a região durante o início do século XX. Esse contexto, com grande destaque para a cidade de São Luís, é o foco desse capítulo, elencando de forma breve algumas das representações do movimento moderno na cidade, buscando caracterizar e compreender essa expressão que se manifesta de forma tão valiosa na capital maranhense.

Em paralelo, o capítulo preocupa-se com a compreensão sobre a forma de morar do trabalhador na capital maranhense, em especial no contexto do século XX, sendo esse breve estudo imprescindível para a compreensão da inserção da COHAB-MA na capital maranhense. Comenta-se a respeito da produção estatal de moradia através da COHAB-MA e de outros dois órgãos: a Fundação Casa Popular, com sua produção tímida em São Luís e os Institutos de Aposentadoria e Pensão, estes se destacaram com mais força ao empreender em conjuntos residenciais em São Luís.

4.1 O movimento moderno em São Luís: origem e representações

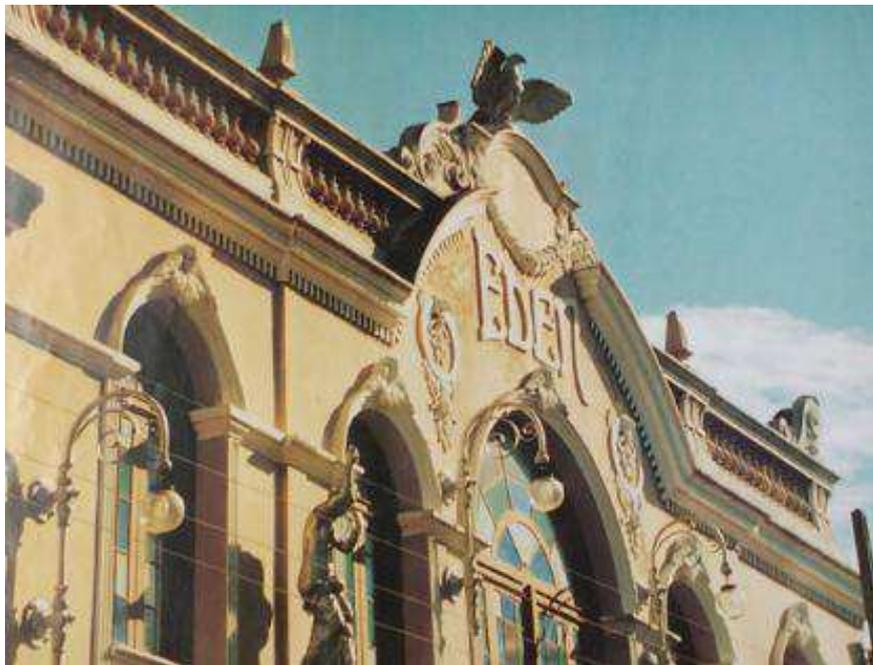
Como comentado a nível nacional, as melhorias urbanas das cidades era foco das políticas públicas durante as primeiras décadas do século XX, assim o poder público muito se eximia em termos de habitação das camadas mais pobres da sociedade. Esse panorama é agravado na cidade de São Luís por conta da situação econômica, até os anos 30 o panorama da capital maranhense não é nada favorável: fracasso da industrialização, mercado interno fraco, evasão da mão-de-obra barata rumo à indústria da borracha na Amazônia, e posição hegemônica do comércio atacadista. (COSTA, 2016).

Tal cenário guia as ações do poder público por reformas levando com que as décadas de 20 e 30 sejam marcadas por melhorias urbanas tivessem focadas no embelezamento da cidade e de cunho sanitarista. Muitas dessas obras visaram adequar a cidade as novas condições de uso e higiene instalando redes de esgoto, iluminação, além de adequar as ruas para os meios de transporte – bonde elétrico e automóvel. Reafirma Costa, 2016, p. 96: “Muitas propostas incluíram intervenções

diretas na estrutura da cidade, no traçado das ruas e no embelezamento das praças”.

Em termos de arquitetura nesse primeiro período do século XX, o moderno se inseriu por vezes na reforma e remodelação de edifícios localizados na Praia Grande. A capital maranhense busca se modernizar sem perder as suas raízes. Como fica claro na reforma do edifício do Cine Édén, prédio inaugurado no final de 1820 e remodelado em 1939. A reforma buscou conferir ao edifício um caráter moderno, porém sem alterar suas características tradicionais, adequando-o as novas necessidades. (COSTA, 2016). Tal mudança conferiu ao Cineteatro elementos *Art Nouveau*¹⁶ em sua fachada (Figura 41). (PFLUEGER; LOPES, 2008).

Figura 41 - Fachada do Cine Édén com elementos *Art Nouveau*



Fonte: AZEVEDO, 2016.

Ainda nesse contexto, os prédios institucionais encontram a possibilidade de edificar as primeiras representações notórias da Nova Arquitetura em São Luís. Para Segawa (2002) os ideais modernistas de conforto, setorização e barateamento da obra encontravam nos prédios públicos um cenário favorável para se manifestarem. E assim ocorreu na capital maranhense, sendo o Edifício dos Correios e Telégrafos (Figura 42) a ilustração dessa máxima. Em 1930 a construção de tal exemplar inicia-

¹⁶ Estilo estético que influenciou a arquitetura, design e as artes plásticas ao redor do mundo, teve seu apogeu no final do século XIX e início do século XX. É marcado pelo rompimento dos ideais tradicionais e pelo uso de formas sinuosas, ondulantes e assimétricas. (BRUAND, 2005).

se, guiada pelo arquiteto carioca Raphael Galvão (1894-1965). (PFLUEGER; MOTA, 2017).

Localizado na Praça João Lisboa e esquina da Rua do Sol, o prédio dos Correios foi a primeira edificação em concreto armado em São Luís. Suas linhas verticais destacam as influências do estilo Art Deco, além da implantação em esquina, característica de tal estilo. Por sua arquitetura inovadora, chegando a causar choque na sociedade ludovicense, a obra da sede dos correios foi embargada, atrasando a obra que foi finalizada apenas em 1932. (PFLUEGER; MOTA, 2017).

Figura 42 - Edifício dos Correios e Telégrafos construído entre 1930 e 1932



Fonte: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 2019.

Após meados da década de 30, o ideal de cidade começa a se transformar em São Luís, muito influenciada pelo Estado Novo que trouxe ares de renovação e ruptura com o passado. A sociedade ludovicense começa a ir além da ideia de embelezamento, pensando também em expandir e tornar a cidade grandiosa. (COSTA, 2016).

A arquitetura moderna, como já visto, trazia em suas raízes exatamente esse ideário de renovação, mudança e ruptura com o antigo. A partir de planos urbanos e projetos, as cidades brasileiras aplicavam os novos conceitos de modernidade urbana, aliados aos pensamentos políticos da gestão de Vargas. Em São Luís, essa tendência chega com a ascensão ao poder do estado de Paulo

Ramos e ao poder municipal o engenheiro e urbanista José Otacílio Saboya Ribeiro, em 1936, ambos com a intenção de reestruturar todos os setores da cidade, visando modernizar o traçado urbano. (COSTA, 2016).

As iniciativas públicas para reformular e modernizar a cidade passaram a ser frequentes. Fruto disso foi o Plano de Remodelação e Extensão da cidade de São Luís, elaborado em 1936 por Otacílio Saboya. O Plano buscava reorganizar o sistema de gestão urbana, com aplicação de novos traçados e melhorias nas vias existentes, além de adaptar os edifícios públicos para as novas exigências de higienização e estética. (PEREIRA JUNIOR, 2015).

Saboya Ribeiro buscava ainda a modernização e integração regional de São Luís a partir da arquitetura e urbanismo moderno, não se esquecendo a influência dos estilos construtivos tradicionais. Apesar do curto tempo como prefeito, o engenheiro e urbanista também produziu o Código de Postura e Zoneamento da cidade, além de ter impulsionado a cidade para o sentido do movimento moderno. Confirma Costa, 2016, p.74:

José Octacílio Saboya Ribeiro, embora não permanecesse muito tempo no estado, influenciou de maneira central a execução do projeto de modernização que pretendia a reversão da decadência tão reclamada pelos intelectuais locais. Nos anos de 1936-37, procurou aproximar a administração ao sentido modernizador do Governo Vargas, ato fulcral para as ambições modernistas desse governo, sobretudo no quesito das questões urbanísticas.

Pedro Neiva de Santana sucedeu Saboya Ribeiro no cargo de prefeito em novembro de 1937. Junto com o Governador Paulo Ramos, Neiva de Santana deu continuidade a modernização urbana da cidade. É atrelada a ele grandes mudanças no sistema viário de São Luís: a abertura da Avenida Magalhães de Almeida (inicialmente chamada de Avenida 10 de Novembro), que uniu o Mercado Central à Praça João Lisboa, e a Avenida Getúlio Vargas, que ligou o Centro ao interior da cidade. Em paralelo, Neiva de Santana também zoneou a cidade e a dividiu em centro administrativo e nas zonas residencial, industrial, comercial e agrícola. (BURNETT, 2011).

A Avenida Magalhães de Almeida (Figura 43) data o início da década de 40 e teve como objetivo principal o melhoramento da infraestrutura da cidade com o fito nos novos padrões higienistas e estéticos. Sua abertura, conversa com a Avenida Central do Rio de Janeiro, em especial pela demolição de casarões e a abertura de

espaço para a ocupação dos novos padrões modernistas. Pereira Junior (2015, p. 259) confirma:

A Avenida Magalhães de Almeida é nosso bulevar Haussmaniano construído sobre os escombros dos casarões, onde de uma só vez dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira e imóveis foram destruídos, para interligar o Mercado Central à praça João Lisboa. É uma das obras mais emblemáticas do urbanismo eclético ludovicense e a maior obra feita para dar ares cosmopolitas ao centro da cidade.

Figura 43 - Avenida Magalhães de Almeida



Fonte: JORGE, 1950.

Já a Avenida Getúlio Vargas foi aberta com o principal objetivo de ligar o Centro ao Bairro do João Paulo, a obra foi realizada tendo como base o Caminho Grande. Teve grande importância para a expansão urbana de São Luís, em especial nas décadas de 40 e 50, por conta da inserção dos automóveis no cotidiano. Além disso, serviu para a consolidação de novos padrões de residências (Figura 44) que muito se assemelhavam com os estilos presentes nos subúrbios americanos, os Bangalôs¹⁷. (BURNETT, 2011).

¹⁷ Denominação para a tipologia habitacional de dois pavimentos, no máximo, popular nos Estados Unidos. Em geral possui um pequeno jardim. Nas décadas de 1930 e 1940 teve destaque na arquitetura brasileira, em bairros residenciais, visto como agradável e moderna para a habitação. (COSTA, 2016).

Figura 44 - Bangalôs da Avenida Getúlio Vargas

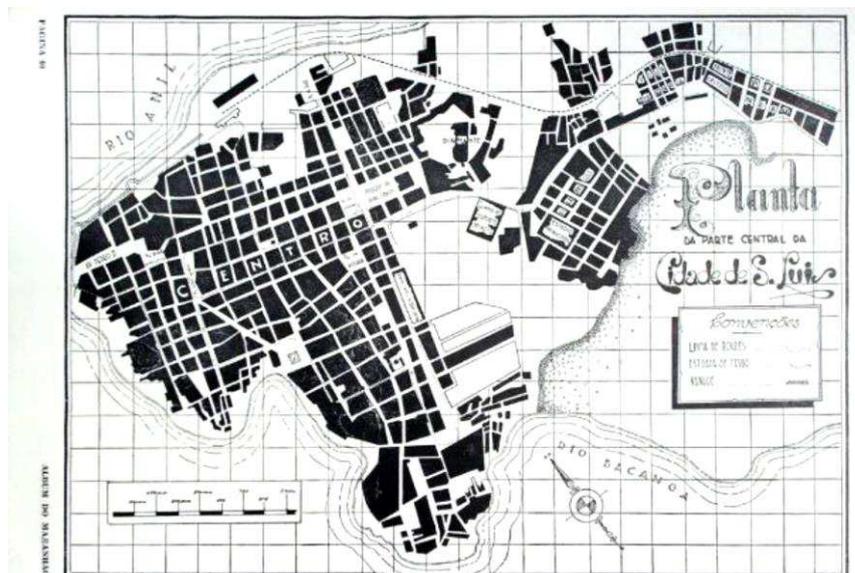


Fonte: JORGE, 1950.

Ambas as avenidas abriram espaço para as novas tendências arquitetônicas. O prolongamento do Caminho Grande (Avenida Getúlio Vargas) foi de fato um marco no urbanismo moderno, assim os edifícios institucionais e habitacionais tiveram a chance de manifestar traços da Nova Arquitetura. (PFLUEGER; LOPES, 2008).

Os novos eixos viários guiaram a expansão da cidade para a novas centralidades em áreas adjacentes à Avenida Getúlio Vargas (Figura 45). Indo para além do João Paulo, que já na década de 40 configurou sua centralidade, se estendendo para o Anil. Esse novo eixo de expansão teve caráter inédito ao ultrapassar os limites do Centro e consolidou o sentido do crescimento de São Luís durante os anos seguintes. (BURNETT, 2011).

Figura 45 - Mapa da Área central de São Luís



Fonte: JORGE, 1950.

Iniciando com os estudos de José Otacílio Saboya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana, aliado com o governador Paulo Ramos, foram peças indispensáveis para a remodelação e modernização de São Luís. Durante os anos de 1937 e 1942, a prefeitura realizou 407 novas construções e 138 reconstruções, com base nos dados entregues pelo próprio prefeito. Tais obras fomentaram diversos âmbitos em busca da adequação dos novos padrões higienistas e da nova estética modernista. Dentre essas estão a arborização de vias, construção e remodelamento de praças, a reforma do Hospital Geral, da Maternidade e do Hospital Infantil. Além de intervenções em prédios públicos, como o Palácio dos Leões e a sede da prefeitura. De fato, houveram amplas contribuições para a consolidação do moderno na capital maranhense. (PEREIRA JUNIOR, 2015).

De fato, em São Luís o ideário modernista iniciou-se com o remodelamento do espaço urbano, a adequação aos novos princípios higienistas e aos novos padrões estéticos impulsionaram as melhorias urbanas. Com a chegada do Estado Novo e fomentadas por Saboya Ribeiro e Neiva de Santana, a cidade abriu importantes vias e reformulou seu desenho urbano rumo a modernização. As avenidas Getúlio Vargas e Magalhães de Almeida deram espaço para a manifestação da arquitetura moderna, além de direcionarem o eixo de expansão da cidade.

4.2 Habitação Social em São Luís: a realidade do trabalhador e a produção estatal de moradia

Como já visto, a virada entre o século XIX e XX é marcado a nível nacional por políticas públicas focadas em melhorias urbanas de cunho sanitaristas, aliadas ao cenário caótico de habitação da camada mais pobre que se aglomeravam em moradias que não forneciam condições mínimas de salubridade. São Luís segue os mesmos padrões: vilas operárias e cortiços são construídos pelo setor privado para abrigar o trabalhador que sofre com os reflexos da instabilidade da indústria têxtil¹⁸. O inchaço populacional agrava ainda mais a situação social, a grande migração de trabalhadores, vindo em maioria do interior do estado, contribui para o aumento de sub-habitações. (VASCONCELOS, 2007).

¹⁸ A Indústria Têxtil se mantinha na região desde 1880, resistindo à falência no território maranhense mesmo com os baixos índices de crescimento econômico. Por não apresentarem concorrência direta com a indústria paulista, carioca ou baiana, as unidades têxteis maranhenses sobrevivem por mais tempo. (RIBEIRO, 1992).

Nesse contexto destaca-se a Vila Gracinha (Figura 41), construída pela iniciativa privada e localizada próximo ao Centro com o objetivo de locar suas unidades habitacionais para os operários. Outro exemplo é a Vila Palmeira que se destaca nesse recorte histórico pela autoconstrução e ausência de condições mínimas de higiene:

Há os exemplos clássicos de cortiços e mocambos e demais ocupações espontâneas, como o caso da Vila Palmeira, famosa pelas condições insalubres, pela inexistência de saneamento básico e pela ausência de atenção dos poderes públicos da época, o que contribuía bastante para o incremento na taxa de mortalidade da população local. (VASCONCELOS, 2007, p. 5).

Com o início da política habitacional federal, comandada por Vargas, São Luís inicia no final da década de 40 sua produção de moradias fomentadas por verbas federais, visto que o poder estadual e municipal não se encontrava um cenário economicamente próspero. Os conjuntos habitacionais iniciam nesse contexto sua inserção no cenário ludovicense tendo como principal órgão os Institutos de Aposentadoria e Pensão. Como já comentado, o acesso à essas moradias foram limitadas aos trabalhadores favorecidos pela legislação trabalhista. (BURNETT, 2011).

Figura 46 - Vila Gracinha (Rua do Passeio, São Luís), em 2007



Fonte: VASCONCELOS, 2007, p. 3.

Dessa forma os primeiros conjuntos habitacionais empreendidos pelos Institutos de Aposentadoria e pensão em São Luís surgem nas décadas de 50 e 60 e contavam com aproximadamente 300 unidades habitacionais, destacando-se os pioneiros com esse quantitativo elevado: Filipinho e Ipase. Burnett (2011) explica que nesse contexto a capital maranhense começa a compreender a moradia pelo

seu valor industrial e sua localização periférica atende à máxima quantitativa, levando assim a ocupação de terrenos grandes e baratos, ampliando a cidade e estendendo a infraestrutura urbana.

A respeito da produção de habitação pelos IAPs, em São Luís foi reconhecida a participação dos seguintes Institutos na construção de moradia entre a década de 40 até o ano de 1964: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado do Maranhão e Piauí (IPASE) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado do Maranhão (IPEM).

O primeiro conjunto habitacional edificado pelos IAPs foi o Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva (Figura 47), fomentado pelo IPASE. Vasconcelos (2007) comenta que sua data de inauguração e construção é incerta, mas é fato que foi inaugurado anteriormente ao conjunto empreendido pela Fundação Casa Popular no final da década de 40. O conjunto habitacional localizado as margens da Avenida Getúlio Vargas, cerca de dois quilômetros do Centro, teve como beneficiários os servidores públicos do estado do Maranhão. A tipologia habitacional escolhida foi a de casas geminadas e apenas 14 moradias foram entregues. A respeito da estrutura urbana Vasconcelos (2007, p. 17) retrata:

O conjunto foi entregue com água encanada, calçadas pavimentadas, luz elétrica e coleta de esgoto. Havia somente um grave problema para a população local: a existência de uma vala que coletava águas pluviais provenientes da Avenida Getúlio Vargas e passava justamente na Rua Raimundo Correa, bem próxima ao passeio público.

Figura 47 - Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva



Fonte: JORGE, 1950.

Em sua primeira experiência na capital maranhense, o IPASE entregou unidades habitacionais com área total de 64.00m², implantadas em um amplo lote de 240 m². Todas compostas por dois dormitórios, sala, terraço, cozinha e banheiro. O conforto térmico foi levado em consideração, os cômodos foram dispostos para que a área de serviço ficasse voltada para o poente, a ampliação do beiral e um pé direito generoso foram outras soluções pensando no conforto do usuário. (VASCONCELOS, 2007).

Outro empreendimento dos IAPs que se destaca em São Luis é o Conjunto Residencial do Filipino (Figura 48). Com construção iniciada em agosto de 1949, o projeto previu a construção de 477 unidades habitacionais (dessas, apenas 350 foram edificadas) distribuídas em 20 quadras, além de equipamentos urbanos. O conjunto seguiu o eixo de expansão rumo ao Anil e foi localizado na Avenida João Pessoa, cerca de cinco quilômetros do Centro de São Luís. O conjunto foi responsabilidade do IAPC e sua aceitação pela população foi notória. (MENDES, 2018).

Figura 48 - Conjunto Residencial do Filipino



Fonte: JORGE, 1950.

O Filipino foi entregue com rede de esgoto completa e sua pavimentação logo foi implantada pela prefeitura. Sua implantação (Figura 49) usou-se de formas simples e ideais racionalistas para a melhor ocupação do espaço. Em termos de unidade habitacional, uma área de 61m² foi edificada contendo três quartos, cozinha, sala, banheiro, área de serviço e terraço. Assim como no Conjunto Residencial José

Bonifácio de Andrada e Silva, o Filipinho contou com um lote generoso, de forma que sua área edificada correspondia menos de 30% do terreno. (MENDES, 2018).

Pode-se afirmar que a experiência dos IAPs em São Luís foi positiva. O padrão construtivo e as tipologias habitacionais proporcionaram conforto e eficiência para os usuários. De forma simples, os traços modernos se manifestam na implantação racional, na standardização da produção e na ausência de adornos em suas unidades habitacionais.

Por outro lado, essa produção, como já comentado, se restringiu apenas a classe trabalhadora favorecida pela legislação trabalhista. O órgão que surgiu, em 1946, na tentativa de solucionar essa questão, ou seja, de fato produzir habitação para a camada com menor poder aquisitivo da população foi a Fundação Casa Popular. A produção da FCP no Maranhão não é tão eficiente como esperado, tal como ocorreu em todo o território nacional.

Figura 49 - Implantação do Conjunto Residencial do Filipinho



FONTE: VASCONCELOS, 2007, p. 22.

O único empreendimento da FCP no estado foi locado na capital maranhense e ficou conhecido como Popularzinha. Iniciado em 1947, o conjunto habitacional localizou-se na Avenida Getúlio Vargas, nesse contexto uma das mais importantes vias da cidade. (VASCONCELOS, 2007).

O terreno foi doado pela prefeitura e contribuiu para miscigenação social nessa área. A Avenida Getúlio Vargas impulsionou o surgimento de novos bairros e ao final da década de 50 a cidade já era marcada pela ausência de vazios urbanos,

consequentemente pelo adensamento das áreas, além da miscigenação social, ocasionada pela proximidade física entre as diferentes classes sociais. Como esperado, e já vivenciado por São Luís em outras épocas, nesse contexto o crescimento da cidade se deu às margens da infraestrutura e do planejamento urbano. (BURNETT, 2011).

Tal conjunto contou com 50 unidades habitacionais que seguiam um padrão construtivo muito modesto, em especial ao se comparar com a produção dos IAPs:

O projeto era simples, 50 casas, em um terreno de pouco menos de 8.500m² doado pela prefeitura, em uma área de expansão da cidade, o bairro do Areal, futuro Monte Castelo. O terreno era bem servido de transporte coletivo (ônibus e bonde), a cerca de 2 km do centro da cidade. As unidades habitacionais eram de um único padrão, com dois quartos, banheiro, somando 35m² de área construída em um lote médio de 98m². (VASCONCELOS, 2007, p. 43).

Em termos de implantação (Figura 50), as casas geminadas foram dispostas seguindo uma rua principal em formato de U. De fato, essa configuração proporcionou um bom uso do terreno. Ocupando uma área central, uma praça de 37m² foi entregue com o conjunto que contou também com sistema de água e esgoto. (VASCONCELOS, 2007).

Figura 50 - Implantação do Conjunto Habitacional Popularzinha



FONTE: VASCONCELOS, 2007, p. 43.

Dessa forma fica claro, que a Fundação Casa Popular tinha objetivos valiosos para São Luís, em especial: implantar moradias para as classes mais baixas da população. Porém, a experiência do Conjunto Popularzinha, sendo esse o único empreendimento da FCP no Maranhão, ilustra o quanto a produção do órgão foi tímida, seguindo a regra do cenário nacional. De fato, a FCP não obteve o

sucesso esperado, deixando a capital maranhense desamparada de soluções para os problemas habitacionais da cidade.

Em paralelo, a situação da camada mais pobre continua nas sombras. Ou seja, a forma de morar dessa parcela da população ludovicense se mantém no domínio das empresas privadas e em tipologias habitacionais sem condições mínimas de higiene. (VASCONCELOS, 2007). Tal fato pode ser confirmado e ilustrado na capa principal do Jornal do Estado em 1958 (Figura 51), com a manchete voltada aos problemas dos operários, o artigo se esforça em mostrar o panorama da forma de viver do trabalhador, em especial a precariedade da forma de morar, ilustrando a ausência de infraestrutura e de saneamento básico.

Figura 51 - Situação dos operários ilustrada no Jornal do Estado em 1958



Fonte: CENAS, 1958.

É com o regime militar e com o surgimento do Banco Nacional de Habitação que se percebe um esforço para solucionar os problemas da forma de morar do trabalhador. Em 1966, é instalado a Companhia de Habitação Popular do Maranhão, auxiliando os investimentos do BNH na capital maranhense. No início do ano seguinte, José Sarney, então governador do Maranhão, se encarregou de documentar a criação da Companhia e elencar seus primeiros passos na busca de soluções para a questão habitacional:

O déficit de residências e a existência de porcentagens muito grande de moradias que não oferecem as condições mínimas de habitabilidade atingem no Maranhão, a começar pela própria Capital, números muito

graves que, desde o primeiro momento, mereceram a atenção do atual Governo. [...] foi constituída em 1966, a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão — COHAB-MA. — para incumbir-se da realização de um vasto programa habitacional. Em São Luís teve início a construção do primeiro conjunto do Anil, das mais de 500 casas para venda a pessoas de renda baixa; conjunto a ser ampliado em seguida para o total de 1.000 casas, dispondo o conjunto de escola, igreja, centro de recreação e mercado e assegurado o fornecimento de água e energia. (MARANHÃO, 1967, não paginado).

Figura 52 - Propaganda da COHAB-MA no Jornal O Imparcial

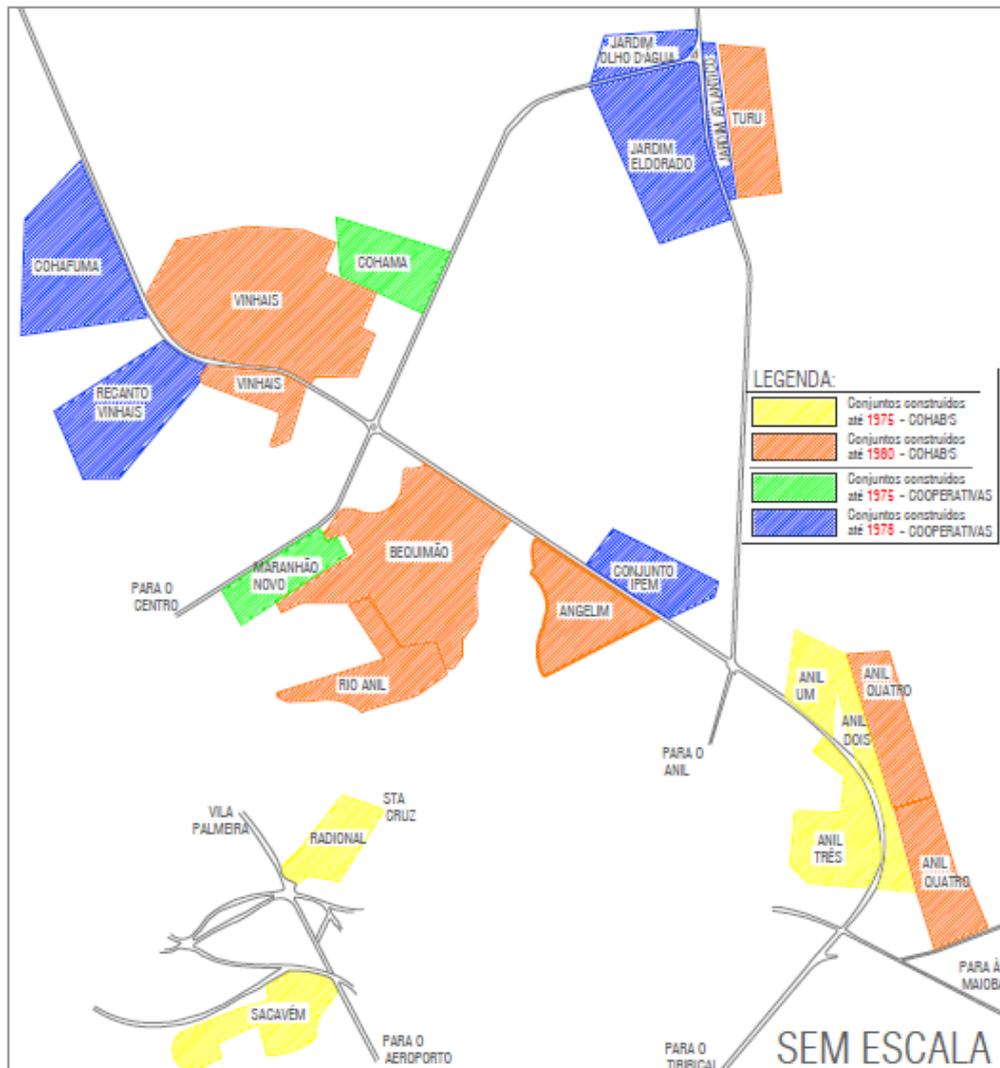


Fonte: HABITAÇÃO, 1977.

Enquanto os IAPs e a FCP viram na Avenida Getúlio Vargas o eixo de expansão da cidade, onde os conjuntos habitacionais de tais órgãos foram implantados, a COHAB-MA encontrou na Avenida Jerônimo de Albuquerque um eixo mais viável para a implantação de seus empreendimentos (Figura 53). Nesse cenário, a Getúlio Vargas detinha os lotes mais nobres, com infraestrutura já estabelecida e serviços de bonde e ônibus. Já o eixo composto pela Avenida Jerônimo de Albuquerque se encontrava desprovida de infraestrutura e ainda pouco habitada. O eixo de crescimento da cidade, mais uma vez, foi impulsionado pelos conjuntos habitacionais, dessa vez a partir de financiamentos do BNH. “Os conjuntos

seriam verdadeiros guias do crescimento da cidade, os equipamentos urbanos atenderiam não só os conjuntos, mas também a cidade que viria a crescer a partir desse eixo.” (VASCONCELOS, 2007, p. 56).

Figura 53 - Conjuntos Habitacionais implantados pela COHAB-MA e cooperativas em São Luís



FONTE: VASCONCELOS, 2007, p. 56.

Os números atingidos pela COHAB-MA em seus 20 anos de atuação foram inéditos. Com empreendimentos em diversos municípios do Maranhão, apenas em São Luís, a Companhia entregou mais de 20.000 unidades habitacionais. Durante sua história, a COHAB-MA alterou o espaço urbano além de causar impactos diretos na vida da população. Em março de 1979, os empreendimentos da companhia abrigavam cerca de 51 mil moradores, sendo esse um total de 12% da população da

capital, um índice inédito a nível nacional. No ano de 1986, a Companhia de Habitação Popular do Maranhão entregou seu último conjunto habitacional¹⁹.

É fato que a produção da Companhia de Habitação Popular do Maranhão, expressa na Tabela 2, foi valiosa para a habitação social na cidade de São Luís. Seus quantitativos expressam a sua grandiosidade, 16.474 unidades habitacionais foram entregues fomentadas pelo Banco Nacional da Habitação em parceria com a COHAB-MA. Ao final dos anos 80, estima-se uma população residente de 80 mil habitantes distribuídas em seus conjuntos habitacionais, número que corresponde a cerca de 32% da população urbana de São Luís. (VASCONCELOS, 2014).

Tabela 2 – Produção da COHAB-MA em São Luís

Conjunto	Ano	Unidades Habit.
Cohab - Anil I	1967	505
Cohab - Anil II	1968	516
Cohab - Anil III	1969	1.417
Coheb - Sacavém	1970	476
Radional	1972	366
Cohab - Anil IV	1975	1.111
Vinhais	1979	1.627
Bequimão	1979	1.190
Turú I	1979	767
Rio Anil	1979	345
Angelim	1980	654
Cidade Operária	1986	7.500

Fonte: VASCONCELOS, 2014, p. 19.

Os impactos da Companhia também são vistos no número de empregos que ela fomentou. Mais de 20 mil empregos foram gerados de maneira direta apenas analisando os conjuntos: Cohab-Anil IV, Vinhais, Turu e Angelim. Além dos empregos indiretos nas inúmeras fábricas de pré-moldados, serrarias, carpintaria e demais empresas ligadas à construção civil. (VASCONCELOS, 2007).

De forma geral, os empreendimentos da COHAB-MA preocuparam-se com o barateamento da obra, a padronização das unidades habitacionais e com as dimensões mínimas nas moradias. Por outro lado, os equipamentos urbanos foram implantados com o objetivo de incentivar a vivência dos moradores e amenizar a

¹⁹ Segundo dados obtidos em junho de 2019 na Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos(EMARHP).

ausência de amplos cômodos nas unidades habitacionais. Percebe-se assim que os ideais modernistas estavam presentes na forma de projetar da COHAB-MA.

Após o fechamento do BNH, em 1986, a COHAB-MA perdeu forças, sem sua principal fonte de recursos a Companhia passou a administrar o patrimônio já construído e financiado. Em 1999 a COHAB-MA foi extinta, sendo suas tarefas transferidas para a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP). A partir dessa mudança, a EMARHP continuou a gerir e administrar as prestações dos mutuários da Companhia, não tendo realizado até então (julho de 2019) nenhum novo empreendimento voltado a habitação social. Atualmente a Empresa passa por mudanças na gestão e administração, sendo recentemente renomeada para Maranhão Parcerias (MAPA) e tendo principal objetivo a realização de parcerias público-privado.

De certo, a COHAB-MA exerceu uma mudança notória no cenário da habitação social em São Luís. Por vezes guiadas pelo barateamento das obras, as unidades habitacionais entregues pela COHAB-MA nem sempre apresentavam grande preocupação com o conforto do usuário. A Companhia também guiou os eixos de crescimento da cidade ao escolher terrenos distantes do Centro, contribuindo para a segregação sócio territorial da cidade, deixando as áreas nobres para as camadas com maior condição financeira e afastando aqueles pertencentes as classes mais pobres. Mesmo com tais questões, a Companhia de Habitação Popular do Maranhão concluiu seus trabalhos com seu principal objetivo alcançado: trabalhar em parceria com o BNH visando construir moradias populares para a população ludovicense.

O foco dessa pesquisa agora volta-se para alguns dos Conjuntos Habitacionais entregue pela COHAB-MA. Os Cohab-Anil I, II, III e IV serão caracterizados e analisado, confirmando assim a importância da Companhia de Habitação Popular do Maranhão em termos de arquitetura e urbanismo. Inserindo também tais conjuntos no movimento moderno, dada suas características e seu recorte temporal. Por fim, os conjuntos serão comentados com sua contemporaneidade.

4 COHAB-ANIL E SUA MODERNIDADE: análise arquitetônica e urbana

Além da sua importância social, a Companhia de Habitação Popular do Maranhão teve grande importância para a arquitetura e urbanismo moderno da cidade de São Luís. Para comprovar tal fato, os conjuntos habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV serão caracterizados e analisados, com foco especial em ressaltar seus ideais modernos. De forma geral, as unidades habitacionais entregues nesses conjuntos seguiram o ideário moderno, além de que sua implantação se preocupou em usar soluções racionais para dispor o maior número de lotes possíveis na área. Vale ressaltar que os equipamentos urbanos também foram pensados, seguindo a máxima modernista que visava balancear a ausência de amplos cômodos nas unidades habitacionais com tais áreas de uso coletivo.

O primeiro empreendimento da Companhia de Habitação Popular do Maranhão é entregue no ano de 1967. O Cohab-Anil I contou com 505 unidades habitacionais e abriu portas para a parceria valiosa entre a COHAB-MA e o BNH. Enquanto os IAPs visavam locar o público de classe média próximos ao Centro de São Luís, a COHAB-MA buscando o barateamento da obra optou por construir seu primeiro conjunto habitacional as margens da Avenida Jerônimo de Albuquerque (Figura 55). Sabe-se de fato que o terreno em questão era propriedade da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil:

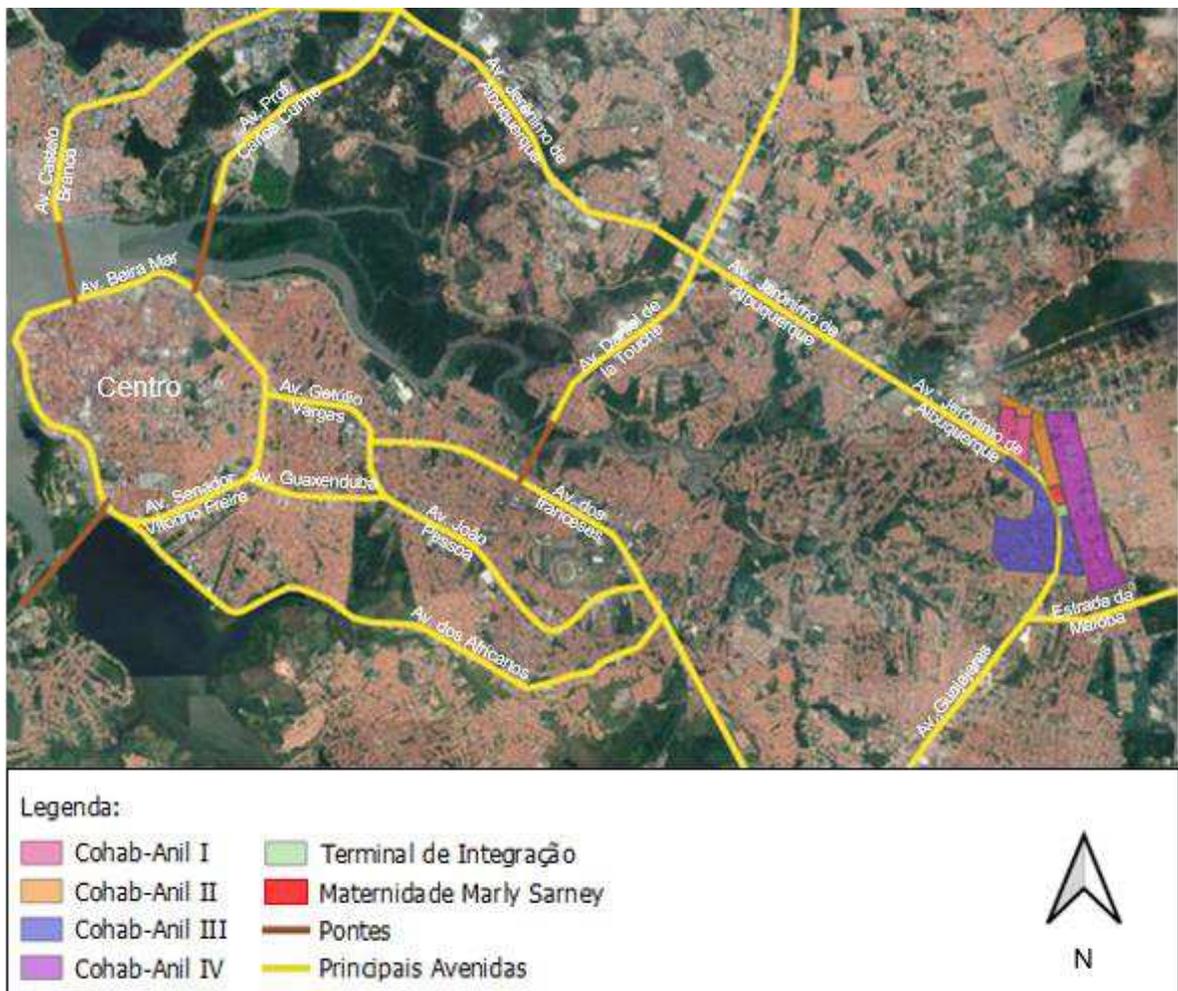
O aterramento do rio Anil e o fim de sua vegetação original são exemplos típicos. Poderiam ter pensado em um parque para a cidade, no entanto, ao findar as atividades da fábrica, seus terrenos foram vendidos para a empresa Cohab, que construiu Conjuntos Habitacionais populares, Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III, Cohab Anil IV. (FEITOSA, 2016, p.43).

A escolha do terreno da COHAB-MA para construir seus primeiros conjuntos habitacionais causou grande impacto. Primeiro, que as unidades habitacionais necessitaram de uma ampla infraestrutura: rede de água, esgoto, iluminação, pavimentação, além do transporte público. Tal escolha contribuiu também para a segregação territorial da cidade, instituindo que as classes média e alta moravam nas áreas próximas ao centro, enquanto a população com menor renda deveria ter suas casas afastadas da área nobre. Além disso, afastar do Centro da cidade os conjuntos habitacionais em questão contribuíram para a expansão horizontal da cidade:

Os custos dessa decisão são incalculáveis, o crescimento horizontal implicou em consequências sentidas até os dias de hoje. A presença de inúmeros vazios urbanos agravou ainda mais a questão da especulação imobiliária, refletindo diretamente no aumento dos custos de vida e nos

custos da cidade, que se tornam ainda maior com as distâncias a serem percorridas diariamente, em um processo que não é parte desse trabalho, mas que merece ser estudado devido à profundidade da questão. (VASCONCELOS, 2007, p. 57)

Figura 54 - Localização dos Conjuntos Habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV e principais avenidas de São Luís



Fonte: GOOGLE MAPS, editado pela autora em 2019.

A COHAB-MA entregou quatro empreendimentos nesse terreno, conforme a Tabela 3. Os conjuntos residenciais somam 3.549 unidades habitacionais, mostrando a grandiosidade desse projeto. As casas foram entregues com um, dois ou três dormitórios, além de cozinha, um banheiro e sala. Segundo relatos de moradores os lotes chegaram demarcados com estacas de madeira, lotes que, sendo os mesmos possuíam uma boa área para possíveis reformas. A implantação (Figura 55) focou-se no uso racional do espaço, fazendo um bom uso do terreno para que o maior número de lotes fosse utilizado.

Figura 55 - Implantação da Cohab-Anil I, II, III e IV



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da EMARHP (2019).

É importante destacar que os conjuntos residenciais da Cohab-Anil, foco dessa pesquisa, surgem em dois contextos diferentes do BNH. O primeiro refere-se ao período dos empreendimentos Cohab-Anil I, II e III, onde as ações do Banco Nacional de Habitação, em todo território brasileiro, eram centradas em projetos de

habitação voltados para o mercado popular. Dessa forma, os beneficiados das COHABs deveriam possuir renda mínima de um salário mínimo (SM) e teto máximo de três SMs. Porém, o ano de 1972 data uma mudança no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) que, para esse estudo, pode ser enxergada na mudança de teto máximo para cinco SMs, alterando assim o perfil do público-alvo dos empreendimentos da COHAB-MA.

Tal mudança resultará em um padrão construtivo de maior qualidade no Cohab-Anil IV em relação aos outros conjuntos I, II e III. Isso porque a Cohab-Anil IV data o ano de 1975 (Tabela 3), enquanto os outros três conjuntos foram construídos antes da mudança no PLANHAB. O aumento na qualidade do projeto do conjunto residencial de 1975 poderá ser visualizado tanto em seus equipamentos urbanos quanto em suas unidades habitacionais. No decorrer da pesquisa e ao analisar os projetos de tais conjuntos, esse fato será exemplificado.

Tabela 3 - Conjuntos Residenciais pela COHAB-MA até 1975

Conjunto Residencial	Unidades Habitacionais	Ano
Cohab-Anil I	505	1967
Cohab-Anil II	516	1968
Cohab-Anil III	1.417	1969
Sacavém	476	1970
Radional	366	1972
Cohab-Anil IV	1.111	1975

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da EMARHP (2019).

Outro resultado dessa mudança de público alvo é o aumento do investimento e a diminuição das quantidades de unidades habitacionais, levando assim a uma redução da necessidade de mão de obra, como é exposto em números por Vasconcelos (2014, p. 73):

Assim, para a construção dos conjuntos Cohab-Anil I, II e III a COHAB-MA investiu cerca de US\$ 2.742.060,00, construindo 2.438 unidades habitacionais e gerando 9.752 empregos diretos. Com a construção do conjunto Cohab-Anil IV, a mesma companhia investiu US\$ 3.845.450,00, construindo 1.111 casas e criando 4.444 empregos diretos.

Nesse sentido, analisar e caracterizar a produção da COHAB-MA nos conjuntos habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV é o objetivo principal desse estudo, além de destacar sua influência do movimento moderno. Para isso, estuda-se as

unidades habitacionais propostas para esses empreendimentos além da implantação de tais conjuntos e seus equipamentos urbanos.

4.1 O modelo de moradia

A casa da COHAB-MA exemplifica muito bem o padrão racionalista e a maximização da busca pela economia em suas moradias. Todas as unidades habitacionais seguem padrões rígidos, formas simples e ângulos retos, sendo todas essas características amplamente difundidas desde o início do movimento moderno. Destaca-se também a ausência de ornamentações e o uso de esquadrias e pré-moldados produzidos em massa.

O padrão construtivo segue a máxima da habitação mínima, tão difundida nos projetos de conjuntos residenciais modernos. Os espaços dos conjuntos residenciais da COHAB-MA foram milimetricamente pensados, com banheiros que chegam a medir 1,50 metros por 0,80 metros, notoriamente não preservam o conforto pleno do usuário.

Somado a isso, o fato de todas as unidades habitacionais serem implantadas de forma genérica, dessa forma a produção em massa se torna mais rápida e vantajosa. Sendo assim, as unidades habitacionais eram projetadas e construídas sem que a posição do Norte fosse levada em consideração, sem a preocupação com nascente e poente ou mesmo o sentido dos ventos, demonstrando o despreendimento com as noções básicas de conforto térmico ou lumínico para essas unidades habitacionais. A respeito dessa produção massificada da COHAB-MA, Vasconcelos (2014, p.112) comenta um fato curioso:

A repetição era tanta, que confundia a publicidade da COHAB, que em seus informativos apresentava partes de uma mesma foto, alegando ser conjuntos diferentes, provavelmente o erro passaria despercebido, se ambas as fotos não fossem publicadas no mesmo informativo.

A tipologia de projeto da casa do Cohab-Anil, de forma geral, prezava pelo barateamento da obra e pela maior quantidade de moradias possíveis, de acordo com a opção escolhida. Como resposta quase que padrão das Companhia de Habitação Popular brasileiras para seus conjuntos habitacionais, a opção por moradias unifamiliares também foi a escolha nos projetos em questão.

Ao longo dos Cohab-Anil I, II, III e IV são usados um total de seis modelos para unidades habitacionais. Esses expressam suas áreas entre 23 metros quadrados à 71 metros quadrados. Essa grande variação pode ser explicada pela

mudança de público alvo entre o primeiro empreendimento da Companhia e o Cohab-Anil IV (que detém as casas mais espaçosas). Tais padrões de unidades habitacionais são expressos de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4 - Tipologia da Unidade Habitacional nos Cohab-Anil I, II, III e IV

Tipologia da Unidade Habitacional	Área total da Unidade Habitacional	Dimensão do lote	Conjunto Habitacional			
			Cohab-Anil I	Cohab-Anil II	Cohab-Anil III	Cohab-Anil IV
MA-1-23	23m ²	9 x 15m	177	145	-	-
MA-2-30	30m ²	9 x 15m	277	259	-	-
MA-3-37	37m ²	9 x 15m	101	112	-	-
MA-C-2 -43	43m ²	10 x 20m	-	-	1.417	-
MA-1-I -2-43	43m ²	10 x 25m	-	-	-	172
MA-1-I-3- 52	52m ²	10 x 25m	-	-	-	660
MA-4-I-3-71	71 m ²	10 x 25m	-	-	-	279

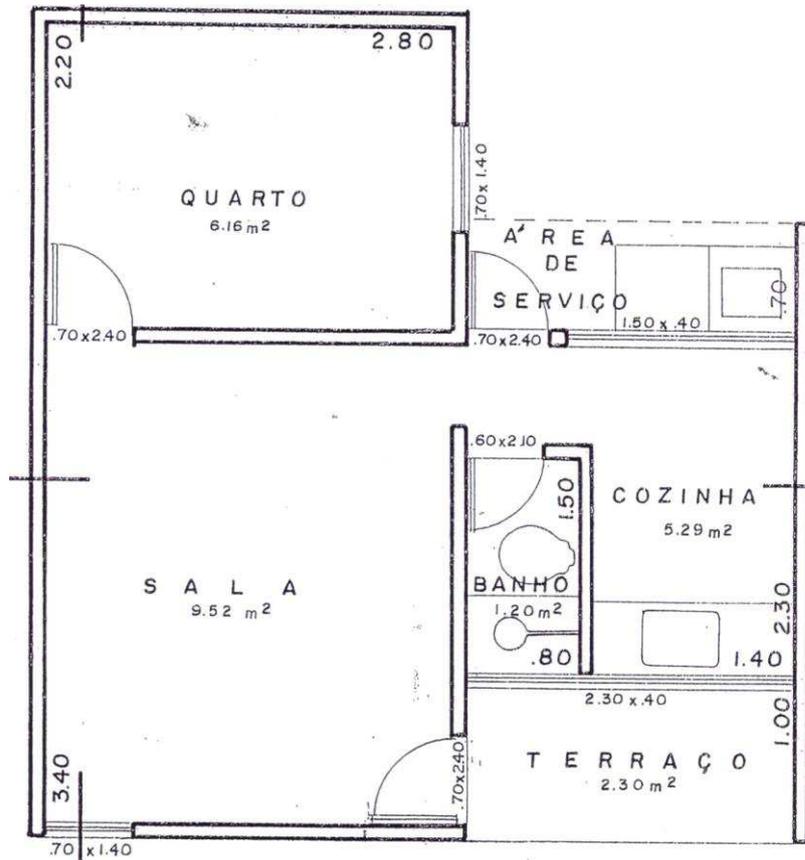
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da EMARHP (2019).

Para maior entendimento de cada tipologia, as plantas baixas estão representadas nas próximas figuras. Assim como os comentários necessários para a melhor compreensão de cada tipologia estão expostos a seguir. De forma geral, as unidades habitacionais utilizavam alvenaria de tijolo e cobertura telhas de fibrocimento, especialmente escolhida pela sua facilidade de transporte e menor custo. Além disso, segundo relatos de moradores, as casas foram entregues com o piso cimentado e portas e janelas de madeira pouco resistente (compensados ou madeirites).

A casa tipo MA-1-23 segue a planta baixa ilustrada na Figura 56, com área total de 23m² e composta dos seguintes cômodos: terraço, sala, cozinha, quarto e área de serviço. Esse modelo de unidade habitacional apresenta apenas um dormitório de 6,16 m² e um banheiro que contém a condição mínima de conforto, vale ressaltar que o lavatório foi entregue assim como todas as louças, porém esse não aparece nos desenhos técnicos. Essa tipologia é a mais simples dentre as casas tipos presentes nos conjuntos habitacionais que são objeto de estudo desse trabalho.

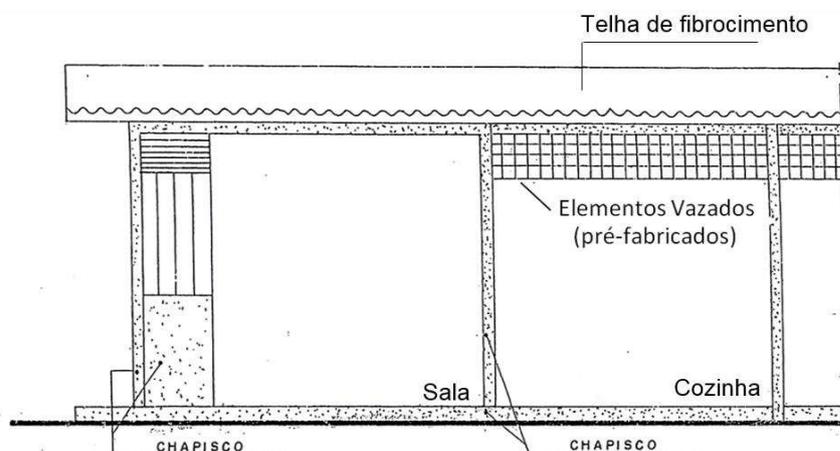
Tal projeto demonstra a desvalorização de técnicas voltadas ao conforto térmico que de fato amenize a temperatura no interior da residência idealizada. Na sala contém apenas uma esquadria de setenta centímetros de largura. A abertura para circulação de ar na cozinha foi feita com elementos vazados pré-moldados, como pode ser visto na Figura 57.

Figura 56 - Planta baixa da tipologia MA-1-23



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

Figura 57 - Fachada da tipologia MA-1-23

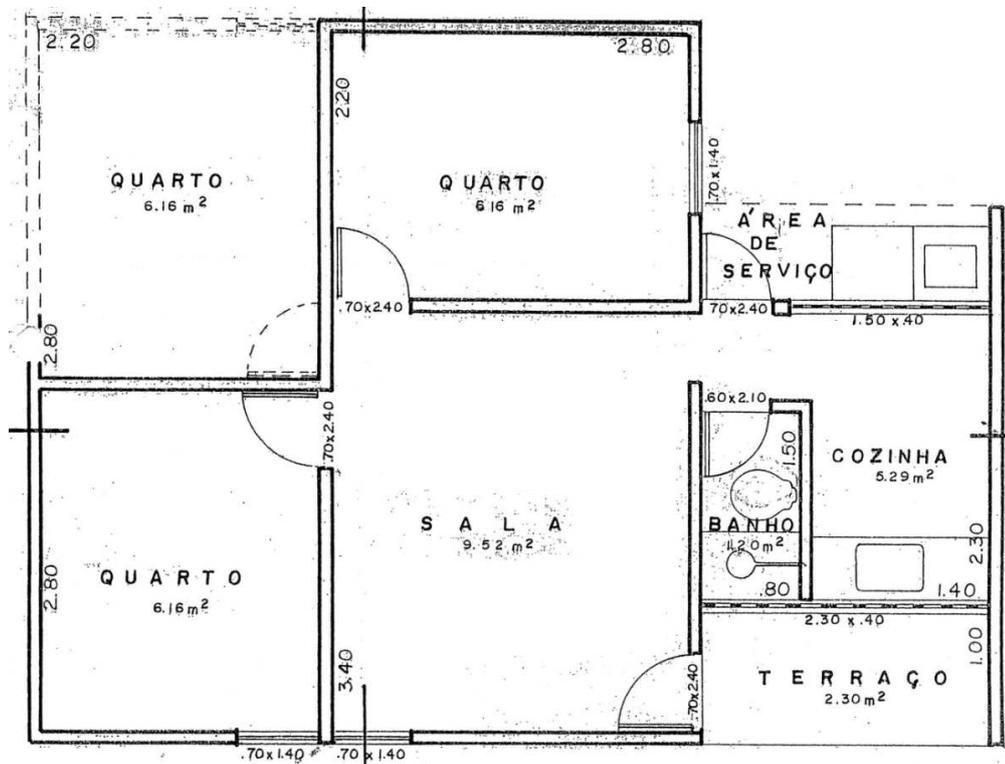


Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

O padrão de unidade habitação expresso na MA-1-23 serve de base para as tipologias MA-2-30 e MA-3-37, isso porque o que as difere é apenas o número de dormitórios. Dessa forma, a casa tipo referente a MA-2-30 contém dois quartos e área total de 30m². Já na MA-3-37, são projetados 3 dormitórios e uma área total de 37m². Conforme plantas baixas expressas nas Figuras 58 e 59.

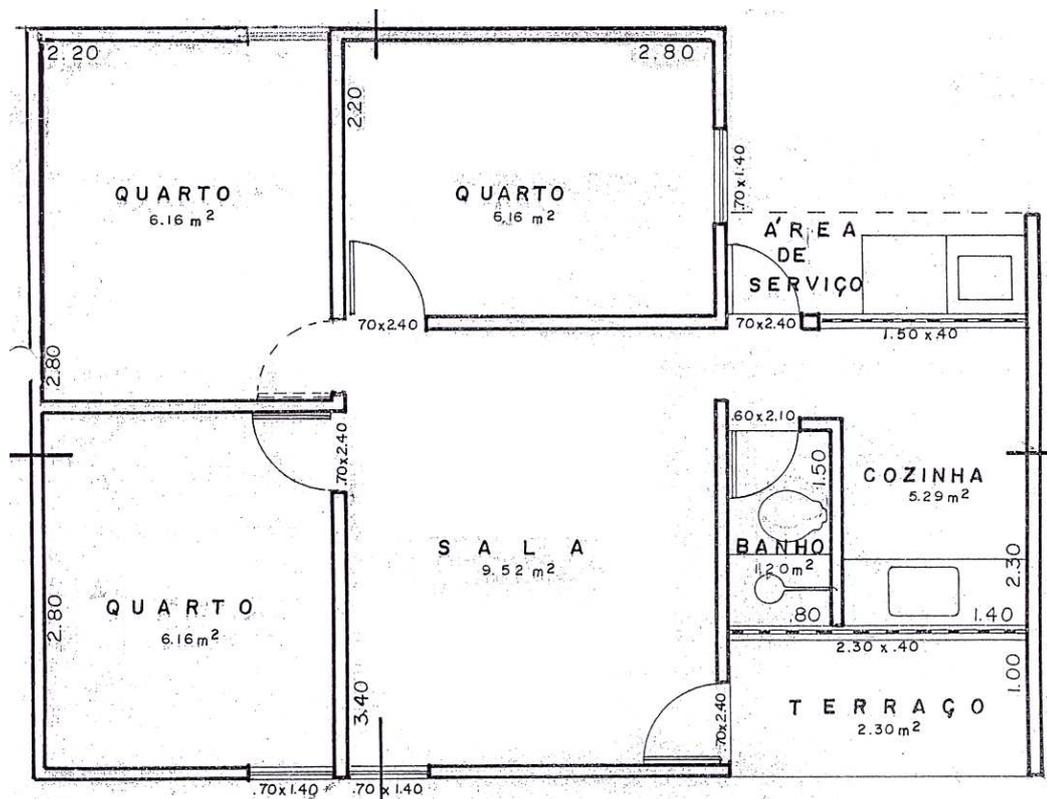
Dessa forma, fica claro que todas as unidades habitacionais da Cohab-Anil I e II prezaram pela construção em massa, pela racionalidade de seus projetos, pelo uso da habitação mínima, muito bem exemplificada na dimensão do banheiro das casas. A ausência de adornos da sua fachada também é uma característica marcante de sua tipologia, como pode ser visto em projeto nas figuras 57 e 60.

Figura 58 - Planta baixa da tipologia MA-2-30



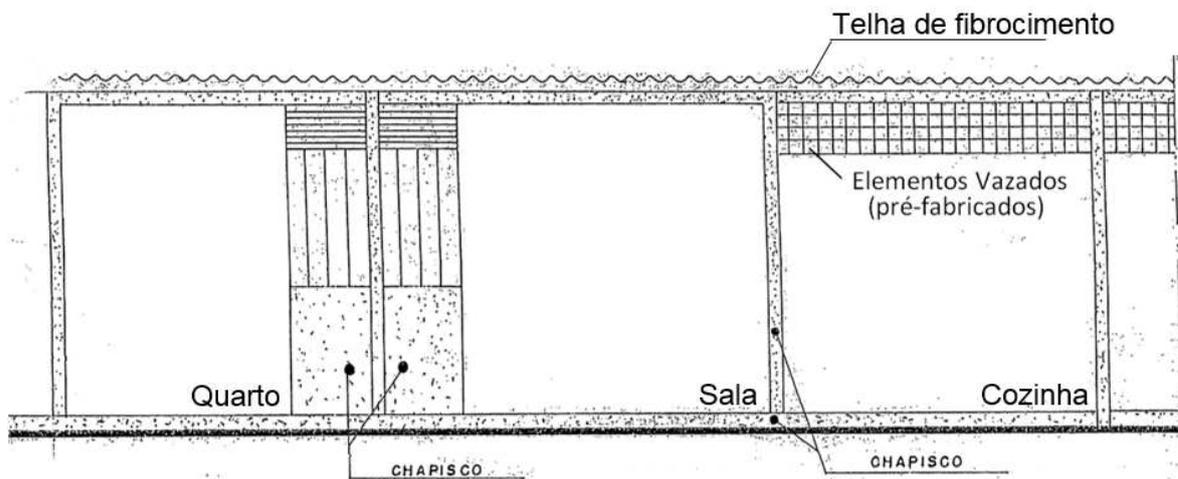
Fonte: EMARHP, escaneada e editado pela autora (2019)

Figura 59 - Planta baixa da tipologia MA-3-37



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

Figura 60 - Fachada principal das tipologias MA-2-30 e MA-3-37



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

O uso dos elementos produzidos em larga escala também marca essa tipologia e pode ser observado com as esquadrias sempre de mesma dimensão em todos os modelos de casa. Outro fator que deve ser destacado é o uso de elementos vazados na fachada principal que possibilita a circulação de ar na área destinada à

cozinha, essa característica ainda pode ser observada na fachada de algumas unidades habitacionais, como ilustra a Figura 61.

Figura 61 - Fachada de uma unidade habitacional do Cohab-Anil I que conserva o elemento vazado de sua fachada

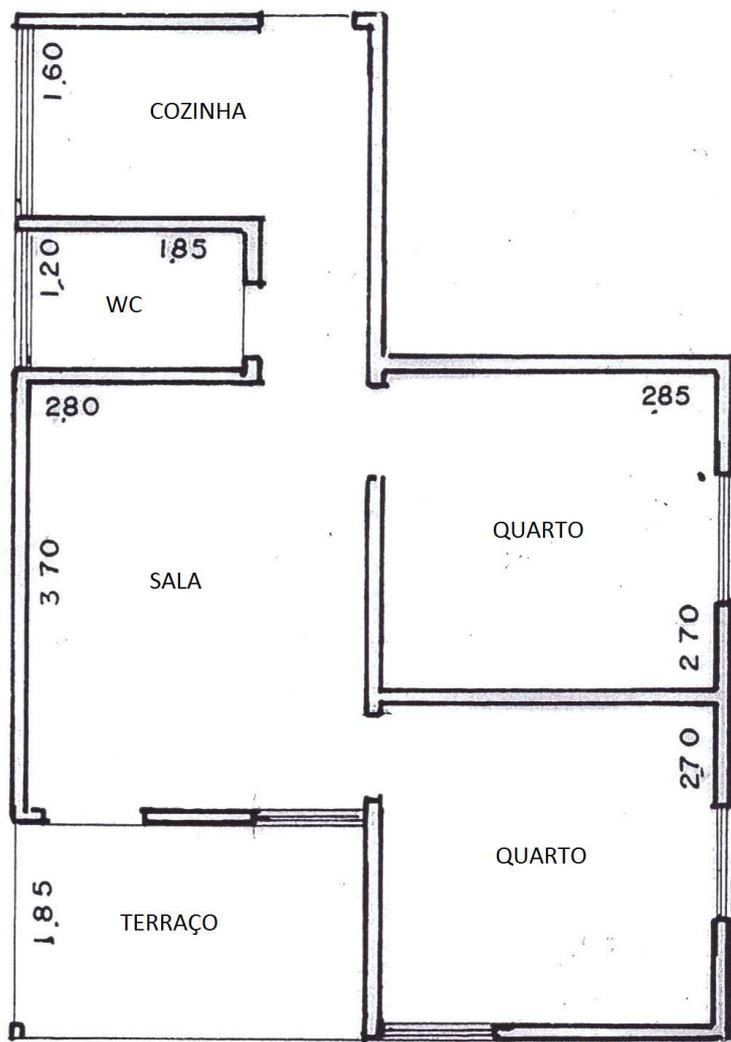


Fonte: Acervo da autora (2019).

A mudança do perfil econômico do morador dos conjuntos habitacionais Cohab-Anil IV é um ponto a ser destacado. As unidades habitacionais mostram pequenas mudanças para aumentar o conforto dos usuários, uma delas é o aumento das metragens do banheiro, melhoria ainda tímida, porém bem empregada (Figura 62). Outro fator que ilustra a melhor condição financeira do público-alvo desses outros dois empreendimentos é a área total das unidades habitacionais e o tamanho dos lotes: de 10 por 25 metros.

O modelo expresso pelos padrões MA-C-2-43 e MA-1-I-2-43 possuíram a mesma planta baixa (Figura 62). O que diferiu esses modelos foi apenas a cobertura, sendo que MA-C-2-43 utilizou telha de cimento amianto em suas unidades habitacionais além de ter sido utilizada apenas no Cohab-Anil III. Apesar de contarem com apenas dois dormitórios, as residências desse modelo expressam uma área total de 43m², ou seja, treze metros quadrados mais espaçosa que a casa tipo MA-2-30, que também contou com dois quartos, usada nos dois primeiros conjuntos do Cohab-Anil.

Figura 62 - Planta baixa das tipologias MA-C-2-43 e MA-1-I-2-43



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

Figura 63 – Unidade habitacional do Cohab-Anil III com tipologia MA-C-2-43 que manteve sua fachada original

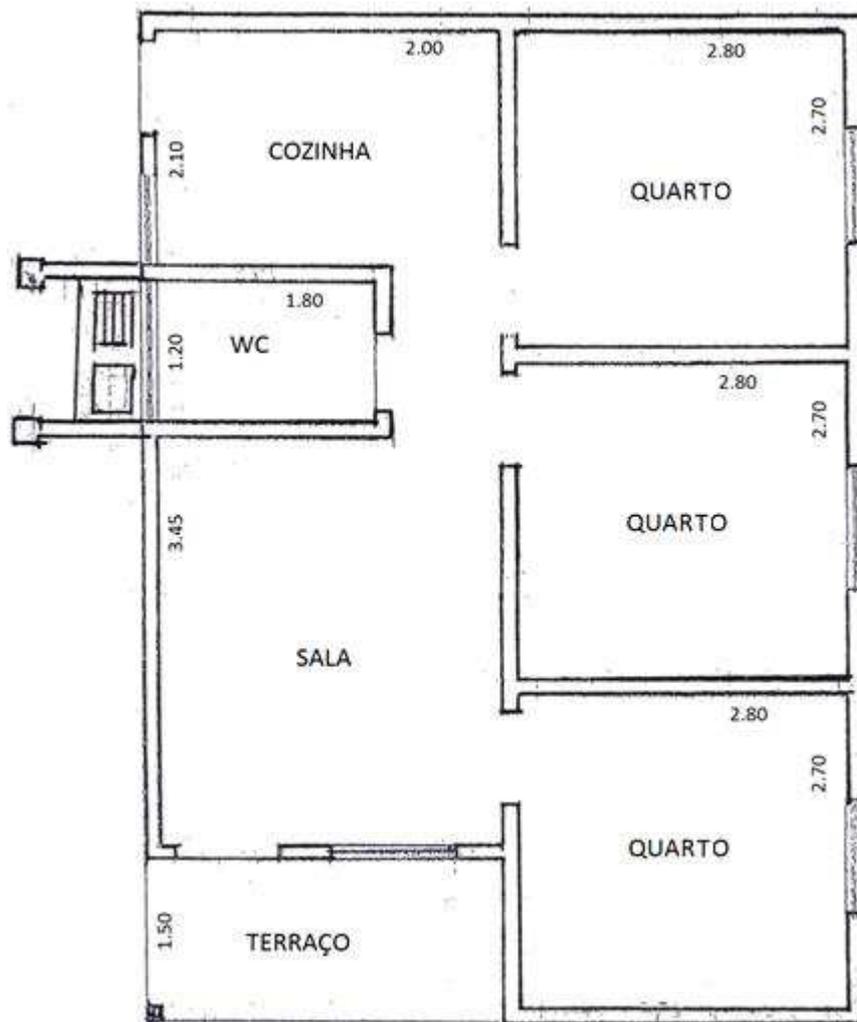


Fonte: Acervo da autora (2019).

Esses dois modelos de unidades habitacionais apresentavam os seguintes cômodos: sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios e uma lavanderia. Mesmo não estando expressa na planta baixa, a lavanderia localizava-se na fase externa da parede do banheiro, na mesma configuração da Figura 64. Tal informação foi obtida com o setor de engenharia da EMARHP e confirmada nas visitas técnicas realizadas no local.

A Cohab-Anil IV contou ainda com mais dois modelos de tipologia para suas unidades habitacionais: MA-1-I-3-52 e MA-4- I -3-71. Sendo esse o primeiro modelo representado nas Figura 64 e 65, contou com 52m² de área e levou como base os modelos MA-C-2-43 e MA-1-I-2-43, adicionando apenas um quarto e mudando a posição da janela do seu primeiro quarto.

Figura 64 - Planta baixa da tipologia MA-1-I-3-52



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

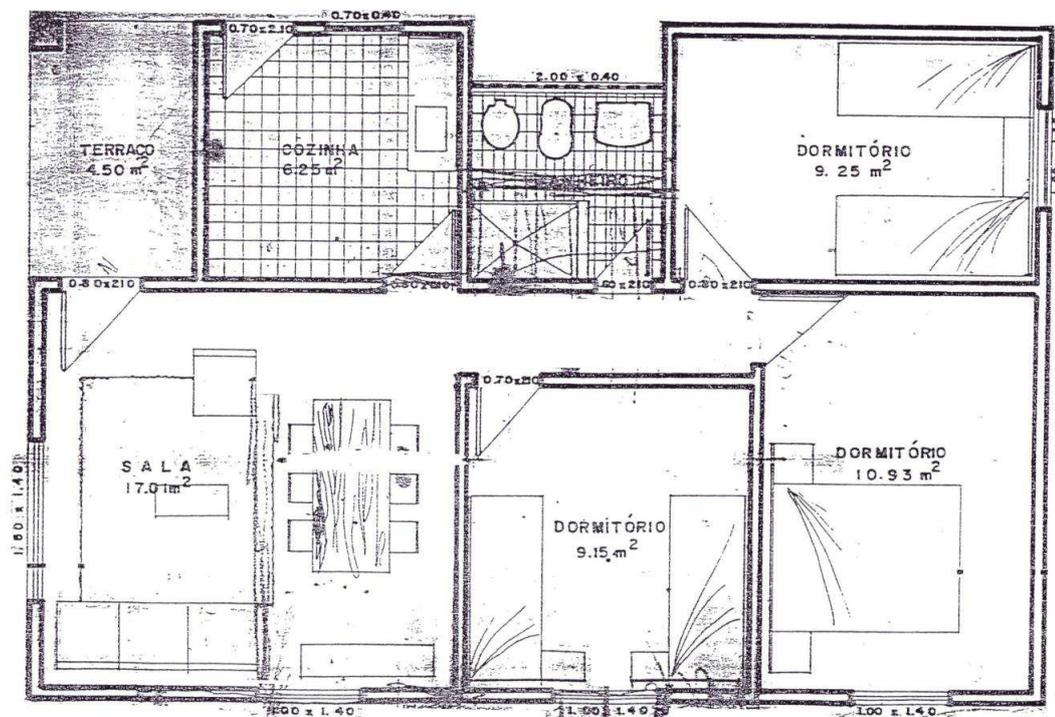
Figura 65 – Unidade habitacional do Cohab-Anil IV com tipologia MA-1-I-3-52 que manteve sua fachada original



Fonte: Acervo da autora (2019).

Já a tipologia MA-4-I-3-71 (Figura 66), contou com três dormitórios, também continha uma cozinha, sala e banheiro notoriamente mais amplos que os cômodos das demais tipologias, somando assim uma área total de 71m².

Figura 66 - Planta baixa da tipologia MA-4-I-3-71



Fonte: EMARHP, escaneada e editada pela autora (2019).

Ao analisar as tipologias habitacionais dos conjuntos habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV fica claro a preocupação com a produção em massa. Os padrões do modernismo se manifestam nos traços, nos ângulos, na ausência de adornos, assim como no ideal da habitação mínima, composta por cômodos compactos. Visando o barateamento da obra, as tipologias são entregues com soluções arquitetônicas que pouco visam o conforto do usuário, em especial ao se falar do conforto térmico: casas com telhas de fibrocimento e com janelas estreitas.

Quando se direciona tal análise para a contemporaneidade e para a visão do morador para as unidades habitacionais, percebe-se, com as inúmeras casas reformadas, que os projetos das residências atenderam apenas em parte as necessidades dos moradores. Por outro lado, o terreno em que as unidades habitacionais foram implantadas deixaram os usuários com uma boa gleba para possíveis expansões, além disso, de acordo com relatos dos moradores, os padrões construtivos eram de qualidade, ou seja, para eles as casas foram entregues com um bom acabamento e bem edificadas. Por outro, os cômodos pequenos e apenas um banheiro se mostrou um grande problema para muitos, que optaram por construir ao longo dos anos uma casa que de fato atendesse a demanda dos usuários. Tais fatores são o foco do próximo capítulo dessa pesquisa, onde essa visão será amplamente explanada.

4.2 O Conjunto Residencial: equipamentos urbanos e infraestrutura

Para além da análise arquitetônica das tipologias habitacionais, faz-se necessário compreender as características da implantação de tais conjuntos habitacionais, assim como a forma que foi pensada seus equipamentos urbanos. Por fim, é importante compreender a infraestrutura que a COHAB-MA em parceria com o BNH proporcionou para tais conjuntos.

Em termos de implantação os projetos urbanos dos conjuntos residenciais, de maneira geral, são focados na racionalidade. Isso se concretiza nos usos de formas simples e nas grandes quadras dos conjuntos. Vale ressaltar que as unidades habitacionais eram sempre posicionadas de forma genérica, ou seja, lado a lado, com a fachada principal voltada para frente do lote.

A COHAB-MA também se preocupou em entregar um amplo conjunto de equipamentos urbanos. Tal fato pode ser observado na Figura 67, que mostra os

equipamentos urbanos pensados para os conjuntos e na tabela 5, dados que a COHAB-MA enviou para o BNH.

Figura 67 - Equipamentos urbanos nos Cohab-Anil I, II, III e IV



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da EMARHP (2019).

Tabela 5 – Equipamentos urbanos nos Cohab-Anil I, II, III e IV

Conjunto	Ano	Unidades Habitacionais	Equipamentos urbanos
Cohab-Anil I	1967	505	05 praças, 01 escola
Cohab-Anil II	1968	516	05 praças, 01 escola
Cohab-Anil III	1969	1.417	01 centro comercial, 01 caixa d'água, 01 delegacia, 01 casa administrador, 01 escola
Cohab-Anil IV	1975	1.111	01 centro comercial, 01 grupo escolar, 01 centro social urbano, 01 casa administrador, 01 administração.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da EMARHP (2019).

De fato, os conjuntos residenciais tinham total necessidade dessa estrutura de equipamentos urbanos. Parte pelos conjuntos, em especial o Cohab-Anil I, II e III chegarem em um contexto que a área em questão era basicamente desocupada, sendo esses conjuntos os primeiros a serem localizados nesse setor da cidade. Outra parte por esses equipamentos compensarem a ausência de amplos cômodos nas unidades habitacionais, tornando esses espaços de uso coletivo ainda mais necessários para a vivência dos moradores.

A COHAB-MA também ficou responsável por amparar toda a infraestrutura necessária para que os conjuntos tivessem pleno funcionamento. Isso implica em sistemas de água, esgoto, luz, telefone. Segundo relatos de moradores, de fato as redes de água e esgoto estavam implantadas na entrega das unidades habitacionais, porém, a água não chegava nas residências.

Também era de responsabilidade da Companhia implementar um sistema de drenagem, pavimentação e transporte público. Todos esses, segundo os moradores, existiam, porém de forma ineficiente. Na contemporaneidade, a realidade do transporte público mudou com a presença do Terminal de Integração de ônibus, porém em relação a drenagem e pavimentação a situação ainda é desfavorável.²⁰

Dessa forma, percebe-se a preocupação da COHAB-MA em entregar um conjunto residencial completo, para além das casas, a Companhia apresenta equipamentos urbanos e infraestrutura. Destaca-se também a necessidade da criação dessa ampla rede de assistência aos moradores: a área em que os conjuntos foram instalados, até então, apresentavam-se desocupados, sem nenhum

²⁰ Tal fato ficará ainda mais claro no próximo capítulo desse estudo, ao destacar a visão do morador dos conjuntos em questão.

bairro constituído. Aliado a esse fato soma-se o ideal da habitação mínima, utilizado nesses conjuntos, mostrando assim mais um fator para a criação de áreas públicas para convivência dos moradores.

Porém, nem tudo foi entregue como planejado. Como já comentado a nível nacional, as Companhias de Habitação Popular por vezes entregaram conjuntos habitacionais com problemas de infraestrutura e com equipamentos urbanos inacabados. Os Cohab-Anil I, II, III e IV seguiram tal regra. Dessa forma, o próximo capítulo traz a narrativa dos moradores, explicando assim os pontos que fugiram do planejado pela COHAB-MA. Elencando a forma como os conjuntos foram entregues e voltando um olhar para os dias atuais.

5 COHAB-ANIL E A CONTEMPORANEIDADE: a visão dos moradores e a urbanidade dos conjuntos

Os conjuntos habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV foram, além de importantes exemplares para a modernidade da cidade, uma nova frente de crescimento e expansão da cidade, demonstrando sua importância para a contemporaneidade. Assim, esse capítulo objetiva a mostrar a narrativa dos moradores dos conjuntos, além de caracterizar o conjunto hoje com base em seus usos, suas potencialidades e seus desafios a serem superados.

O capítulo volta sua análise para a urbanidade dos conjuntos. Desde já, é importante entender que para esse trabalho a urbanidade é entendida como a forma como a cidade acolhe as pessoas. Ou seja, compreende-se como território com urbanidade aqueles espaços hospitaleiros, convidativos para a população. É claro que esse conceito por si já é uma questão ampla, mas para a análise desse estudo, essa breve conceituação se mostra satisfatória.

5.1 A visão dos moradores

Inicia-se essa seção do trabalho com um olhar para o trabalho da COHAB-MA, identificando como os conjuntos habitacionais de fato foram entregues. Em seguida, volta-se a análise para os dias atuais, destacando os pontos positivos e negativos que os Cohab-Anil I, II, III e IV apresentam. Para isso, as falas dos moradores foram coletadas, a partir de entrevistas²¹ que seguiram um roteiro fluído, ou seja, apenas direcionando o entrevistado para os temas em questão.

As unidades habitacionais foram um dos temas principais de tais entrevistas. Primeiramente, a respeito de como as casas foram entregues pela COHAB-MA. Para os moradores fica claro que os padrões construtivos eram de qualidade, o terreno apresentava uma dimensão satisfatória:

Quando a gente recebeu a casa, ela chegou toda pintadinha de branco, com os pauzinhos pra demarcar o terreno de cada um, era boa, boa mesmo! Toda no tijolo, bem certinha! O piso era cimentado, sabe? Só as portas e janelas que não eram boas, não demorou cinco anos e já trocamos, era tipo de compensado, sabe? Quando a gente recebeu era assim: dois quartos, uma sala, um banheiro, a cozinha que até hoje tá a mesma e um quintal e um terraço grandes. O terreno era muito bom... (MORADOR A).

Pelo o que meus pais contam a casa tinha três quartos, sala, um banheiro e cozinha, só isso. Meus pais não gostavam muito, falavam que era boa, mas muito pequena e até hoje ainda querem mudar muita coisa. (MORADOR C).

²¹ As entrevistas realizadas estão registradas nos Apêndices deste trabalho.

Naquela época era bem diferente, as casas ainda tavam começando a se murar, e mesmo as que já tinham a maioria usava muro baixo, sabe? Aqui a casa tinha três quartos, uma sala, um banheiro e a cozinha, tinha o quintal e uma varanda aqui. (MORADOR D).

Figura 68 - Unidade habitacional com fachada original com poucas mudanças ao lado de uma fachada completamente reformada (Cohab-Anil IV)



Fonte: Acervo da autora (2019).

Pelo relato dos moradores também fica claro que as unidades habitacionais, da forma como foram entregues, não atenderam amplamente as necessidades dos usuários. Prova disso é o fato da grande maioria das casas dos conjuntos habitacionais em questão já estarem reformadas e poucas são as que mantêm as características originais. A respeito das reformas e melhorias nas habitações os moradores comentam:

Já construímos mais um quarto, mais essa varanda que estamos e ainda temos é muita área pra construir mais [...]. Colocamos o piso, revestimento no banheiro também, além disso a gente colocou a laje, queremos subir o primeiro andar da casa. Logo que a gente chegou murou logo a casa. (MORADOR A).

Meus avós fizeram algumas mudanças, agora são três quartos, duas salas, dois banheiros, escritório, cozinha/área de jantar e no quintal tem cozinha, lavanderia, outro quarto com banheiro e a dispensa. (MORADOR B).

Meus pais aumentaram o quarto deles e construíram três banheiros, daí cada quarto ficou uma suíte e o banheiro que já tinha é o banheiro da sala, das visitas. Mudaram o telhado também, mas vira e mexe ainda aparece um problema nesse telhado. [...] Fizemos mais um andar com sala, cozinha, quartos e banheiros. (MORADOR C).

Fizemos mais um andar com sala, cozinha, quartos e banheiros. (MORADOR D).

Figura 69 - Rua do Cohab-Anil IV com unidades habitacionais reformadas



Fonte: Acervo da autora (2019).

Outro ponto central das entrevistas foi a infraestrutura do bairro: os sistemas de água, esgoto, drenagem, pavimentação e transporte público. De forma geral a narrativa dos moradores demonstra que a COHAB-MA entregou parcialmente a infraestrutura necessária para o uso pleno dos conjuntos residenciais. Os sistemas de água e esgoto foram instalados, porém o abastecimento de água é um problema recorrente até os dias atuais. Já a pavimentação das ruas não foi entregue junto às unidades habitacionais e a drenagem se mostra um problema para os conjuntos, com exceção do Cohab-Anil III:

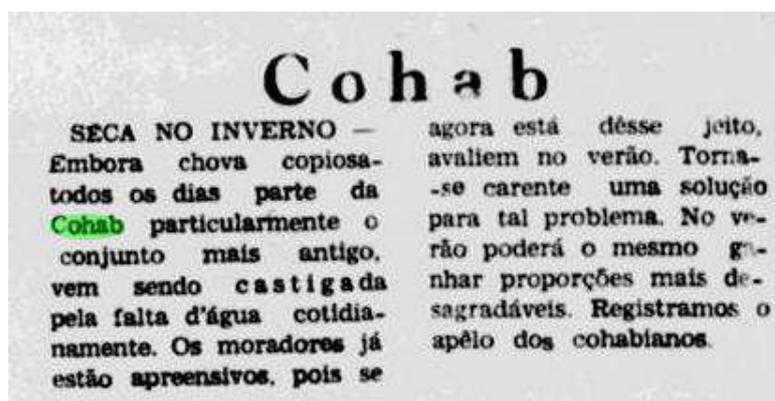
Já tinha instalação de água e de esgoto, mas a água que não chegava mesmo... isso fez com que muita gente saísse daqui pra ir pra onde tinha água... a gente resistiu, ficou aqui, mas até hoje a água é um problema. A encanação é toda certinha, mas não é todo dia que chega. Já a luz chegou desde o primeiro dia e é uma beleza até hoje, não tenho o que reclamar, funciona muito bem. Não tinha nada pavimentado, as ruas eram todas de terra batida, sabe? Piçarra mesmo, mas não demorou muito pavimentaram. Aqui é o melhor conjunto, te garanto, nunca tivemos problemas de inundação ou alagamento com a chuva, já lá embaixo (se referindo ao Cohab-Anil I, II e IV) o tempo todo alaga, parece que o solo não absorve, sabe? Também não tem muito pra onde a água correr, ai pra lá alaga demais! (MORADOR A).

Olha, não tem água todo dia, mas sei que isso acontece em muitos bairros, a caixa d'água que meus avós colocaram é grande, então a água sobe e ficamos bem abastecidos até. Mas tem época que passam dias sem subir, daí complica. Esgoto nunca tivemos problemas, luz também não. (MORADOR B).

Meus pais colocaram uma cisterna né, então resolveu bem o problema de água aqui em casa. Agora quando chove é meio ruim, as ruas daqui do II e do I são bem estreitas, como tu viu, quando chove parece que água não corre bem por lá, alaga muita casa. E as ruas tão desse jeito né, principalmente em período de chuva, fica só buraco, daí tapam um ou outro, mas nunca fica bom não. O que mais me deixa triste são as praças, não são reformadas faz anos. (MORADOR C).

A questão do abastecimento de água é a questão mais recorrente nas falas dos moradores, as redes de abastecimento não estavam em pleno funcionamento na entrega das casas, apesar dos sistemas estarem instalados, a água não chegava nas residências. Tal fato é ainda comprovado na Figura 68 que ilustra uma reportagem do ano de 1971 afirmando a falta de água nos conjuntos. Já em relação a luz e telefone não ocorreu nenhuma reclamação, os sistemas de fato estavam instalados e em pleno funcionamento.

Figura 70 - Matéria ilustra o problema com o abastecimento de água



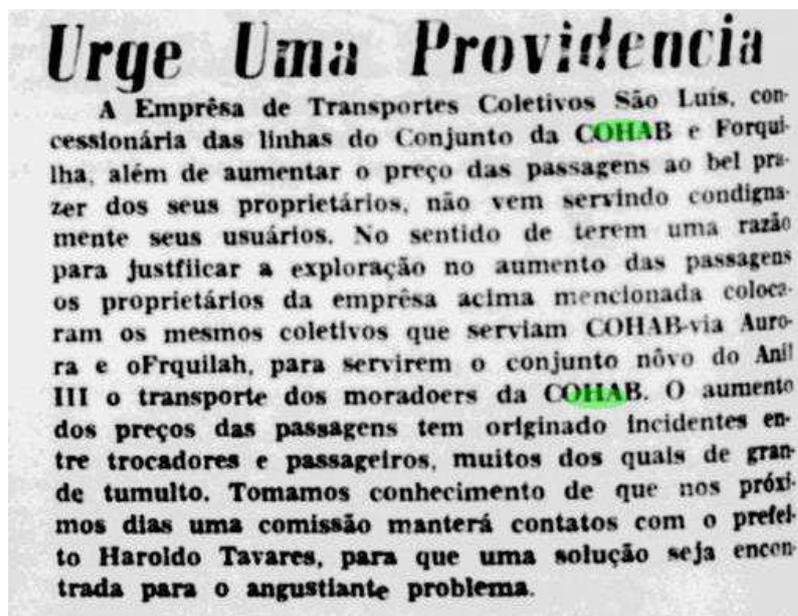
Fonte: COHAB, 1970.

Com relação ao transporte público, o cenário sofreu grandes alterações. Nos primeiros anos dos conjuntos apenas uma linha de ônibus servia a área, a Figura 72 ilustra a precariedade desse serviço no início dos anos 70. Em 2004, trinta e sete anos depois da entrega do Cohab-Anil I, o prefeito Tadeu Palácio inaugurou o Terminal de Integração Cohab-Cohatrac. Dessa forma, as frotas de ônibus e as linhas que passam pelas proximidades dos conjuntos aumentaram consideravelmente, ampliando a mobilidade dos moradores.

Já o transporte público a gente tinha uma linha de ônibus só, Popular Aurora, não era muito boa não, mas agora tem o terminal e desse aí eu não tenho problema! Uso minha carteirinha de idoso e pego ônibus pra tudo que é lugar daqui do terminal. (MORADOR A)

Além disso o terminal sendo aqui perto facilita muito pra mim, principalmente porque dou aula em vários lugares da cidade, então fica mais fácil de ir e de voltar. (MORADOR C)

Figura 71 - Matéria destaca a precariedade do transporte público nos conjuntos



Fonte: URGE, 1971.

Já em relação aos equipamentos urbanos, apesar da quantidade satisfatória, mostrada no capítulo anterior, muitos se encontram atualmente abandonados, sem manutenção adequada. Aliado a isso, o sentimento de insegurança afasta os moradores dos espaços públicos, fazendo com que a população por vezes opte por ficar dentro das residências:

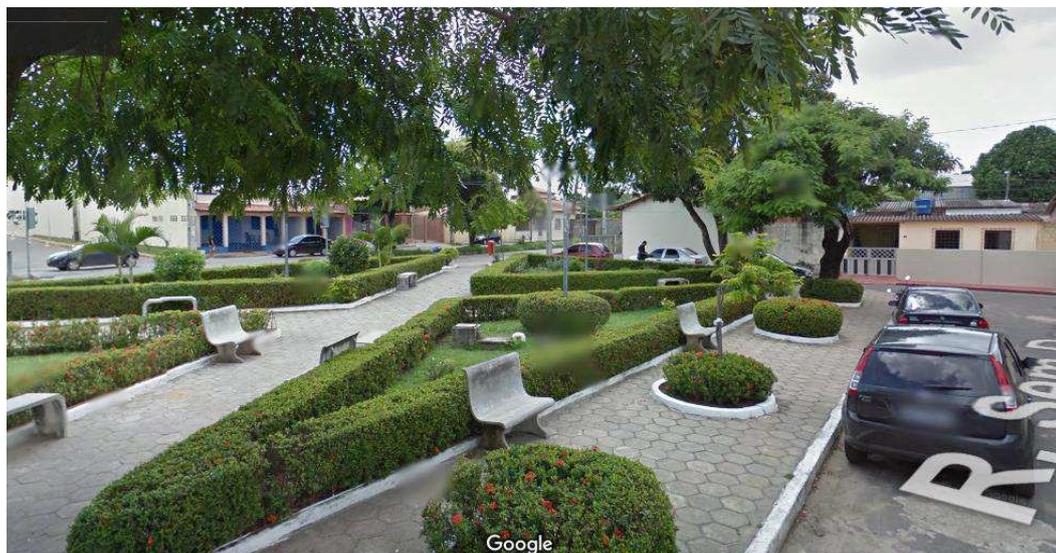
Hoje em dia os dois clubes fecharam, tão abandonados, uma tristeza em se lembrar tanta coisa bacana que a gente viveu por ali. O que agita mesmo essa região é o São João, temos muitas brincadeiras por aqui: o Boi Pirilampo, o Boi Brilho da Terra, ainda tem mais um monte que vem dançar por aqui, ontem mesmo teve Axixá ali na pracinha debaixo. Aquela pracinha é bacana, mas porque os moradores que cuidam, não depende de político. E é o que agita, sabe? Porque no resto do ano não tem muita coisa pra fazer não, logo que a gente não confia muito, acha tudo perigoso hoje em dia. (MORADOR A).

Então, eu ia demais na praça aqui perto quando era mais nova, até hoje vou, não vou mais porque acaba ficando perigoso nos horários que eu tenho livre. (MORADOR B).

Por aqui tinham umas praças boas, que as crianças todas se reuniam, tinha muita brincadeira de bola também, brincadeira de rua. Agora pra mim não tem muita coisa o que fazer não, a gente se reúne na casa de um ou outro, faz umas festinhas. (MORADOR C).

Pra cá tem algumas praças né, eram melhores quando meus filhos eram pequenos, elas eram mais novas, mais capinadas, hoje em dia tá bem abandonada, mas ainda sim os meninos vão. Eu e meu esposo íamos muito nos clubes que tinham por aqui, sábado a tarde... hoje em dia a gente só fica em casa mesmo, vamos no mercado no sábado e só. (MORADOR D).

Figura 72 - Praça no Cohab-Anil I



Fonte: GOOGLE MAPS (2019).

Os conjuntos habitacionais da Cohab-Anil I, II, III e IV são compreendidos de forma mais profunda a partir das narrativas dos moradores coletadas em entrevistas. Após a exposição de trechos dessas conversas, fica mais claro a forma como as unidades habitacionais foram entregues: seguindo padrões construtivos com qualidade, orientados pelos ideais modernos, porém não atendendo a todas as necessidades dos moradores. Por tanto, ao olhar para os dias atuais, a esmagadora maioria das casas encontram-se reformadas, muradas e mais adequadas as necessidades de cada usuário.

Em relação a infraestrutura e aos equipamentos urbanos dos conjuntos, de forma geral, a problemática da água assolou os conjuntos desde a entrega das unidades habitacionais, sendo o cenário ainda desfavorável na atualidade. Já as redes de energia, esgoto e telefone foram de fato entregues em tempo hábil e funcionam de forma plena ao longo da história dos Cohab-Anil I, II, III e IV. Por fim, os equipamentos urbanos apesar da quantidade e variedade prevista em projeto, estão abandonados pelo poder público, sem reformas e manutenções constantes.

Para a continuidade dessa breve análise da contemporaneidade dos conjuntos em questão, caracteriza-se a urbanidade da área, aliada à forma que bairro atualmente se configura em relação aos seus usos.

5.3. A urbanidade e os usos dos conjuntos na contemporaneidade

A urbanidade, para esse estudo, será compreendida como, pelas palavras de Aguiar, (2012): “se refere ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas.

Espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros. O oposto são os espaços inóspitos ou, se quisermos, de baixa urbanidade”.

A urbanidade está ligada à vitalidade urbana, à forma como a população se apropria do espaço, aos fluxos, aos ambientes de diversidade e troca, sobretudo se refere a qualidade do espaço urbano. A urbanidade acontece quando os ambientes urbanos permitem ou potencializam encontros entre pessoas de diferentes classes e estilos de vida no mesmo espaço público. (Figueiredo, 2010)

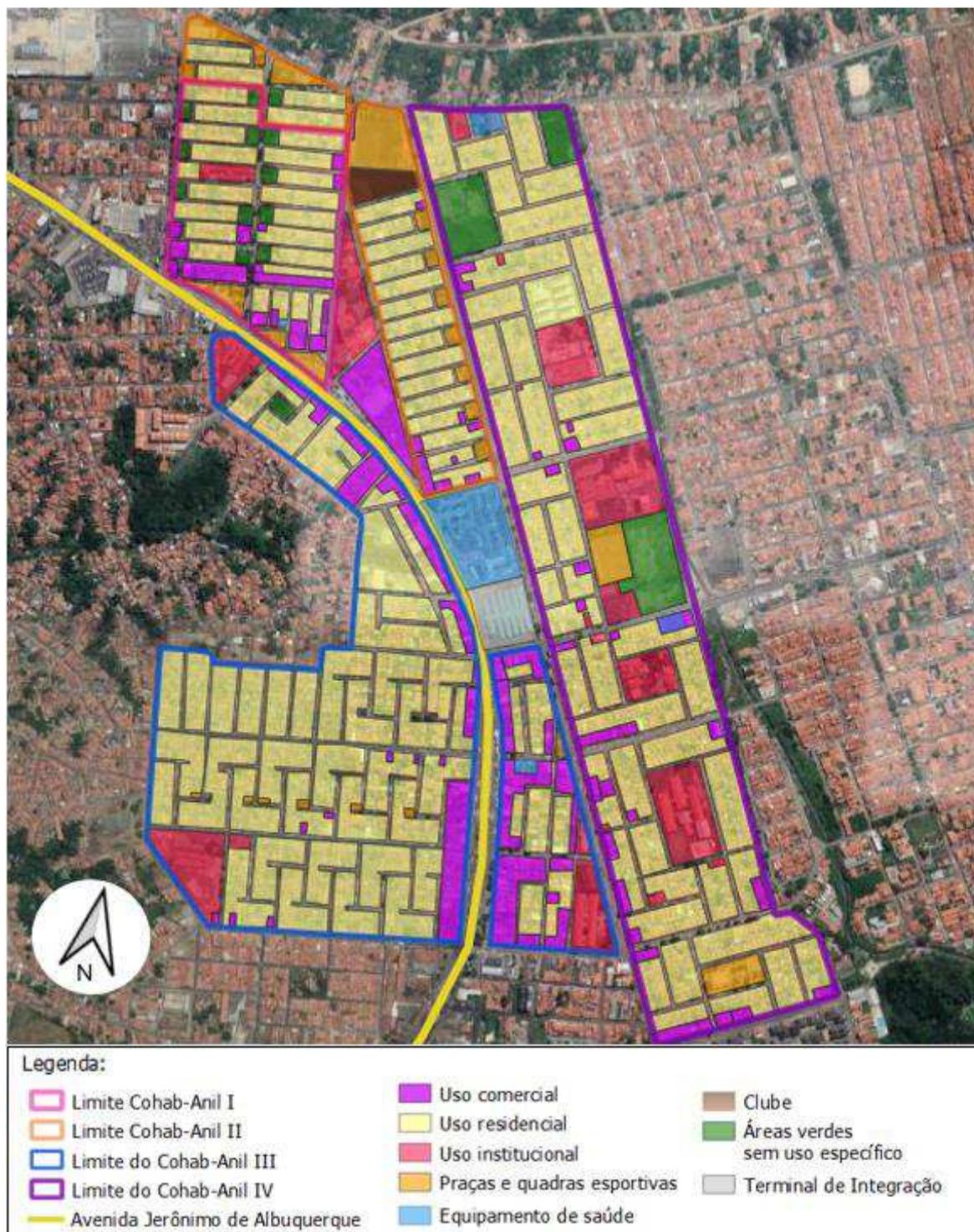
Dessa forma podemos compreender que a variedade de usos: comercial, institucional, lazer, residencial, entre outros, é um fato que potencializa a urbanidade de uma área. Assim como o fluxo de pessoas, sejam pedestres, motoristas ou usuários do transporte público contribuem para a urbanidade.

Pela própria formação dos conjuntos já percebemos o potencial de urbanidade na área, em especial ao se analisar os públicos alvos de cada empreendimento. Enquanto os três primeiros conjuntos visavam a camada mais popular da cidade, o Cohab-Anil IV foi focado na classe média de São Luís.

Aliado a esse fato, a contemporaneidade consolidou os conjuntos Cohab-Anil I, II, III e IV para apresentarem uma ampla diversidade de usos (Figura 73). Parte por conta dos fluxos intensos na área, do terminal de integração e da movimentada Avenida Jerônimo de Albuquerque.

Vale ressaltar que desde o final dos anos 80, os conjuntos da Cohab-Anil instalaram diversos pontos comerciais, em especial, nas proximidades da Avenida, tornando-se um bairro que apresentava uma alternativa para os que procuravam comércio em outras regiões diferentes do Centro. Nos anos 2000, com a implantação do Terminal de Integração e o aumento do poder de compra das classes baixas e média, o comércio nessa região se consolidou. Atualmente, as áreas próximas à Avenida Jerônimo de Albuquerque são, quase que em sua totalidade, de uso comercial. O uso institucional e a presença de uma das maiores maternidades da cidade também contribuem para a urbanidade da área.

Figura 73 - Mapa de usos predominantes nos Cohab-Anil I, II, III e IV

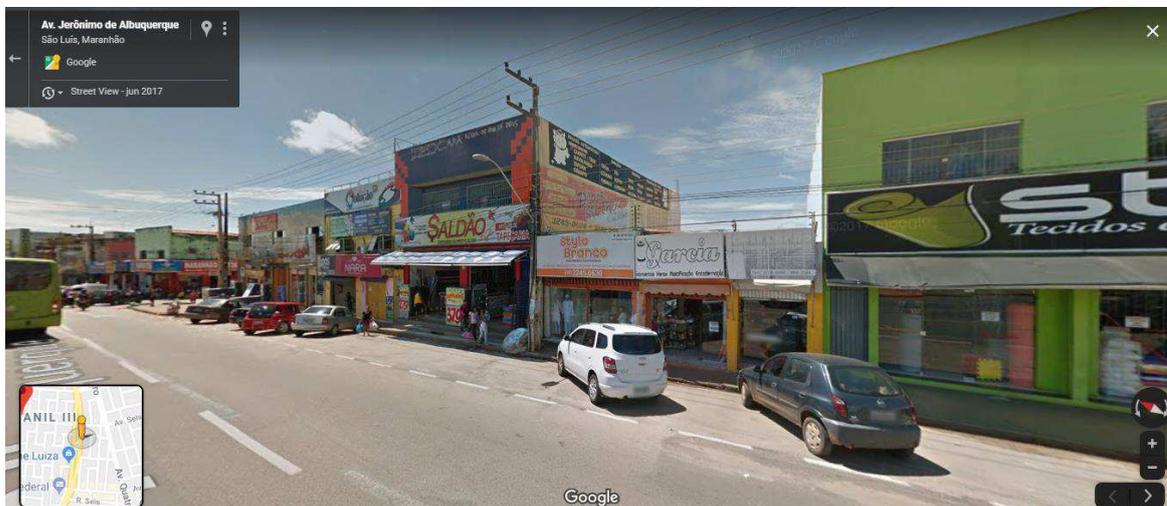


Fonte: GOOGLE MAPS editado pela autora em 2019.

Como ilustrado no mapa de usos, as instituições aparecem constantemente nos conjuntos em questão, vale ressaltar que são elas: religiosas (igrejas católicas, evangélicas e convento), educacionais (escolas de ensino fundamental e médio públicas e privadas, creche, centros de línguas estrangeiras e centros de ensino

técnico). Aumentando o fluxo de pessoas nessa região, contribuindo para a concretização de um espaço mais hospitaleiro.

Figura 74 - Uso comercial na Avenida Jerônimo de Albuquerque (Cohab-Anil III)



Fonte: GOOGLE MAPS (2019).

Figura 75 - Uso comercial na Avenida 11, Cohab-Anil III



Fonte: Acervo da autora (2019).

As praças também ocupam um importante papel para a urbanidade da área. Apesar do descaso do poder público com a manutenção destas, muitos moradores se preocupam em preservar e manter esses espaços públicos. Como é o caso da praça localizada na esquina da Rua Trinta e Quatro com a Rua Marquês de Sapucaí, o ambiente público é mantido pelos moradores da área. Pelas palavras do

morador A: “aquela pracinha é bacana, mas porque os moradores que cuidam, não depende de político”.

Figura 76 - Praça no Cohab-Anil III conservada pelos moradores



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 77 - Meninas passeiam na proximidade de uma praça



Fonte: Acervo da autora (2019).

Dessa forma, fica claro que os usos diversos dos conjuntos habitacionais Cohab-Anil I, II, III e IV auxiliam na urbanidade da área. Por outro lado, o descaso do poder público com a infraestrutura do bairro, a falta de segurança e a ausência de manutenção nos equipamentos urbanos afastam o público das áreas de uso comum. Com a finalidade de mostrar um panorama completo dos conjuntos habitacionais em questão, os problemas e desafios a serem superados nessa área serão foco do próximo tópico dessa pesquisa.

5.2 O descaso com a infraestrutura

Ao andar pelos conjuntos habitacionais da Cohab-Anil I, II, III e IV, os problemas na infraestrutura é prontamente notado. Ruas com pavimentação precária, faixas de pedestres apagadas pelo tempo, calçadas e passeios comprometidos, além dos equipamentos urbanos sem manutenção. E as ruas são complicadas, têm motoristas do aplicativo Uber e outros que nem entram em algumas ruas de tantos buracos, é só andar por lá que se pode observar, muito precário mesmo o asfaltamento do bairro.

Em relação a pavimentação, a reclamação é constante. Diversos meios de comunicação se preocupam em destacar a situação precária dos bairros da Cohab. Pela narrativa dos moradores, os reparos no asfalto, quando feitos, não apresentam uma durabilidade satisfatória, voltando ao mesmo estado crítico durante a época de chuvas da cidade. As Figuras 79, 80 e 81 mostram, através de matérias locais, o panorama dessa problemática, sendo a primeira, entrevista do ano de 2010. Enquanto a Figura 81 data os dias atuais (2019) e ilustra ainda a precariedade das vias.

A atual gestão municipal trabalha no programa Mais Asfalto para tentar sanar essa problemática. A Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) explica que tal programa visa melhorar a infraestrutura das vias de São Luís, entretanto no primeiro momento estão sendo priorizadas as avenidas de maior fluxo e ruas que recebem transporte público, com o avanço dos serviços, os bairros serão o foco. (BENAVENTO, 2018).

Figura 78 - Matéria de 2010 comenta sobre problemas de infraestrutura nos conjuntos Cohab-Anil



Fonte: FALTA, 2010.

Figura 79 - Matéria comenta sobre precariedade no asfalto do Cohab-Anil IV



Fonte: BENAVENTO, 2018.

Figura 80 - Matéria comenta sobre a problemática dos buracos nos conjuntos



Fonte: MORADORES, 2013.

Figura 81 - Via no Cohab-Anil III



Fonte: Acervo da autora (2019).

De fato, a situação precária das vias dos conjuntos Cohab-Anil I, II, III e IV atormenta os moradores por anos. O poder público, mesmo ciente da problemática, não se mostra proativo para resolver essa questão. É certo que a qualidade das vias implica diretamente nos fluxos dessa área, causando transtornos aos motoristas da região além de implicar na lentidão do trânsito.

Outra problemática muito levantada nas conversas com os moradores é a situação de abandono dos equipamentos urbanos. De forma especial, as praças dos conjuntos precisam urgentemente de manutenção e cuidados para que dessa forma voltem a ser um espaço de convívio e lazer para a população.

Figura 82 - Praça situada no Cohab-Anil II em situação de abandono



Fonte: Acervo da autora (2019).

A realidade da maioria das praças é crítica. Bancos e lixeiras quebrados, calçadas precárias, vegetação necessitando de poda, entulhos de obra amontoados pela área, além de muitas servirem de estacionamento. Somasse a esse cenário as áreas verdes sem uso definido (Figuras 83 e 84), que também apresentam necessidade de poda e capina, concretizando o aspecto de abandono desses conjuntos residenciais.

Figura 83 - Área verde sem uso definido no Cohab-Anil IV



Fonte: Acervo da autora (2019).

Os conjuntos residenciais estudados nessa pesquisa mostram ser, além de exemplares para a arquitetura e urbanismo residencial modernos de São Luís, importantes marcos na história da cidade. Além de pioneiros nos empreendimentos da COHAB-MA, tais conjuntos também orientaram o eixo de crescimento da cidade. Atualmente, os Cohab-Anil I, II, III e IV assim como representam uma importante centralidade em São Luís, também se configuram com uma variedade de usos que fomenta a urbanidade da região. Por outro lado, os conjuntos se encontram nas sombras do poder público, sem a manutenção e o cuidado para que os espaços em questão contribuam para os encontros e conexões entre a população e a cidade.

6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento dessa pesquisa proporcionou a compreensão da arquitetura e o urbanismo moderno, contextualizando esta linguagem, de forma a caracterizar os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV em São Luís do Maranhão. Através da exposição e análise do contexto em que o movimento moderno se insere a nível nacional e regional foi possível realizar um entendimento concreto a cerca desse movimento que por fim foi caracterizado e analisados nos conjuntos do Cohab-Anil. De forma paralela foi possível compreender o cenário da habitação social no Brasil e em São Luís, analisando, em especial, a produção de moradia pelo o Estado. Dessa forma, o presente trabalho cumpre com seus objetivos propostos.

Iniciou-se as discussões a respeito do objeto de estudo com a origem, contexto e representações do movimento moderno a nível nacional. Ao comentar e caracterizar obras higienistas nas áreas urbanas que visavam aumentar as condições de saneamento básico e ao mesmo tempo embelezar as cidades brasileiras iniciam-se os comentários a respeito do urbanismo moderno. Da mesma forma, as origens da arquitetura moderna e suas primeiras representações são expostas, visando caracterizar esse movimento e o contexto histórico e social em que o modernismo se insere. Para isso, foi imprescindível o uso de pesquisas bibliográficas.

A habitação social brasileira e a forma de habitar dos trabalhadores no final do século XIX ao século XX foram então apresentadas. Em seguida, a produção estatal de moradias para a massa trabalhadora foi compreendida a partir dos principais órgãos que se destacaram nesse contexto: os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a Fundação Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) que trabalhou em parceria com as Companhias de Habitação Popular (COHABs). Para o entendimento pleno dessa produção, representações de conjuntos habitacionais fomentados por tais órgãos foram expostas à nível nacional. Tal análise foi pautada em pesquisas bibliográficas.

Voltando-se para a cidade de São Luís, o cenário da habitação social e os empreendimentos do Estado em moradia foram comentados com foco nessa esfera específica. Para isso, o contexto em que a cidade se encontrava no século XX foi explanado, além da atuação dos IAPs, FCP e COHAB-MA em São Luís. A

exemplificação e caracterização de alguns conjuntos habitacionais que foram empreendidos pelo poder público e sugeriram nesse recorte temporal foi imprescindível para a compreensão plena do cenário da habitação social em São Luís. Dessa forma, o movimento moderno foi caracterizado nesses exemplares. A metodologia utilizada para essas discussões foram pesquisas bibliográficas e documentais.

Os conjuntos residenciais Cohab-Anil I, II, III e IV e suas características arquitetônicas e urbanas foram então apresentados, compreendendo esses empreendimentos como importantes exemplares para a arquitetura e o urbanismo moderno, tal como para a expansão da cidade de São Luís. O ideário moderno presente em tais conjuntos foi então exemplificado e analisado, tais como os princípios da racionalização, a busca pelo barateamento da obra e a padronização das unidades habitacionais. As moradias, a infraestrutura e os equipamentos urbanos desses conjuntos foram apresentados e analisados. Para a realização desse estudo, foram usadas pesquisas bibliográficas e documentais, assim como visitas técnicas, levantamentos fotográficos e entrevistas com os moradores.

Por fim, o estudo voltou-se para a contemporaneidade e para a visão dos moradores do Cohab-Anil I, II, III e IV. As narrativas dos moradores foram expostas e analisadas. Também se realizou um breve estudo a respeito da urbanidade desses conjuntos, mostrando que os usos e os fluxos dessa área influenciam na urbanidade de tais conjuntos. Os problemas de infraestrutura foram expostos, exemplificando o fato dos conjuntos em questão estarem nas sombras das obras públicas. A metodologia utilizada foi análise de dados levantados a partir de pesquisas documentais, assim como visitas técnicas, entrevistas e levantamentos fotográficos.

De fato, essa pesquisa se mostrou valiosa para a compreensão do movimento moderno e da habitação social na cidade de São Luís. É necessário deixar claro que o presente trabalho apenas inicia uma ampla discussão. Abrindo lacunas para a retomada de tal estudo em uma pós-graduação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. **Arquitextos**, ano 12, mar. 2012. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>. Acesso em: 5 jul.2019.

AGUIAR, Walter de. **O novo arrabalde**. Morro do Moreno, maio 2012. Disponível em: <[http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-novo-arrabalde .html](http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-novo-arrabalde.html)>. Acesso em 20 junho 2019.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional resultante. In: 8. DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009. (CD-Trabalhos Completos).

ALVÁRES, Helena Spinell. **O Rio de Janeiro do início do Século XX**: a reforma Pereira Passos. 2002. Disponível em: <<http://www.trentoengenharia.com.br/site-novo/wp-content/uploads/2016/02/ALVARES-H.-O-Rio-de-Janeiro-do-ini%CC%81cio-do-Se%CC%81culo-XX.pdf>>. Acesso em: 21 junho 2019.

AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 107-119, 1988.

AZEVEDO, Arlan. São Luís 404 anos: transformações estruturais na vida dos ludovicenses. **Imirante**, São Luís, 8 set. 2016. Disponível em: <<https://imirante.com/namira/sao-luis/noticias/2016/09/08/sao-luis-404-anos-transformacoes-estruturais-na-vida-dos-ludovicenses.shtml>>. Acesso em: 11 de jul. 2019.

BARON, Cristina Maria Perissinotto. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. **Revista Tópos**, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 102-127, 2011.

BENAVENTO, MONALISA. Buracos prejudicam o tráfego no IV Conjunto da Cohab. **O Estado**. São Luís, out. 2018.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BERTONI, Angelo. **No caminho para o urbanismo**: Saturnino de Brito e Édouard Imbeaux, trajetórias profissionais entre Brasil e França. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Pulo, v. 23, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000100111>. Acesso em 20 junho 2019.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil. Pedregulho, no Rio de Janeiro, de Affonso Eduardo Reidy. **Au Educação**, Edição 235, out. 2013. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/235/historia-em-detalhe-299896-1.aspx>>. Acesso em: 28 maio 2019.

BRITO, Rosalina. **História da Cidade de Deus e de seus moradores**. 26 maio 2011. Disponível em: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html>. Acesso em 21 jun. 2019.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: Editora da UEMA, 2011. v. 1.

CASA Modernista (Residência Gregori Warchavchik). Arquivo Arq. Disponível em: <<https://www.arquivo.arq.br/casa-modernista?lightbox=imagerf6>>. Acesso em: 8 maio 2019.

CASTILHO, Edimilson P. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP): o principal agente da política de habitação popular da ditadura militar brasileira (1964-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 27 a 31 jul. 2015. Anais... Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434419770_ARQUIVO_Artigo_Edimilson_Castilho_Simpósio_Nacional_ANPUH_2016.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

CENAS da vida operária. **Jornal do Estado**. São Luís, 1958.

CENTRAL DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COHAB SP. **Fotos antigas da Cidade de Tiradentes**. 22 jul. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/fotosantigasdaCT/photos/a.1096359413833888/1288724957930665/?type=3&theater>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COHAB. **Jornal do Maranhão**. São Luís, Edição 03833, 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112135&pasta=ano%20197&pesq=COHAB>. Acesso em: 13 jul. 2019.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos 1936-1945**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

DUARTE, Gabriel. **Habitação social**: origens, conceitos e instrumentos. Disponível em: <http://www.dau.puc-rio.br/arquivos/arq1339/arq1339.aula.07.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. **Patrimônio Arquitetônico**. Disponível em: <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/historia/patrimonio-arquitetonico>. Acesso em: 7 jul. 2019.

FALTA de infraestrutura causa reclamação na Cohab. **Tv Mirante**. São Luís, jun. 2010.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. especial, p. 115-122, 2015.

FEITOSA, Danilo da Silva. **Do bucólico Cutim ao bairro Anil**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

FELDMAN, Sarah. Um sistema legal para o urbanismo: a face desconhecida do Movimento Moderno. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Salvador, Ano 3, Edição Especial, 2005.

FERNANDES, Denise. **Representações da Semana de Arte Moderna e dos modernistas na imprensa de Porto Alegre (1922-1928)**. 51 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2009.

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. 22 p.

HABITAÇÃO na casa dos milhões. **Jornal O Imparcial**. São Luís, 31 jan. 1977.

HOPPE, Bete. **Em um mês, mais de 2 mil renegociam dívidas com a Cohab**. 25 nov. 2009. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=11860>. Acesso em: 23 jun. 2019.

JORGE, Miécio. **Álbum do Maranhão 1950**. São Luís: Imprensa Oficial do Maranhão, 1950.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Avenida Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

KROLL, Andrew. **Clássicos da Arquitetura: Unite d’Habitation/Le Corbusier**. 14 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier>>. Acesso em: 21 maio 2019.

LUCENA, Felipe. **História da Avenida Rio Branco**. 19 fev. 2015a. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-da-avenida-rio-branco/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LUCENA, Felipe. **História do Morro do Castelo**. 4 jun. 2015b. Disponível em: <<https://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>>. Acesso em 21 junho 2019.

MARANHÃO. Governador (1966 – 1971: José Sarney). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. São Luís, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Eu vi o modernismo nascer... foi no Recife. **Arquitextos**, ano 11, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3826>>. Acesso em: 28 maio 2019.

MERIN, Gili. **Clássicos da Arquitetura**: Ville Radieuse/ Le Corbusier. 9 maio 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>>. Acesso em: 21 maio 2019.

MORADORES do bairro da Cohab reclamam dos buracos nas ruas. **G1 Maranhão**. São Luís, out. 2013.

O RIO de Janeiro como Distrito Federal: a avenida central. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2913-a-avenida-central>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEREIRA JÚNIOR, Magno Vasconcelos. **Construção e transformação do centro urbano de São Luís – MA**: uma análise do Patrimônio Histórico. 2015. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2015.

PESSOA, José Simões de Belmont; ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert. Gamboa: Vila operária da Gamboa, Rio de Janeiro, 1933/83. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 76, p. 52-55, 1983. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1453>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

PFLUEGER, Grete; FURTADO, Lívia. As imagens do moderno em São Luís pelo álbum de Miécio Jorge, de 1950. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 68-83, abr./set. 2017.

PFLUEGER, Grete; LOPES, José Antônio Viana. Arquitetura do século XX. In: LOPES, José Antonio Viana et al. **São Luís**: Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. p. 80-97.

PFLUEGER, Grete; MOTA, Larissa. Os primeiros modernos: edifícios institucionais no centro histórico de São Luís. In: SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA DA AMAZÔNIA, 2., Palmas, 13 a 16 mar. 2017. **Anais...** Palmas, 2017.

PORTINHO, Carmem. A habitação: o homem. **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 10-13, jan. 1942.

PROJETO EMPENA. **Território poético Cidade Tiradentes**. Disponível em: <https://territoriopoeticocidadetiradentes.wordpress.com/cidade-tiradentes/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

RANGA, Natália Taroda. **Implantação de conjuntos habitacionais**: as lições da produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RONIK, Raquel. **De cidade só tem o nome**. 1 set. 2011. Disponível em: <https://raquelronik.wordpress.com/tag/cohab/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

RUBIN, Graziela Rossatto. Movimento moderno e habitação social no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, p. 57-71, 2013.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. Conjunto Habitacional BNH: registro de um exemplar. In: DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011. (CD-Trabalhos Completos).

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Marcio Rufino. **Cidade Tiradentes**: território e urbanização crítica em um complexo habitacional da metrópole de São Paulo, Brasil. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/171.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Ricardo Dias. **Habitação mínima na primeira metade do século 20**. 2006. Trabalho Acadêmico (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_ricardo_dias.pdf. Acesso em: 21 jun.2019.

URGE uma providência. **Jornal do Estado**. São Luís, Edição 01824, 1971.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo S. **Habitação Social em São Luís**: um estudo sobre a produção de habitação dos Institutos de Previdência e do Banco Nacional de Habitação. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo S. **Política habitacional e estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

VILA Operária da Gamboa, Rio de Janeiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35657/vila-operaria-da-gamboa-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 de Mai. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista nº 1

Entrevistado (a): Morador A (moradora do Cohab-Anil III)

Idade: 68 anos

Gênero: Feminino

Data: 20/06/2019

Lara: Bom dia, muito obrigada por me receber! Eu queria basicamente saber um pouquinho sobre sua história aqui no Cohab-Anil III, quando a senhora mudou pra cá, como recebeu sua casa, os vizinhos, seu lazer, tudo isso!

MORADOR A: Cheguei aqui dia 19 de dezembro de 1969, tenho quase que certeza que eu e meu marido fomos os primeiros moradores do Cohab IV, logo depois chegou aqui minha vizinha de frente. Eu tinha 19 anos na época e uma filha, então era eu, minha filha e meu marido. Antes daqui eu morava no Tirirical, mas se aqui já era deserto, lá então nem se fala! Quando a gente recebeu a casa, ela chegou toda pintadinha de branco, com os pauzinhos pra demarcar o terreno de cada um, era boa, boa mesmo! Toda no tijolo, bem certinha! O piso era cimentado, sabe? Só as portas e janelas que não eram boas, não demorou cinco anos e já trocamos, era tipo de compensado, sabe? Quando a gente recebeu era assim: dois quartos, uma sala, um banheiro, a cozinha que até hoje tá a mesma e um quintal e um terraço grandes. O terreno era muito bom, tanto que já construímos mais um quarto, mais essa varanda que estamos e ainda temos é muita área pra construir mais.

Lara: Sim! Vocês mudaram mais algo na casa?

MORADOR A: Colocamos o piso, revestimento no banheiro também, além disso a gente colocou a laje, queremos subir o primeiro andar da casa. Logo que a gente chegou murou logo a casa.

Lara: E o financiamento da casa, lembra como ocorreu?

MORADOR A: Sim! Foi direto com a COHAB mesmo, as prestações eram até baratas até porque o pessoal daqui a maioria é classe baixa mesmo, então a gente pagava uns 60 reais por mês, a minha já tá quitada.

Lara: Certo! E em termos de infraestrutura? Água, esgoto, luz, ruas?

MORADOR A: Já tinha instalação de água e de esgoto, mas a água que não chegava mesmo... isso fez com que muita gente saísse daqui pra ir pra onde tinha água... a gente resistiu, ficou aqui, mas até hoje a água é um problema. A encanação é toda certinha, mas não é todo dia que chega. Já a luz chegou desde o primeiro dia e é uma beleza até hoje, não tenho o que reclamar, funciona muito bem. Não tinha nada nada pavimentado, as ruas eram todas de terra batida, sabe? Piçarra mesmo, mas não demorou muito pavimentaram. Aqui é o melhor conjunto, te garanto, nunca tivemos problemas de inundação ou alagamento com a chuva, já lá embaixo (se referindo ao Cohab-Anil I, II e IV) o tempo todo alaga, parece que o solo não absorve, sabe? Também não tem muito pra onde a água correr, ai pra lá alaga demais!

Lara: E quanto as praças, escolas, transporte público, como era?

MORADOR A: Olha, lá pros anos 70 que foi quando o bairro começou a tomar forma, devagarinho o povo foi montando uma ou outra praça, porque era assim, a gente recebeu só o espaço sabe? Não tinha nada lá, a gente foi plantando os pés de fruta que hoje em dia tem de tudo! Tem umas pracinhas que os moradores pavimentaram, organizaram e ficaram bem bacanas, outras continuam quase que do jeito que a gente recebeu né, só o terreno mesmo e ainda tem aquelas que os moradores usam quase que como extensão da casa deles: pra estacionar carro, pra colocar caixa de som e fazer as festas só da família deles, eu não acho certo né, era pra ser de todo mundo né. Já o transporte público a gente tinha uma linha de ônibus só, Popular Aurora, não era muito boa não, mas agora tem o terminal e desse ai eu não tenho problema! Uso minha carteirinha de idoso e pego ônibus pra tudo que é lugar daqui do terminal. De escolas a gente tinha muitas, principalmente nos anos 80 e 90, tinha pra mais de 7 escolas particulares, mas com preço popular, sabe? E as públicas, que se matem até hoje, pra cá temos umas 4. Ah! Tem também o posto da polícia, continua no mesmo lugar, ainda é bem assistido também.

Lara: E o lazer de vocês? Como que era antes, como que é agora?

MORADOR A: Os anos 80 e 90 foram o auge daqui! Era um tempo muito tranquilo! A gente tinha o Clubão e C.S.U., ali pras bandas do primeiro conjunto, eram muito bons! Todo mundo se conhecia, todo mundo descia junto pra lá, as meninas e os meninos muito bem vestidos, tinha discoteca, seresta, cada dia era uma coisa, a

gente gostava demais! E quando era umas 00:00 já terminava tudo, a gente voltava pra casa tranquilo, não tinha erro! Ah, e tinha também o Cantão, bem ali no canto, não era clube, mas o pessoal se organiza lá pra brincar carnaval, era bom demais, tinha na época do carnaval e tinha como se fosse um carnaval fora de hora também, acaba cedo e a música era boa, muito diferente dos blocos de hoje. Hoje em dia os dois clubes fecharam, tão abandonados, uma tristeza em se lembrar tanta coisa bacana que a gente viveu por ali. O que agita mesmo essa região é o São João, temos muito brincadeiras por aqui: o Boi Pirlampo, o Boi brilho da terra, ainda tem mais um monte que vem dançar por aqui, ontem mesmo teve Axixá ali na pracinha debaixo. Aquela pracinha é bacana, mas porque os moradores que cuidam, não depende de político. E é o que agita, sabe? Porque no resto do ano não tem muita coisa pra fazer não, logo que a gente não confia muito, acha tudo perigoso hoje em dia.

Lara: Então a questão da segurança é complicada? Tem muito assalto por aqui?

MORADOR A: Olha, é complicada sim, eu não diria que tem muito assalto porque eu pouco vejo, mas todo mundo por aqui anda com medo. Os meus netos mesmo, não brincam na rua porque a gente tem medo, eu também evito ficar andando sozinha, sempre vou com alguém. A cidade cresceu né? Tem muito bandido por aí e as comunidades, principalmente a Isabel Cafeteira, aqui por perto, por mais que eles falem que aqui dentro do bairro eles não roubam, deixa a gente com muito medo, sabe?

Lara: E o que a senhora acha positivo em morar por aqui?

MORADOR A: Olha, na minha idade, eu já gosto bastante daqui. Eu comecei minha vida adulta mesmo por aqui, criei meus filhos, meus netos, tudo por aqui. Conheço todo mundo e agente se ajuda muito, na hora do aperto, o pessoal daqui tudo corre pra ajudar a gente, porque já somos amigos mesmo. Além do mais tem os comércios né, pra cá tem de tudo. E tem o terminal, que agora eu chego rápido em qualquer lugar.

Lara: E os pontos negativos, quais seriam?

MORADOR A: A insegurança é o principal, eu fico acuada, com medo de sair. O problema da falta d'água também complica, muita gente já conseguiu colocar seu

próprio poço artesiano ou sua cisterna, mas eu nunca tive dinheiro pra isso, então pra mim complica, não tem água todo dia. No mais só o abandono mesmo, mas isso pelo o que eu vejo é pela cidade toda né...

Lara: E a senhora quer falar de mais alguma coisa?

MORADOR A: Lembrei que quando a gente chegou aqui tinham muitos programas pra classe baixa né, que é a maioria aqui, contando comigo. A gente recebia leite pras crianças, além disso tinha distribuição de arroz, feijão, macarrão, isso era muito comum lá pelos anos 70 e 80, lembro bem do João Castelo que fazia muito desses programas. Além disso, quando a gente chegou já tinha a Marly Sarney (Maternidade) e lá distribuía leite também, de marca boa. Isso fez com que muita gente ficasse nas casas, sabe, era fácil conseguir assistência aqui. Além disso acho que tem que falar das pessoas importantes pra cá, a Dona Concita, presidente da Associação dos Moradores já fez muito por aqui, também os donos de boi: Renato, Concita Bola. A Dona Dica, da escola comunitária, enfim, são pessoas que ajudaram esse bairro, sabe?

Lara: Certo, muito obrigada pela receptividade e pela atenção!

MORADOR A: Por nada!

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista nº 2

Entrevistado(a): Morador B (morador do Cohab-Anil IV)

Idade: 23 anos

Gênero: Feminino

Data: 22/06/2019

Lara: Bom dia, obrigada por me receber! Eu queria basicamente saber um pouquinho sobre sua história aqui no Cohab-Anil, quando você e sua família mudaram pra cá, como receberam a casa, os vizinhos, lazer, infraestrutura...

Morador B: A gente se mudou faz mais ou menos 10 anos, já moramos em duas casas, a primeira foi de aluguel mesmo, a segunda é dos meus avós. Na primeira tinha só dois quartos, sala, cozinha, dois banheiros e um quintal bem grande. O segundo banheiro dessa casa tinha sido construído recentemente. Na segunda, meus avós fizeram algumas mudanças, agora são três quartos, duas salas, dois banheiros escritório, cozinha/área de jantar e no quintal tem cozinha, lavanderia, outro quarto com banheiro e a dispensa.

Lara: Certo, e desde que vocês se mudaram, vocês reformaram algo?

Morador B: Na primeira só reformamos o quintal, não era cimentado, a gente fez isso. Na segunda, que é dos meus avós, não fizemos nenhuma mudança. Não sei as mudanças que eles fizeram, mas desde que a gente foi pra lá só trocamos a pintura e arrumamos a cozinha.

Lara: E o financiamento da casa, tu sabe como ocorreu, como o seus avós adquiriram a casa?

Morador B: Não sei muitos detalhes, mas sei que foi com COHAB, só isso.

Lara: E a infraestrutura do bairro? Água, esgoto, luz, as ruas?

Morador B: Olha, não tem água todo dia, mas sei que isso acontece em muitos bairros, a caixa d'água que meus avós colocaram é grande, então a água sobe e ficamos bem abastecidos até. Mas tem época que passam dias sem subir, daí complica. Esgoto nunca tivemos problemas, luz também não. Já as ruas são complicadas, tem motorista de Uber que nem entra em algumas ruas de tantos

buracos, é só andar por aqui que você vai ver, muito precário mesmo o asfaltamento do bairro.

Lara: E pro lazer, você usa as praças daqui, o comércio aqui por perto, as lanchonetes?

Morador B: Então, eu ia demais na praça aqui perto quanto era mais nova, até hoje vou, não vou mais porque acaba ficando perigoso nos horários que eu tenho livre. O comércio, eu geralmente opto pelo Shopping que é aqui bem perto (refere-se ao Shopping Rio Anil), mas as lojinhas pelo bairro também tem muita coisa interessante. As lanchonetes o pessoal daqui de casa gosta bastante, principalmente nos domingos.

Lara: E o que tu acha positivo em morar por aqui?

Morador B: A casa em si ela é boa, é bem espaçosa, sabe. Além disso o terminal sendo aqui perto facilita muito pra mim, principalmente porque dou aula em vários lugares da cidade, então fica mais fácil de ir e de voltar.

Lara: E o ponto negativo, qual é?

Morador B: O que eu menos gosto é da questão do engarrafamento, é muito ruim pra sair da Cohab, demora muito porque todas as vias de saída estão sempre engarrafadas.

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista nº 3

Entrevistado (a): Morador C (morador do Cohab-Anil II)

Idade: 20 anos

Gênero: Masculino

Data: 22/06/2019

Lara: Boa tarde, obrigada por conversar comigo! Eu queria basicamente saber sobre sua história aqui no Cohab-Anil, quando você e sua família mudaram pra cá, como receberam a casa, os vizinhos, lazer, infraestrutura...

Morador C: Eu tô aqui desde que nasci, então faz 20 anos, os meus pais tão aqui faz mais ou menos uns 50 anos. Pelo o que meus pais contam a casa tinha três quartos, sala, um banheiro e cozinha, só isso. Meus pais não gostavam muito, falavam que era boa, mas muito pequena e até hoje ainda querem mudar muita coisa.

Lara: E vocês já mudaram alguma coisa? Reformaram, adicionaram algum cômodo?

Morador C: Meus pais aumentaram o quarto deles e construíram três banheiros, daí cada quarto ficou uma suíte e o banheiro que já tinha é o banheiro da sala, das visitas. Mudaram o telhado também, mas vira e meche ainda aparece um problema nesse telhado.

Lara: A respeito do financiamento da casa, você sabe como foi?

Morador C: Meus pais compraram de um conhecido, parece que eles fizeram uns acordos. Esse primeiro dono já tinha colocado o muro na casa e o piso também, mas esse piso a gente trocou, deixou ele só no banheiro.

Lara: Certo! E a infraestrutura daqui, tudo funciona? Água, luz, escoamento, esgoto, pavimentação?

Morador C: Meus pais colocaram uma cisterna né, então resolveu bem o problema de água aqui em casa. Agora quando chove é meio ruim, as ruas daqui do II e do I são bem estreitas, como tu viu, quando chove parece que água não corre bem por lá, alaga muita casa. E as ruas tão desse jeito ne, principalmente em período de

chuva, fica só buraco, daí tapam um ou outro, mas nunca fica bom não. O que mais me deixa triste são as praças, não são reformadas faz anos.

Lara: Então você usa as praças daqui? Em relação ao lazer, o que tem pra fazer?

Morador C: Quando eu era criança eu usava muito, tinham umas praças boas, que as crianças todas se reuniam, tinha muita brincadeira de bola também, brincadeira de rua. Agora pra mim não tem muita coisa o que fazer não, a gente se reúne na casa de um ou outro, faz umas festinhas.

Lara: E pra ti, quais são os pontos positivos e negativos daqui?

Morador C: Positivo é a facilidade de pegar ônibus, ser perto de mercado, da feira e do shopping. Negativo pra mim é a falta de cuidado, de reforma, de ações pra melhorar as ruas.

Lara: Certo, gostaria de acrescentar mais algo?

Morador C: A infraestrutura daqui é boa, sabe... rapidinho a gente pega ônibus, chega em qualquer lugar. Falta mesmo é manutenção.

Lara: Obrigada, pela conversa e pela recepção!

Morador C: Que nada!

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista nº 4

Entrevistado(a): Morador D (morador do Cohab-Anil IV)

Idade: 65 anos

Gênero: Feminino

Data: 22/06/2019

Lara: Boa tarde, tudo bem com a senhora? Gostaria de conversar com a senhora um pouquinho sobre o bairro, sobre a sua casa, a vizinhança, sobre antigamente, quando a senhora se mudou pra cá, essas coisas...

Morador C: A gente se mudou faz uns 40 anos, lá pelo meio dos anos 70. Naquela época era bem diferente, as casas ainda tavam começando a se murar, e mesmo as que já tinham a maioria usava muro baixo, sabe? Aqui a casa tinha três quartos, uma sala, um banheiro e a cozinha, tinha o quintal e uma varanda aqui.

Lara: Certo, e eu tô vendo que vocês mudaram bastante né, subiram o primeiro pavimento... o que vocês reformaram?

Morador C: Sim, fizemos mais um andar com sala, cozinha, quartos e banheiros.

Lara: E vocês também receberam a casa sem muro e sem piso?

Morador C: Isso, isso, tudo a gente que foi fazendo, aos pouquinhos sabe. Daí colocamos a laje, passou foi tempo e ai conseguimos subir a casa e deixar assim, de dois andares.

Lara: E o financiamento da casa, a senhora sabe como aconteceu?

Morador C: Foi pelo BNH né, junto com a COHAB mesmo. Hoje em dia essa aqui já tá quitada, mas acho que ainda tem gente que paga as suas, porque passaram muito tempo sem pagar, sabe? Vira e meche a gente escutava que fulano tava sem pagar a casa fazia era tempo.

Lara: E em termos de infraestrutura? Água, luz, escoamento, esgoto, pavimentação?

Morador C: Pra cá quando chove muito alaga, ai complica. O trânsito também tem hora que fica uma loucura. E água é aquela coisa, tem dia que tem e tem dia que não tem.

Lara: E o lazer? Hoje ou antigamente, vocês faziam o que por aqui?

Morador C: Pra cá tem algumas praças né, eram melhores quando meus filhos eram pequenos, elas eram mais novas, mais capinadas, hoje em dia tá bem abandonada, mas ainda sim os meninos vão. Eu e meu esposo íamos muito nos clubes que tinham por aqui, sábado a tarde... hoje em dia a gente só fica em casa mesmo, vamos no mercado no sábado e só.

Lara: E pra senhora, quais os pontos positivos e os negativos de morar aqui?

Morador C: O que mais gosto é que o bairro oferece vários pontos comerciais e tem os Bancos, Terminal, Shopping, todos ficam por perto. O que menos gosto é a falta de segurança, com alto índice de assaltos.

Lara: A senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Morador C: Não, não, acho que é só isso mesmo...

Lara: Certo, muito obrigada!